



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Zana Maria Macedo

De dependente a sujeito de direito: A mulher na política previdenciária e a
Lei 12.470.

Florianópolis, 25 de Fevereiro de 2013.

ZANA MARIA MACEDO

De dependente a sujeito de direito: A mulher na política previdenciária e a
Lei 12.470.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Florianópolis, 2013

Zana Maria Macedo

De dependente a sujeito de direito: A mulher na política previdenciária e a Lei 12.470.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à banca examinadora para fins de avaliação e a obtenção do título de bacharela em Serviço Social, pela Universidade Federal de Santa Catarina. Orientado pela Professora Dra Teresa Kleba Lisboa.

Florianópolis, SC

Professora Dra. Teresa Kleba Lisboa
Departamento de Serviço Social /UFSC
Presidente da Banca Examinadora

Professora Dra: Luciana Patrícia Zucco
Departamento de Serviço Social /UFSC
(1ª Avaliadora)

Assistente Social Sabrina Fermiano
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Professora Dra: Myriam Raquel Mitjavila
(Suplente)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pelo dom da vida e pela força para prosseguir nesta caminhada e no andamento da graduação.

Aos meus amigos e amigas que, no decorrer da vida, muitas vezes substituíram o papel e a falta de uma família em minha vida.

Aos professores e colegas de Faculdade, pela presença, paciência, oportunidade de crescimento e aprendizado de trabalho em grupo, que certamente nos deixaram mais aptos para a profissão, de maneira especial Marines Simone Richwicki, Thaís Amado e Micheli Perazzo.

Às professoras Ana Maria Baima Cartaxo, Teresa Kleba Lisboa e Edaléa Maria Ribeiro, pela oportunidade de amadurecimento acadêmico na participação de pesquisas em que foram minhas orientadoras.

Às colegas e amigas bolsistas Marina, Manuela, Brenda, Jéssica, Mariane pela parceria e amizade.

Às Assistentes Sociais do INSS, especialmente Sabrina Fermiano, pelo apoio para que este trabalho se tornasse possível.

À professora Teresa Kleba Lisboa, pelo apoio de sempre e por me orientar neste trabalho, pela paciência, respeito às minhas decisões, apoio e por dividir comigo seus conhecimentos, sempre de forma atenciosa, gentil e paciente, respeitando minhas limitações.

Agradeço a todas as mulheres que responderam ao questionário, pela disposição em colaborar, viabilizando a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Por fim, a todos que, de maneira direta ou indireta, colaboraram para realização de mais essa etapa da minha vida, meus sinceros agradecimentos, inclusive os que não estão citados nominalmente.

RESUMO

MACEDO, Zana Maria. **De dependente a sujeito de direito: A mulher na política previdenciária e a lei 12.470.** Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, CSE/ DSS/ Florianópolis. 2012. 98 p.

O presente trabalho de Conclusão de Curso fez uma análise sobre a Previdência Social, com enfoque na Lei 12.470 e em depoimento de mulheres que se dedicaram aos cuidados do lar. Foi elaborado a partir de uma pesquisa empírica, de abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica e entrevista semiestruturada aplicada a dez mulheres, sem renda própria e com famílias que sobrevivem com até dois salários mínimos. O objetivo do questionário era analisar fatos da vida dessas senhoras como escolaridade, estado civil, afazeres domésticos, condição socioeconômica e especialmente sobre as razões pelas quais se tornaram donas de casa. Partimos da hipótese de que os diferentes papéis sociais atribuídos a mulheres e homens na sociedade influenciam a condição dos sujeitos e impactam nos benefícios que terão ou não direito no futuro, uma vez que a inserção no mercado de trabalho certamente reflete nos direitos do segurado garantidos pela Previdência Social.

Para tanto, abordamos a categoria mulheres donas de casa, educação e mercado de trabalho, buscando elucidar os fatores determinantes para que essas mulheres buscassem se inscrever na Previdência Social através da lei 12.470, os motivos que as levaram a ser donas de casa, além de elucidar qual a expectativa que tinham ao se tornarem seguradas da Previdência Social e qual o significado dessa renda no futuro. Dentro de uma sociedade em que os papéis atribuídos a homens e mulheres sempre estiveram postos, fomos incitados a elucidar até que ponto essa condição era naturalizada na Previdência Social ou estava refletida nos benefícios recebidos por ambos.

Após trabalhar os temas propostos, registramos as considerações finais, sem a pretensão de esgotar o tema, por ser este apenas um Trabalho de Conclusão de Curso e pela certeza de que a temática carece de estudos e aprofundamentos, a fim de que se esclareçam questões sociais, referentes aos direitos da política Previdenciária e a condição da mulher, que permanecem implícitas ou naturalizadas na sociedade.

Palavras-Chave: Previdência Social, Lei 12.470, Donas-de-casa.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Grupos de benefícios mantidos no Brasil	24
Quadro 2: Grupos de benefícios mantidos em Santa Catarina	27
Quadro 3: Grupos de benefícios por seleções	28
Quadro 4: Grupos de benefícios mantidos em Florianópolis	29
Quadro 5: Grupos de benefícios por seleções em Florianópolis	29

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Pensão por Morte do Trabalhador Rural	31
Figura 2: Aposentadoria por Invalidez do Trabalhador Rural.....	32
Figura 3: Aposentadoria por idade	32
Figura 4: Aposentadoria por Tempo de Contribuição	33
Figura 5: Auxílio Reclusão.....	34
Figura 6: Número de Identificação dos Trabalhadores	53
Figura 7: Sobre o estado civil	54
Figura 8: Idade das Mulheres Entrevistadas.....	56
Figura 9: Escolaridade das Mulheres Entrevistadas	61
Figura 10: Atividades Exercidas.....	68
Figura 11: Sobre a contribuição para a Previdência Social	70
Figura 12: Sobre Carteira Assinada.....	71
Figura 13: Sobre o número de filhos	73
Figura 14: Sobre a condição de donas de casa	75
Figura 15: Sobre a Condição Socioeconômica.....	77
Figura 16: Sobre as famílias que recebem benefícios socioassistenciais	80
Figura 17: Sobre as especificidades da lei.....	82
Figura 18: Sobre contribuições devido a Lei 12.470.....	83

LISTA DE TABELAS

Figura 1: Quantidade de mulheres ocupadas que contribuem para a Previdência Social38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APS - Agência da Previdência Social

INSS - Instituto Nacional de Seguro Social

CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

MPS – Ministério da Previdência Social

MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social

OIT – Organização Internacional do Trabalho

CAPS – Caixa de Aposentadorias e Pensões

NIT – Número de Identificação do Trabalhador

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

SSPS – Secretaria de Políticas de Previdência Social

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico

CRAS – Centro de Referência e Assistência Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	A POLÍTICA PREVIDENCIÁRIA NO BRASIL E A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL.....	14
1.2	BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL.....	14
1.3	O TRIPÉ DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL E O “PÉ” DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	16
1.4	A POLÍTICA PREVIDENCIÁRIA NO BRASIL.....	17
1.5	O SERVIÇO SOCIAL NA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA.....	20
1.6	O ATUAL CONTEXTO DOS BENEFÍCIOS PAGOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	23
1.7	OS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL: REFLETINDO A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO.....	30
2	A LEI DE APOSENTADORIA PARA AS DONAS DE CASA: CONTEMPLANDO UM RECONHECIMENTO DE UM DIREITO.....	35
2.1	A LEI 12.470 E AS NOVAS CONQUISTAS SOCIAIS.....	40
2.2	RESGATE DE UMA DÍVIDA HISTÓRICA.....	42
2.3	O IMPACTO DA LEI 12.470 E O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO INSS NO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	43
2.4	CONTEXTUALIZANDO O MUNICÍPIO.....	45
2.4.1	Serviço Social da Previdência no Município de Tijucas.....	45
2.5	O PROJETO INCLUSÃO SOCIAL DE DONAS DE CASA.....	46
3	CAPÍTULO III “DONAS DE CASA” MORADORAS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS E O SEU PROCESSO DE CONQUISTA DA APOSENTADORIA.....	46
3.1	PERFIL DAS MULHERES ENTREVISTADAS.....	47
3.2	A TRAJETÓRIA DE VIDA. COMO SE TORNARAM DONAS DE CASA?.....	48
3.3	SITUANDO A INSERÇÃO DAS ENTREVISTADAS NO TRABALHO.....	50
4	RESULTADOS DA PESQUISA: COMO AS MULHERES ENTREVISTADAS SE TORNARAM DONAS DE CASA?.....	51
4.1	OS OBJETIVOS E MÉTODOS APLICADOS NA PESQUISA.....	51
4.2	DADOS DA PESQUISA.....	53
4.3	O ESTADO CIVIL E SUA IMPORTÂNCIA PARA A SEGURANÇA DAS DONAS DE CASA.....	54
4.4	A DIFERENÇA DE IDADE ENTRE HOMENS E MULHERES PARA REQUER APOSENTADORIA E OS MOTIVOS PELOS QUAIS AS MULHERES TÊM MAIS DIFICULDADE DE SE APOSENTAR.....	56
4.5	A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E A NATURALIZAÇÃO DA MULHER NAS TAREFAS DOMÉSTICAS.....	57
4.6	OUTRAS IMPLICAÇÕES DA FALTA DE PROTEÇÃO SOCIAL.....	64
4.7	A REPRESENTATIVIDADE DO CASAMENTO.....	66
4.8	MULHERES E SUAS OCUPAÇÕES DE TRABALHO.....	67
4.9	CONTRIBUIÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	69
4.10	O IMPACTO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS PARA AS FAMÍLIAS COM IDOSOS APOSENTADOS.....	78
4.11	A REPRESENTATIVIDADE DA APOSENTADORIA NO IMAGINÁRIO DAS MULHERES ENTREVISTADAS.....	86
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
6	REFERÊNCIAS.....	92
7	APÊNDICE.....	95

INTRODUÇÃO

A política Previdenciária surgiu no Brasil como forma de garantir meios de vida aos trabalhadores nos momentos em que estiverem inaptos para o trabalho. Desde o surgimento até os dias atuais, passou por diversas definições e sofreu transformações sociais, resultado das alterações econômicas, políticas e sociais que ocorreram no País e no mundo. Apesar dessas modificações, ela se manteve como contributiva e ligada ao trabalho, sem necessariamente incluir todas as formas de trabalho e, sim, a condição de contribuinte para tornar-se segurado.

Diante do exposto acima, surgiu o questionamento: como ficam as mulheres que passaram a vida dedicada ao lar, executando uma função que nem sempre é reconhecida como trabalho, mas indispensável para manter a família, em relação a um direito que o Brasil tornou tão vinculado ao trabalho formal, condicionado à contribuição, para se tornar um segurado e ter acesso aos benefícios? Com base nas indagações acima e a fim de se aprofundar a temática, foi necessário definir um campo onde fosse possível investigar o tema. Para tanto, definiram-se, como possível campo, as agências da Previdência Social da grande Florianópolis, no intuito de obter informações sobre a viabilidade de aplicar uma pesquisa possibilitando relacionar as mulheres e os benefícios da Previdência social, através de um e-mail enviado a uma assistente social do INSS.

A profissional encaminhou o e-mail à Agência Central do município de Florianópolis, que respondeu se colocando à disposição. A partir do primeiro contato estabelecido, foi marcado um horário com a mesma, que repassou as primeiras explicações sobre o tema, além de comunicar o projeto de “Inclusão da Dona de Casa”, criado pelas assistentes sociais do Estado de Santa Catarina. Esse projeto intentava esclarecer as mulheres que buscavam as agências para inscrição e que já representavam uma grande demanda para a profissão inserida na Instituição, além de sugerir uma conversa com a assistente social da Agência da Previdência Social do município de São José onde o projeto em questão já estava implantado.

A partir das informações obtidas, contatamos (via e-mail e telefone) a assistente social da Agência da Previdência Social (APS) de São José, que nos apresentou o projeto *Inclusão Social da Dona de Casa* e deu as primeiras explicações sobre a execução do mesmo na agência. De acordo com a profissional, até o momento aquela unidade ainda não contava com muitos atendimentos, uma vez que o usuário marcava seu horário via telefone e era atendido por um técnico. Por isso, sugeriu uma visita ao Município de Tijucas, pois o trabalho executado pelo profissional de Serviço Social estava se tornando uma referência para os

demais municípios, devido à alta procura de usuários e da comunidade para esclarecimento sobre a nova lei. Além disso, a ação do serviço social ante a nova demanda era significativa, pois os usuários que buscavam a agência careciam de informações ou chegavam com informações distorcidas. O assistente social do INSS também se destacou, por ser o mais habilitado entre os técnicos da Instituição para trabalhar com a rede de Assistência Social, já que é parte da lei de aposentadoria para as donas de casa, para se filiar na Previdência Social se inscrever no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).¹ O profissional também se tornou referência a respeito da lei com a equipe da agência em que atua, diante do êxito da atribuição de mais essa competência a um profissional habilitado e com condições de dialogar com as diversas requisições da nova lei. Durante a conversa sobre o tema, a assistente social da Agência da Previdência Social (APS) do município de São José conversou por telefone com a assistente social de Tijucas, que imediatamente se colocou à disposição, e o primeiro encontro foi marcado para a semana seguinte.

O primeiro contato com a assistente social do INSS do município de Tijucas foi em São José e posteriormente na agência de Tijucas, ocasião em que fui apresentada à equipe técnica da agência e recebi permissão do profissional e da chefia para que a Instituição se tornasse campo para o trabalho. A partir de então, passei a construir o projeto com recorte para o tema e adequado aquele município. De acordo com Fermiano (2011, p.1):

A Agência da Previdência Social (APS) de Tijucas faz parte da Gerência Executiva de Florianópolis e a equipe do Serviço Social da mesma, após observar o cenário formado pela edição da lei 12470 elegeu o tema como campo fértil para uma atuação imediata do Serviço Social das APSs. Sendo assim, a APS de Tijucas se destacou pelo número de atendimentos a essa demanda.

Desde então, busquei o departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para que o contrato fosse formalizado, porém a responsabilidade pelo documento foi atribuída ao Comitê de Ética, e o projeto foi inscrito para aprovação do Comitê.

O trabalho apresentado realizou-se na Agência da Previdência Social (APS) do município de Tijucas que, de acordo com Fermiano (2011, p.1), abrange os municípios de Major Gercino, São João Batista, Canelinha, Tijucas, Bombinhas, Porto Belo e Itapema.

¹ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos. O Cadastro Único permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família. (www.mds.gov.br)

Diante do exposto considera-se importante ressaltar que a presente pesquisa terá como foco a lei 12.470 em vigor desde 2011 e alterou a lei 8.213 de 24 de julho de 1991, que regulamenta a contribuição com alíquota reduzida para as donas de casa que passam a ter os direitos previdenciários assegurados. De acordo com o Ministério da Previdência Social,

A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

Diante disso, fica claro que a legislação previdenciária se refere aos seus contribuintes enquanto beneficiários e seus dependentes. A obrigatoriedade de contribuição para se tornar um segurado não possibilitou a todo trabalhador tornar-se um segurado, nem todas as formas de trabalho foram regulamentadas como passível de contribuição, o que resulta em um grande número de pessoas sem direito a qualquer proteção social por ocuparem profissões informais e por não terem condições financeiras de se tornar contribuintes.

Ao buscar literatura que abordasse a temática em questão, nota-se que há um crescente número de mulheres ocupadas no mercado de trabalho formal atualmente. Buscou-se, portanto, analisar os benefícios que historicamente a previdência social garantiu as mulheres, reconhecendo que, mesmo não sendo uma atividade remunerada fora do lar, o trabalho da dona de casa desempenha um papel fundamental na organização da vida social e na manutenção da estrutura familiar.

Dessa forma, o presente estudo buscou aprofundar na realidade cotidiana de mulheres dedicadas ao serviço doméstico e seu acesso aos benefícios previdenciários, além de uma análise da Previdência Social, com enfoque na lei que abrangeu a possibilidade de contribuição para donas- de- casa oriundas de famílias com renda de até dois salários mínimos. Para representar o assunto em questão foi proposto o título; *De dependente a Sujeito de direito: A mulher na política previdenciária e a lei 12.470*, considerando que poucas leis que abrangeram a possibilidade de inscrição na Previdência Social atingiram um grupo tão específico da população, que anteriormente não tinha acesso, podiam se tornar seguras e contribuir com alíquota de 11% ou era concebida apenas como beneficiarias dependente.

Assim, o estudo pretende demonstrar que os papéis atribuídos a homens e mulheres na sociedade interferem na possibilidade de inserção no mercado formal, além de limitar o acesso a direito e benefícios vinculados ao trabalho. Entre eles estão os benefícios previdenciários, que (conforme citado anteriormente) são garantidos à mulher, especialmente à dona-de-casa como dependente dos maridos, ou ainda quando a renda familiar lhe permitia

se filiar como segurada facultativo na categoria donas-de-casa contribuindo com alíquota de 11% do salário mínimo.

No presente Trabalho de Conclusão de Curso, apresenta-se no primeiro capítulo a constituição do referencial teórico, inicialmente com uma contextualização da Política Previdenciária no mundo; sua concepção e desenvolvimento no Brasil a partir da década de 1920, além de uma breve apresentação sobre o surgimento e inserção do Serviço Social na política previdenciária, seguida de quadros com dados de benefícios concedidos a homens e mulheres pela instituição.

O segundo capítulo, segue com uma discussão referente à dedicação aos trabalhos do lar e a condição de segurada garantida até a aprovação da lei 12. 470, responsável por promover a filiação da categoria donas-de-casa de baixa renda na Previdência Social, com alíquota reduzida. Define-se o recorte socioeconômico das entrevistadas, contextualiza o município pesquisado e o trabalho do Serviço Social após a implementação da Lei e o projeto (Inclusão das donas-de-casa), formulado pelas assistentes sociais do INSS do Estado de Santa Catarina.

O terceiro capítulo apresenta os depoimentos de mulheres que dedicaram suas vidas aos cuidados de suas famílias, com a finalidade de demonstrar que a vida como dona de casa, sem garantias de nenhum direito advindo do trabalho, repercute nos momentos de dificuldades da vida, na velhice e na condição de dependente de um provedor.

Finalmente, o quarto capítulo apresenta os resultados da pesquisa, demonstrando os dados obtidos através de entrevistas, que são problematizados considerando os depoimentos e bibliografias que fundamentaram o debate em questão.

Buscou-se, portanto, analisar os direitos garantidos até os dias atuais, como chegaram até a agência da Previdência Social e quais as estratégias utilizadas para se tornar uma segurada contribuindo dentro dos parâmetros da nova lei.

O universo da pesquisa será as entrevistas coletadas, além de tabelas e gráficos sobre os benefícios pagos pela Previdência Social, demonstrando que as mulheres seguradas pertencem em maior número à categoria dos dependentes.

1.1 A POLÍTICA PREVIDENCIÁRIA NO BRASIL E A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Neste capítulo, apresentam-se a contextualização da Previdência Social e os conceitos relacionados ao tema proposto neste trabalho, além de um breve debate referente à proteção social adotada no País, as questões relacionadas ao segurado e as legislações não regulamentadas como passíveis de contribuição, além de inserir o debate sobre as donas de casa e a condição de segurada.

1.2 Breve contextualização e desenvolvimento da Seguridade Social no Brasil.

No Brasil, o sistema público de proteção social orienta-se atualmente, nos termos da Constituição Federal de 1988, por um modelo securitário que conjuga elementos do modelo Beveridgiano (seguridade social pura, universal e gratuita) e bismarckiano (seguro social com base contributiva), predominando, porém, o princípio da solidariedade, ou seja, “a contribuição de certos segurados com capacidade contributiva, em benefício dos despossuídos” (Martinez, 2001, apud Filippo, 2007, p.01).

A Seguridade Social surgiu no Brasil vinculado ao trabalho, fundamentada na lógica do seguro; portanto, ser trabalhador formal foi historicamente condição para a proteção social. Boschetti (2009) define o surgimento da seguridade social na Alemanha como resultado da luta dos trabalhadores. Para a autora,

As primeiras iniciativas que vieram a constituir a seguridade social no século XX nasceram na Alemanha, no final do século XIX, mais precisamente em 1883, durante o governo do Chanceler Alemão Otto Von Bismarck, em resposta as greves dos trabalhadores. O chamado modelo bismarckiano é considerado como um sistema de seguros sociais, porque suas características assemelham-se às de seguro privados: no que se refere aos direitos, os benefícios cobrem principalmente (e às vezes exclusivamente) os trabalhadores, o acesso é condicionado a uma contribuição direta anterior e o montante das prestações efetuadas (2009 p.324).

Porém, o modelo contributivo, com base em um pagamento antecipado como forma de receber benefícios no futuro, formulado por Bismarck, não foi a única forma de proteção social. Na Inglaterra, durante a segunda guerra mundial, surgiu o plano Beveridge, de caráter universal, com o objetivo garantir um mínimo social aos cidadãos. Boschetti (2009) assim define o surgimento do plano Beveridge:

No sistema Beveridgiano, os direitos têm caráter universal, destinados a todos os cidadãos incondicionalmente ou submetidos a condições de recurso, mas garantindo mínimos sociais a todos em condições de necessidade (2009, p. 325).

A autora esclarece que tanto o modelo bismarckiano quanto o de beveridge “tiveram como parâmetro os direitos do trabalho” (2009, p.324), uma vez que são contributivos e garantidos aos segurados e a seus dependentes, e ambos foram pensados para diferentes finalidades. Já o modelo proposto por Bismarck se destina a manter a renda dos trabalhadores em momentos de risco social decorrente da ausência de trabalho, e o modelo de Beveridge tem como principal objetivo a garantia dos mínimos sociais a todos os cidadãos em condições de necessidade, ou seja, este último também é concebido como “luta contra a pobreza”.

Conforme Martinez (2001, apud Felippo, 2007, p. 01),

“a seguridade social é a técnica de proteção social, custeada solidariamente por toda a sociedade segundo o potencial de cada um, propiciando universalmente a todos o bem estar das ações de saúde e dos serviços assistenciais em nível mutável, conforme a realidade socioeconômica, e os das prestações previdenciárias”.

Portanto, constata-se que o princípio da solidariedade embutido na seguridade social não exige contribuição direta de um grande número de pessoas beneficiárias, uma vez que é custeado por tributos (PIS, COFINS, IR entre outros). A solidariedade também é entendida na passagem do financiamento e das contribuições para a Previdência Social, dos benefícios de uma geração para a outra.

Ao analisar o surgimento da proteção social na sociedade capitalista, Duarte (2005, p.126) enfatiza que ela teve como objetivo a redução da pobreza. De acordo com a autora:

A Seguridade Social surgiu com a construção da sociedade salarial, na qual os fenômenos da industrialização e da urbanização emergiram trazendo diversos problemas sociais próprios das novas condições de trabalho. Apontava-se, pois a necessidade de haver algum tipo de proteção social para minorar a situação de miséria que eram submetidos trabalhadores urbanos.

No Brasil, a Seguridade Social iniciou-se com a Lei Eloy Chaves, publicada em 24 de janeiro de 1923, criando a base do sistema previdenciário brasileiro. A referida Lei criou a Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP's), para os empregados das empresas da estrada de ferro.

Historicamente, os direitos previdenciários estiveram limitados aos trabalhadores formais, ou seja, aqueles que tinham vínculos empregatícios. Essa modalidade, que garantia os direitos sociais somente aos contribuintes, foi vigente até a Constituição de 1988, quando o País passou a adotar um sistema de Seguridade Social composto pelo Tripé: Saúde, Assistência e Previdência Social, assunto aprofundado a seguir.

1.3 O tripé da Seguridade Social no Brasil e o “pé” da Previdência Social.

Conforme citado anteriormente, a Previdência Social tornou-se, no Brasil, parte do tripé da Seguridade Social formada pela Saúde, Previdência Social e Assistência Social, com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Contudo, apesar dos avanços obtidos com a Promulgação da Carta Magna, a Previdência Social manteve-se como seguro social que requer contribuição prévia por parte do trabalhador.

Tomando-se como base a definição de Duarte (2005) sobre o surgimento da Previdência Social, compreende-se que ela foi criada com o objetivo de amparar o trabalhador e sua família (por meio de aposentadoria, pensões e demais benefícios oferecidos aos seus contribuintes) para substituir sua renda quando ele se encontrar impossibilitado para o trabalho ou, em caso de morte do segurado, garantir renda aos seus dependentes.

Chamando a atenção para a diferença entre Seguridade Social e Previdência Social, Silva (1995, p.52) esclarece:

A Carta Magna trouxe um capítulo sobre a Seguridade Social com conceitos novos e amplos que inauguraram um novo tempo, onde a proteção social do trabalhador/cidadão é visto como um conjunto de iniciativas indissociáveis e essenciais.

Ainda de acordo com a autora, ao optar pela definição de Seguridade Social, o País seguiu o conceito adotado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1952 que a define como:

A proteção social que a sociedade proporciona a seus membros mediante uma série de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais que de outra forma derivaram no desaparecimento ou em forte redução de sua subsistência como consequência de enfermidade profissional, desemprego, invalidez, velhice e morte e também a proteção em forma de assistência médica e de ajuda às famílias com filhos. Silva (1995, p.52)

Considerando que a OIT e a Constituição Brasileira definem a Seguridade Social como um amplo sistema de proteção, e a Previdência Social como parte do sistema de Seguridade, podemos entender a Previdência Social conforme definido por Silva (1995, p. 22):

Parte de um sistema proteção social que dá cobertura aos cidadãos nas situações de doença, invalidez, e reclusão, bem como nos eventos resultantes de acidentes de trabalho ou doença profissional, proteção a maternidade e ao trabalhador nas situações de desemprego involuntário, ajuda e manutenção dos dependentes dos segurados de baixa renda e em outros relacionados à vida laborativa.

Conforme mencionado anteriormente, a política previdenciária no Brasil esteve historicamente pautada na lógica do seguro, ou seja, para se tornar beneficiário dessa política é obrigatório ao segurado se filiar e contribuir.

Boschetti (2009, p. 326) argumenta que “a lógica do seguro predominou no Brasil desde o surgimento da Seguridade Social até a constituição de 1988”. Durante esse período, as políticas de previdência e saúde estiveram destinadas somente a trabalhadores contribuintes; até então, a Assistência Social ainda não era regulamentada como direito.

Ao pesquisar sobre os direitos dos trabalhadores na previdência social, Duarte (2005, p.126) afirma que no Brasil:

a expansão da cobertura previdenciária veio em busca da legitimação do poder político e ocorreu em pleno governo militar, pois nesse período a política foi acionada estendeu seus benefícios aos trabalhadores rurais (1971), domésticos (1972) e autônomos (1973), antiga reivindicação dos trabalhadores.

É importante frisar que o regime militar brasileiro é o período compreendido entre o golpe de 1964, época em que os militares governaram o País, até o ano de 1985, quando foi proclamada a Abertura Política pelo então Presidente João Baptista Figueiredo. Para se manterem no poder, os militares adotaram diferentes estratégias de controle social, como por exemplo a de conceder direitos sociais aos trabalhadores.

Ainda segundo Duarte (2005, p. 126),

A expansão da cobertura previdenciária na sua trajetória histórica mostra que se buscava atender os trabalhadores via categoria profissional, principalmente e prioritariamente, aqueles que detinham organização política e eram vitais à economia brasileira [...] Tratou-se de uma estratégia governamental que buscava atender às reivindicações dos trabalhadores organizados, viabilizando os direitos sociais aceitáveis pelo grupo dirigente no momento.

De acordo com a mesma autora, alguns benefícios concedidos durante o governo militar tinham como única finalidade buscar legitimação política. Entre as concessões da época, está “o pecúlio maternidade e o pecúlio aos aposentados com mais de 70 anos ou inválidos. Estendido ao trabalhador rural com a clara intenção de atrair apoio dos trabalhadores ao regime” (Duarte 126).

Vale ressaltar que até o período de expansão de direito aos trabalhadores da agricultura (1971), a Previdência Social garantia direitos apenas aos trabalhadores urbanos, inseridos formalmente no mercado de trabalho. Os trabalhadores rurais ainda necessitaram de muitas lutas para regulamentação e acesso a benefícios previdenciários.

1.4 A Política Previdenciária no Brasil

A Constituição cidadã teve um papel fundamental para o desenvolvimento e garantia de direitos sociais no País. Para Silva (1995, p.52), ela foi a responsável por avanços significativos de direitos aos trabalhadores. Boschetti (2009, p.325) considera que a partir

dessa Constituição a política de Seguridade Social adotada no País passa a ser um misto entre o modelo alemão e o inglês, uma vez que a previdência social é um direito contributivo, a saúde é universal e a assistência social deve ser concedida a quem dela necessitar.

Duarte (2005, p.125) define a previdência social como um sistema de proteção social, contendo um elenco de benefícios que propõe dar cobertura ao trabalhador, quando este deixa de exercer atividade laborativa nos momentos de doença, invalidez, idade avançada, morte, natalidade e acidente de trabalho. A Previdência Social está inserida no contexto amplo da Seguridade Social, uma vez que consta no Art. 194 da Constituição Federal que o conceito de seguridade social adotado no País considera que: “esta compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (MPS).

Apesar da obrigatoriedade inscrita na contribuição da Previdência Social, ela não se resume a política pública, ou seja, o trabalhador pode contribuir também através da iniciativa privada para obter benefícios sociais. Por sua vez, o Ministério da Previdência Social (MPS) estabeleceu uma diferença conceitual para os regimes públicos e privados no Brasil:

O Sistema de Previdência Social brasileiro está estabelecido basicamente sobre dois pilares: a Previdência Social básica, oferecida pelo Poder Público e constituída pelo regime geral e pelos regimes próprios, e a Previdência Privada, de caráter complementar ao regime de previdência oficial, facultativo e baseado na constituição de reservas financeiras garantidoras dos benefícios contratados². (BRASIL, 2012)

Na Previdência Privada, o contribuinte pode optar pela contribuição com a finalidade de garantir benefícios complementares aos pagos pela previdência pública. Os trabalhadores da iniciativa privada são vinculados à Previdência Pública através do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) contributivo e obrigatório, sendo os benefícios garantidos aos contribuintes e também à família do segurado em caso de morte. Nesse sentido, Duarte (2005, p.125) afirma:

A previdência social pública constitui-se um sistema de proteção social, contendo um elenco de benefícios que propõe dar cobertura aos trabalhadores quando este deixa de exercer atividade laborativa nos momentos de doença, invalidez, idade avançada, morte, natalidade e acidente de trabalho.

O Regime Geral da Previdência Social (RGPS) é operacionalizado pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e foi regulamentado no artigo 201 da Constituição Federal de 1988, relacionado abaixo:

² www.previdenciasocial.gov.br

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;

II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;

III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário

IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda

V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º. (BRASIL, 2012)

O Ministério da Previdência Social (MPS) assim define a relação de dependência da família do contribuinte:

os dependentes do contribuinte estão divididos em três classes; são eles: cônjuge, companheiro(a) e filhos menores de 21 anos ou inválidos, desde que não tenham se emancipado entre 16 e 18 anos de idade; pais; Irmãos não emancipados, menores de 21 anos ou inválidos (BRASIL, 2012).

Essas três classes demonstram que a dependência é considerada a partir de laços civis e econômicos formais, visto que alguns dependentes já estão presumidos, enquanto outros necessitam comprovar vínculos e dependência do segurado:

A dependência econômica de cônjuges, companheiros e filhos é presumida. Nos demais casos deve ser comprovada por documentos, como declaração do Imposto de Renda e outros. Para ser considerado companheiro(a) é preciso comprovar união estável com o(a) segurado(a) (idem) (BRASIL, 2012).

No entanto, a condição de segurado ou dependente não é a única exigida (do trabalho) para requerer benefícios, uma vez que é igualmente necessária idade mínima para requerer o benefício de aposentadoria, além de concluir o tempo de carência previsto. O MPS define período de carência como “tempo mínimo de contribuição que o trabalhador precisa comprovar e ter direito a um benefício previdenciário.” Esse tempo varia de acordo com o benefício solicitado; por exemplo; para se aposentar o contribuinte deve ter completado 180 contribuições ou 15 anos. De acordo com MPS a Previdência Social concede ao segurado os seguintes benefícios: aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, auxílio doença, auxílio reclusão, auxílio acidente, pensão por morte, pensão especial (aos portadores da síndrome de talidomida), salário maternidade, salário família além de Assistência Social – BPC-LOAS.

1.5 O Serviço Social na Previdência Social Brasileira

O Serviço Social surgiu no Brasil, com a expansão industrial e surgimento das cidades na década de 1930, para atender uma parcela da população excluída socialmente. A nova realidade, consequência do modo de produção capitalista, criou a chamada mão de obra urbana e também a necessidade de um sistema de proteção para intervir nas desigualdades sociais. A previdência social foi uma das estratégias de enfrentamento da chamada “questão social” ocorrida com o advento do capitalismo.

Para Yazbeck (2007, p.18), “o Serviço Social se institucionalizou e se legitimou a partir dos anos 1930, como um dos recursos mobilizados pelo estado e pelo empresariado e ainda com o suporte da igreja católica, na perspectiva de enfrentamento da questão social”.

Segundo essa autora, a crescente urbanização e a má distribuição de renda entre a população impossibilitaram que as ações de caridade realizadas pela sociedade e pela igreja católica à época, amenizassem a situação de pobreza nas cidades. De acordo com ela:

O Estado assumiu, então, o papel de regulador da condução das políticas econômicas e sociais do país, ao mesmo tempo em que a questão social foi a “matéria prima” que justificou a constituição do espaço profissional do Serviço Social, na divisão social e técnica do trabalho e a construção/atribuição de sua identidade profissional (Yazbeck, 2007, p.19).

A proteção social garantida aos trabalhadores, mediante contribuição, foi parte da estratégia de combate à pobreza, que surgiu como resultado de lutas dos trabalhadores, e o Serviço Social foi uma das profissões chamadas a atuar na política previdenciária do País. De acordo com o INSS (1991, p.7), “o Serviço Social foi inserido na política previdenciária durante o Estado Novo, o país era governado por Getulio Vargas, que permaneceu no poder de 1930 a 1945. Nesse período, a previdência social era organizada na forma de Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP’s)”.

As linhas diretivas gerais para a constitucionalização do Serviço Social na Previdência Social foram firmadas através do Ofício Circular nº 250/1948, conforme Silva (2008, p.19). Para o autor, o trabalho do assistente social era “concebido como assistência complementar”, e “a ação do serviço social na época tinha como objeto o ajustamento social”.

Historicamente o exercício profissional do Serviço Social na política previdenciária foi marcado por momentos políticos e econômicos do país, o que constituiu o fazer profissional da categoria, em um exercício marcado por contradições e lutas dos profissionais para se consolidarem na instituição. Neves e Silva (2008, p.94) apresentam os documentos

que deram respaldo ao exercício profissional da categoria, na política previdenciária até a Matriz Teórico Metodológica:

Até 1994, destacam-se três importantes documentos-parâmetros da ação profissional do assistente social na Previdência: os Planos Básicos de Ação do Serviço Social – PBA, de 1972 e 1978 e a Matriz Teórico Metodológica do Serviço Social na Previdência Social (1994).

O Plano básico de ação de 1972 tinha um “caráter pedagógico” e de acordo com Abreu e Lopes (2008, p.41) “expressa o projeto modernizador do Serviço Social cujos fundamentos de sua constituição avançam no Brasil na primeira fase de institucionalização do Estado de Segurança nacional” Para as autoras:

O projeto profissional que se define nesses marcos reafirma-se como ação político-pedagógico com orientação individualista e psicossocial, tendo a prestação e ou administração de serviços concretos como principal referência material, ao mesmo tempo em que reforça e contribui para o ocultamento dos processos de racionalização desses serviços, nos limites do padrão burocráticos do assistencialismo implementado pela ditadura militar. (Abreu e Lopes, 2008, p.41).

Por sua vez o Plano Básico de ação de 1978, que serviu de parâmetro para o exercício profissional da categoria, até a implementação da Matriz Teórico Metodológica do Serviço Social na Previdência Social, era focado na cultura profissional, de cunho burocrático, despolitizado e conservador. De acordo com Vitória Araújo (2008, p.188) esse plano “remontava ao período da ditadura, cujo a linha era estrutural-funcionalista, com uma visão burocrática institucional[...]com uma pratica integrativa, visando o controle e a regulação dos beneficiários”.

As transformações políticas e sociais ocorridas no país, o entendimento sobre Proteção Social inaugurado pela Constituição de 1988, moveu os assistentes sociais da Previdência Social a buscarem novas referências, além de propostas de mudanças para o exercício profissional da categoria, fatos que resultaram na promulgação da Matriz Teórico Metodológica do Serviço Social na Previdência Social, que tornou o fazer profissional da categoria voltado para:

Assegurar o direito aos benefícios e serviços previdenciários, quer na contribuição para a formação de uma consciência de proteção social ao trabalho com a responsabilidade do Poder Público. Nesse aspecto, entende-se que o Novo Paradigma do Serviço Social está no compromisso de ruptura com o modelo tradicional, na construção e reconstrução permanente teórico-metodológica da prática, visando efetivá-la no jogo das forças sociais presentes. Matriz (1994, p.11)

A Matriz Teorico Metodológica do Serviço Social na Previdência se tornou um marco para a profissão, por romper com o modelo tradicional e também pela aproximação com “o discurso hegemônico da profissão”:

Este fazer é expresso na compreensão do Serviço Social como fenômeno histórico, determinado na realidade social pelas relações sociais de produção, pelos encaminhamentos políticos e na possibilidade e competência técnica do Serviço Social redefinir-se e legitimar-se na ótica do interesse do usuário. Matriz (1994, p.11)

Entretanto, não foi apenas o exercício profissional da categoria de Assistentes Sociais do INSS que sofreu alterações em detrimento das transformações sócio-históricas. De acordo com Cartaxo et al (2011, p. 02),

Essa política, assim como as demais, é determinada pelas condições objetivas sócio-históricas - econômicas e políticas aliada à correlação de forças no movimento dinâmico das classes fundamentais – burguesia e trabalhadores - no conflito antagônico de seus interesses.

Constata-se que a legislação responsável pela transformação sobre o entendimento do direito à proteção social no País foi a promulgação da Constituição de 1988 que, de acordo com Silva (1995, p.52), “traz conceitos novos e amplos sobre a seguridade social” incluindo nova regulamentação. Após a promulgação da Carta Magna, o exercício profissional do Serviço Social no INSS foi definido no artigo 88 da lei 8213 de 24/07/1991 estabelecendo a competência da profissão, conforme abaixo:

“Compete ao Serviço Social esclarecer junto aos beneficiários seus direitos sociais e os meios de exercê-los e estabelecer conjuntamente com eles o processo de solução dos problemas que emergirem da sua relação com a Previdência Social, tanto no âmbito interno da Instituição como na dinâmica da sociedade”, através de interlocução hábil, contínua e de qualidade.

Ainda que, conforme exposto anteriormente, a Constituição Cidadã tenha mudado o conceito de seguridade social vigente no País, e a lei de N° 8213 instituiu novas competências para a profissão na Previdência Social em 1991, o exercício profissional dos assistentes sociais continuou pautado no Plano Básico de Ação de 1978 até a implementação da Matriz Teórico Metodológica do Serviço Social na Previdência Social. No período em que a referida Matriz foi publicada como parâmetro de atuação do Serviço Social na Previdência Social, a profissão já havia adotado a teoria crítica³ para analisar a sociedade capitalista e os fenômenos de pobreza oriundos desse sistema. De acordo com o documento de 1994, a Matriz Teórico Metodológica do Serviço Social na Previdência:

emergiu das inquietações e indagações dos profissionais do Serviço Social do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS na busca de um novo pensar e fazer

³ Conforme LARA, Ricardo (2009, p. 53) as diretrizes curriculares do curso de Serviço Social delimitam os componentes principais teoria social crítica que são as dimensões: teórico metodológica, técnico-operativa e ético-política. O assistente social deve estar capacitado para apreender, pela perspectiva da totalidade, as determinações da vida social da sociedade burguesa, o processo histórico da sociedade brasileira, o significado social da profissão e das suas demandas, a sua inserção na divisão social do trabalho e, principalmente compreender a estatura política que envolve a profissão.

profissional capazes de responder às demandas sócio-institucionais face a conjuntura brasileira (MPS, 1994 p.15).

Segundo Yazbeck (2008, p.115), a Matriz, “apresentou um novo paradigma para o Serviço Social na Previdência Social, o qual reestrutura o fazer profissional do Serviço Social na área e vai se constituir em um marco na história da profissão na Previdência”. A regulamentação publicada em 1994 foi construída em consonância com o Código de Ética e com a Lei de Regulamentação da Profissão, conforme citação a seguir:

Este paradigma referencia-se ainda no Código de Ética, Resolução C.F.A.S n.273/93 de 13 de maio de 1993, e na Regulamentação da profissão-Lei n. 8.662 de 7 de junho de 1993, estatutos que regulamentam o exercício profissional dos Assistentes Sociais e no artigo 88 da lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que estabelece as diretrizes para a ação do Serviço Social na Previdência (MPS, 1994 p.1).

A Matriz Teórico Metodológica do Serviço Social teve importante repercussão na Previdência Social, uma vez que especificou as ações profissionais do Serviço Social no INSS, quais sejam: socialização das informações previdenciárias, ações de fortalecimento do coletivo, assessoria, parecer social e pesquisa social.

1.6 O atual Contexto dos Benefícios pagos pela Previdência Social.

A vinculação histórica entre os direitos previdenciários e o trabalho formal nem sempre garantiu universalidade na percepção de renda, uma vez que deixou uma parcela de trabalhadores desprotegidos.

Pode se afirmar que, apesar da Constituição de 1988 representar uma mudança no entendimento de proteção social no País, ela manteve a Previdência Social como um direito contributivo e deixou à margem uma parcela significativa de pessoas que (impossibilitadas de contribuir, seja pelo trabalho informal que executam, ou pelos valores das contribuições exigidas) somente terão acesso a benefícios do Estado ligados à política de Saúde que é universal, ou dos Programas de Assistência Social.

Por outro lado, os benefícios garantidos pela Previdência Social têm desempenhado um importante papel no combate à pobreza, seja no meio rural ou urbano. A aposentadoria para idosos é um exemplo disso, que somado ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) garante renda a pessoas idosas e a pessoas portadoras de deficiência, o que resulta em melhorias nas condições de vida de várias famílias.

Para demonstrar um panorama da realidade diferenciada sobre a inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho e consequentes benefícios da Previdência Social, serão apresentados os quadros a seguir, visando mostrar um perfil da capacidade contributiva dos

trabalhadores brasileiros. Neste contexto, podemos constatar que muitas donas de casa ou pessoas em ocupações informais passaram a vida toda trabalhando, e ao chegar a época da aposentadoria são totalmente excluídas de benefícios. Os quadros demonstram que as mulheres são a maioria das beneficiárias da Previdência Social, porém, na maioria dos casos, elas figuram como dependentes.

Os dados constantes nos quadros a seguir demonstram ainda que, ao limitar o direito ao contribuinte, a Previdência Social deixou de reconhecer parte dos trabalhadores (ocupações informais e donas de casa) além de excluir pessoas que não tinham condições financeiras de contribuir com a cota mínima (alíquota de 11% do salário mínimo).

Quadro I – Grupos de Benefícios Mantidos pela Previdência Social no Brasil

Mantidos Contém os dados do grupo de benefícios mantidos.					
	Sexo.				
Espécie	Masculino	Feminino	Nao Informado	{ñ class}	Total
Pensão por Morte de Trabalhador Rural	9.147	532.862	15.618	3	557.630
Pensão por Morte Acidentária-Trab. Rural	51	2.270	45	0	2.366
Pensão por Morte de Empregador Rural	325	14.718	696	0	15.739
Aposentadoria por Invalidez-Trab. Rural	103.430	35.417	9.982	0	148.829
Aposent. Invalidez Acidentária-Trab.Rur.	3.076	464	164	0	3.704
Aposent. Invalidez Empregador Rural	2.183	336	221	0	2.740
Aposentadoria por Velhice - Trab. Rural	164.533	116.380	28.371	0	309.284
Aposent. por Idade - Empregador Rural	9.796	1.523	1.118	0	12.437
Auxílio Doença Acidentário - Trab. Rural	1	0	0	0	1
Amparo Previdenc. Invalidez- Trab. Rural	22.042	42.037	6.976	0	71.055
Amparo Previdenc. Idade - Trab. Rural	1.888	16.950	2.890	0	21.728
Auxílio Doença - Trabalhador Rural	18	6	1	0	25
Pensão por Morte Previdenciária	946.313	5.299.648	388	7	6.246.356
Auxílio Reclusão	16.939	26.638	1	0	43.578
Pensão por Morte Especial	162	2.253	3	0	2.418
Pensão por Morte Regime Geral	49	2.080	3	0	2.132
Auxílio Doença Previdenciário	541.292	412.369	0	0	953.661
Auxílio Acidente Previdenciário	30.490	5.165	3	0	35.658
Renda Mensal Vitalícia por Idade	6.556	28.902	28	0	35.486
Aposentadoria por Idade	3.056.797	5.136.933	5.856	2	8.199.588
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	3.003.297	1.264.699	1.319	1	4.269.316
Pensão Vitalícia Síndrome Talidomida	394	403	0	0	797
Aposent. Tempo de Serviço de Professor	3.664	67.772	2	0	71.438
Auxílio Salário Maternidade	0	46.293	0	0	46.293
Pensão Vitalícia Seringueiros	6.031	717	1	0	6.749
Pensão Vitalícia Dependentes Seringueiro	439	6.230	1	0	6.670
Amp. Social Pessoa Portadora Deficiencia	1.022.069	909.735	21	2	1.931.827
Amparo Social ao Idoso	730.013	968.665	42	0	1.698.720
Pensão Esp. Vitimas Hemodiálise-Caruaru	19	41	0	0	60
Auxílio Doença por Acidente do Trabalho	85.378	37.415	0	0	122.793
Aposent. Invalidez Acidente Trabalho	128.627	43.162	83	0	171.872
Pensão por Morte Acidente do Trabalho	5.223	115.912	3	4	121.142
Auxílio Acidente	243.150	46.534	711	0	290.395
Auxílio Suplementar Acidente Trabalho	60.201	7.952	39	0	68.192
Pensão Especial Hanseníase Lei 11520/07	3.436	2.933	0	0	6.369
{ñ class}	0	0	5	0	5
Total	12.219.472	16.557.790	77.351	21	28.854.634

Consulta executada em 28/03/2012 às 14:24h

Quadro 1: Grupos de benefícios mantidos no Brasil
(Fonte INSS, 2012)

O quadro acima foi cedido por um profissional de Serviço Social atuante na Agência Central da Previdência Social de Florianópolis e apresenta a quantidade de benefícios pagos pelo INSS em 2011. Nele há um recorte da quantidade benefícios pagos a homens e mulheres atualmente. Se tomarmos como base os números expostos no quadro, é possível questionar se a desigualdade de inserção entre mulheres e homens no mercado de trabalho tem impacto na vida desses indivíduos, no momento de requerer a aposentadoria, uma vez que apesar das mulheres aparecerem como as grandes beneficiadas da previdência social, elas são dependentes dos seus companheiros e não contribuintes sejam seguradas especiais (rural) ou beneficiárias do meio urbano.

Ao observar o Quadro I, foi possível constatar que as mulheres se destacam numericamente em alguns benefícios concedidos pela Previdência Social; elas são a maioria dos segurados como pensionistas, que recebem auxílios ou amparos pagos pela instituição. Se considerarmos as aposentadorias, os homens são maioria dos beneficiados que se aposentam por tempo de contribuição e auxílio doença, ou por acidente de trabalho, enquanto as mulheres são maioria das aposentadas por idade.

Logo, ainda que alguns autores apontem as mulheres como a maioria entre os beneficiados da Previdência Social, há uma grande distinção entre os benefícios concedidos a mulheres e homens. Ou seja, os benefícios resultados de contribuição são majoritariamente recebidos por homens, enquanto os benefícios concedidos para “dependentes” são recebidos na sua grande maioria por mulheres, que como consequência da dedicação aos lares e da dependência dos companheiros, permanecem a margem da contribuição previdenciária. Esse dado parece revelar que a possibilidade de contribuição é diferente entre os sexos, seja pela inserção no mercado de trabalho ou ainda pela capacidade contributiva de ambos.

Um exemplo de que há benefícios concedidos pelo INSS majoritariamente femininos é a aposentadoria por idade, pois, de acordo com os números do Quadro I há 3.056.797 homens que recebem esse benefício, são do meio urbano, enquanto o número de mulheres é de 5.136.933, portanto superior ao número de homens, o que pode significar que as mulheres vivem mais ou recebem aposentadoria por mais tempo.

Contudo, quando se fala em aposentadoria por tempo de contribuição, o número se inverte e são os homens em sua maioria que recebem esse benefício. Nesse caso, 3.003.297 homens são contemplados, enquanto que o número de mulheres é 1.264.699. Esse número pode representar que as mulheres têm mais dificuldade de se inserir no mercado de trabalho, ou atuam em ocupações informais sem garantias de direitos, ou ainda enfrentam dificuldades

de completar o tempo de carência, devido às atividades atribuídas a elas no núcleo familiar, assunto abordado adiante.

De acordo com os números do Quadro I sobre os benefícios concedidos por acidente de trabalho, os homens são a maioria dos segurados com 128.627 para 43.162; nesse caso o número de mulheres beneficiadas é baixo se comparado aos homens. Esse dado representa que os trabalhadores do sexo masculino estão mais expostos a acidente de trabalho. Se tomarmos como base o número de homens e mulheres que recebem aposentadoria por acidente de trabalho, pode-se dizer que esse é um benefício majoritariamente recebido por homens. Atualmente, são 128. 627 homens aposentados em decorrência de acidentes do trabalho, para 43.162 mulheres que recebem o mesmo benefício.

Por sua vez, a quantidade de mulheres seguradas pela pensão (benefício destinado a dependentes por morte) é de 115.912; já os beneficiários do sexo masculino são apenas 45.223; ou seja, as pensões são majoritariamente recebidas por mulheres, enquanto que as aposentadorias (de forma geral) beneficiam um número maior de homens. Esses dados podem retratar a realidade de trabalho além da capacidade contributiva de ambos.

O Quadro II a seguir faz um recorte dos benefícios previdenciários pagos pela Previdência Social no Estado de Santa Catarina no ano de 2011, porém apenas em nível Estadual.

Quadro II – Benefícios mantidos atualmente pela Previdência Social em Santa Catarina

Mantidos					
Contém os dados do grupo de benefícios mantidos.					
Espécie	Sexo.				
	Masculino	Feminino	Nao Informado	{ñ class }	Total
Pensão por Morte de Trabalhador Rural	319	14.193	342	0	14.854
Pensão por Morte Acidentária-Trab. Rural	3	149	0	0	152
Pensão por Morte de Empregador Rural	4	632	22	0	658
Aposentadoria por Invalidez-Trab. Rural	3.291	1.034	276	0	4.601
Aposent. Invalidez Acidentária-Trab.Rural	183	28	20	0	231
Aposent. Invalidez Empregador Rural	225	25	16	0	266
Aposentadoria por Velhice - Trab. Rural	3.242	1.245	279	0	4.766
Aposent. por Idade - Empregador Rural	384	27	46	0	457
Amparo Previdenc. Invalidez- Trab. Rural	386	750	89	0	1.225

Mantidos					
Contém os dados do grupo de benefícios mantidos.					
Espécie	Sexo.				
	Masculino	Feminino	Nao Informado	{ñ class }	Total
Amparo Previdenc. Idade - Trab. Rural	8	199	26	0	233
Pensão por Morte Previdenciária	41.710	203.144	8	1	244.863
Auxílio Reclusão	1.057	1.477	0	0	2.534
Pensão por Morte Especial	4	75	0	0	79
Pensão por Morte Regime Geral	1	27	0	0	28
Auxílio Doença Previdenciário	36.014	41.991	0	0	78.005
Aposentadoria Invalidez Previdenciária	72.189	62.515	44	0	134.748
Auxílio Acidente Previdenciário	2.412	443	0	0	2.855
Renda Mensal Vitalícia por Idade	64	339	0	0	403
Aposentadoria por Idade	89.015	192.770	136	0	281.921
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	180.355	72.146	29	0	252.530
Aposentadoria Especial	20.353	1.530	7	0	21.890
Pensão Vitalícia Síndrome Talidomida	11	26	0	0	37
Aposent. Tempo de Serviço de Professor	99	1.585	0	0	1.684
Auxílio Salário Maternidade	0	3.202	0	0	3.202
Pensão Vitalícia Seringueiros	2	0	0	0	2
Pensão Vitalícia Dependentes Seringueiro	0	1	0	0	1
Amp. Social Pessoa Portadora Deficiência	18.856	17.283	0	0	36.139
Amparo Social ao Idoso	7.632	12.398	1	0	20.031
Auxílio Doença por Acidente do Trabalho	8.463	6.727	0	0	15.190
Aposent. Invalidez Acidente Trabalho	8.036	2.597	4	0	10.637
Pensão por Morte Acidente do Trabalho	284	6.656	0	0	6.940
Auxílio Acidente	13.527	1.720	27	0	15.274
Auxílio Suplementar Acidente Trabalho	1.652	151	1	0	1.804
Pensão Especial Hanseníase Lei 11520/07	52	74	0	0	126
Total	510.745	648.697	1.378	1	1.160.821
Consulta executada em 28/03/2012 às 14:29h					

Quadro 2: Grupos de benefícios mantidos em Santa Catarina
(Fonte INSS, 2012)

Seleções definidas		
Variável	Critério	Valor
Grupo Situação	igual a	Ativo
UF	igual a	Santa Catarina

Quadro 3: Grupos de benefícios por seleções
(Fonte INSS, 2012)

Em Santa Catarina constata-se também a grande diferença entre homens e mulheres no Benefício correspondente à “Pensão por Morte Previdenciária”. Enquanto 41.710 homens recebem esse Benefício, 203.144 mulheres são por ele beneficiadas. Já na “Aposentadoria por Tempo de Contribuição”, destacam-se os homens com 180.355 beneficiários destoando das mulheres que chegam a 72.146. Outro dado que se destaca é em relação à Aposentadoria por Invalidez decorrente de Acidente Trabalho, na qual os homens são maioria de 8.036 enquanto somente 2.597 mulheres percebem o mesmo Benefício. Esses números confirmam que a mulher figura majoritariamente como beneficiária dependente, enquanto homens são os segurados por contribuírem enquanto trabalhadores.

Embora os dados pareçam naturalizados, demonstram que as mulheres ficaram à margem de serem reconhecidas como trabalhadoras, ainda que executem ofícios no espaço privado, é trabalho e como tal deveriam ser beneficiadas. A tabela seguinte correspondente ao Município de Florianópolis/SC.

Quadro III – Benefícios mantidos atualmente pela Previdência Social em Florianópolis

Mantidos				
Contém os dados do grupo de benefícios mantidos.				
Espécie	Sexo.			
	Masculino	Feminino	Nao Informado	Total
Pensão por Morte de Trabalhador Rural	9	188	4	201
Pensão por Morte Acidentária-Trab. Rural	0	1	0	1
Pensão por Morte de Empregador Rural	0	4	0	4
Aposentadoria por Invalidez-Trab. Rural	31	11	2	44
Aposent. Invalidez Acidentária-Trab.Rur.	3	0	0	3
Aposentadoria por Velhice - Trab. Rural	19	28	2	49
Aposent. por Idade - Empregador Rural	0	1	0	1
Amparo Previdenc. Invalidez- Trab. Rural	7	9	0	16
Amparo Previdenc. Idade - Trab. Rural	0	2	2	4
Pensão por Morte Previdenciária	1.519	10.053	1	11.573

Mantidos				
Contém os dados do grupo de benefícios mantidos.				
Espécie	Sexo.			
	Masculino	Feminino	Nao Informado	Total
Auxílio Reclusão	39	48	0	87
Pensão por Morte Especial	0	4	0	4
Pensão por Morte Regime Geral	0	3	0	3
Renda Mensal Vitalícia por Incapacidade	70	96	0	166
Auxílio Doença Previdenciário	1.677	2.220	0	3.897
Aposentadoria Invalidez Previdenciária	4.354	4.771	2	9.127
Auxílio Acidente Previdenciário	52	12	0	64
Renda Mensal Vitalícia por Idade	8	49	0	57
Aposentadoria por Idade	2.137	6.440	2	8.579
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	10.103	5.412	2	15.517
Aposentadoria Especial	607	64	0	671
Pensão Vitalícia Síndrome Talidomida	0	2	0	2
Aposent. Tempo de Serviço de Professor	16	229	0	245
Auxílio Salário Maternidade	0	155	0	155
Amp. Social Pessoa Portadora Deficiência	720	581	0	1.301
Amparo Social ao Idoso	347	627	0	974
Auxílio Doença por Acidente do Trabalho	312	280	0	592
Aposent. Invalidez Acidente Trabalho	302	195	0	497
Pensão por Morte Acidente do Trabalho	7	243	0	250
Auxílio Acidente	271	54	2	327
Auxílio Suplementar Acidente Trabalho	56	10	0	66
Pensão Especial Hanseníase Lei 11520/07	1	8	0	9
Total	22.698	31.874	19	54.591
Consulta executada em 28/03/2012 às 14:38h				

Quadro 4: Grupos de benefícios mantidos em Florianópolis
(Fonte INSS, 2012)

Seleções definidas		
Variável	Critério	Valor
GEx	igual a	Inexistente; Florianópolis
Grupo Situação	igual a	Ativo
GEx.	igual a	Florianópolis
Município	igual a	20053-SC-Florianópolis
UF	igual a	Santa Catarina

Quadro 5: Grupos de benefícios por seleções em Florianópolis
(Fonte INSS, 2012)

Na grande Florianópolis, há também grande incidência de mulheres como dependentes dos benefícios da Previdência Social. Novamente se destaca o Benefício corresponde à “Pensão por Morte Previdenciária”: enquanto 1.059 homens são beneficiários da mesma, 10.053 mulheres recebem esse Benefício. Também a aposentadoria por idade pode ser considerada com grande diferencial: enquanto 2.137 homens a recebem, o número de mulheres é 6.440.

1.7 Os Benefícios Concedidos pela Previdência Social: Refletindo a divisão sexual do Trabalho.

As tabelas a seguir representam alguns dados expostos no quadro intitulado Grupos de Benefícios Mantidos pela Previdência Social no Brasil. A finalidade em destacar esses números é evidenciar que há alguns benefícios majoritariamente recebidos por homens enquanto outros pelas mulheres. Esses dados estão diretamente relacionados à inserção no mercado de trabalho, com a capacidade contributiva, e refletem os papéis atribuídos a homens e mulheres na sociedade, além dos impactos causados no acesso aos direitos aos benefícios concedidos pela Previdência Social.

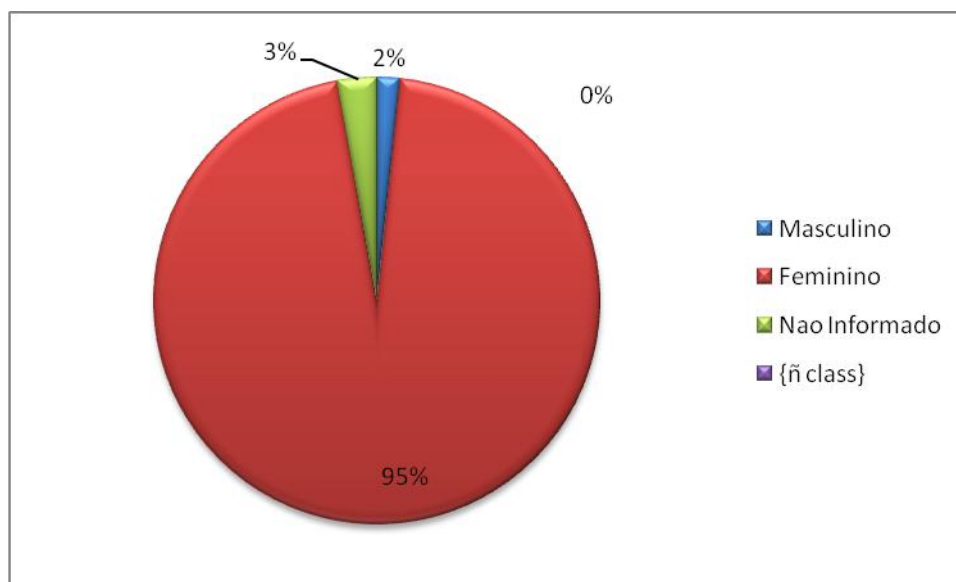
Em relação aos benefícios previdenciários, a desigualdade entre homens e mulheres demonstradas anteriormente pode ser consequência da legislação previdenciária no Brasil, que historicamente tratou de definir valores e obrigatoriedade de contribuição, o que deixou à margem o trabalho informal,⁴ além das funções exercidas pelas mulheres no interior dos lares. Essa postura adotada no País terminou por refletir na vida dessas pessoas, no momento de requerer aposentadoria ou qualquer benefício concedido pela **Previdência Social**. Acredita-se, portanto, que a realidade apresentada nos quadros anteriores não esteja desconectada das relações sociais construídas historicamente para homens e mulheres, mas se tornaram ocultas na sociedade, ou ainda naturalizadas.

Os gráficos utilizados neste trabalho foram construídos com base nos quadros cedidos pela Agência Central da Previdência Social, no município de Florianópolis, e são recorte de alguns benefícios de homens e mulheres segurados da Previdência Social para fundamentar o debate proposto. Se considerarmos os dados expostos nos quadros apresentados anteriormente, nota-se que as mulheres são as maiores beneficiadas, porém

⁴ Aqui entendido como as atividades que o trabalhador exerce por conta própria, sem contribuir para a Previdência Social

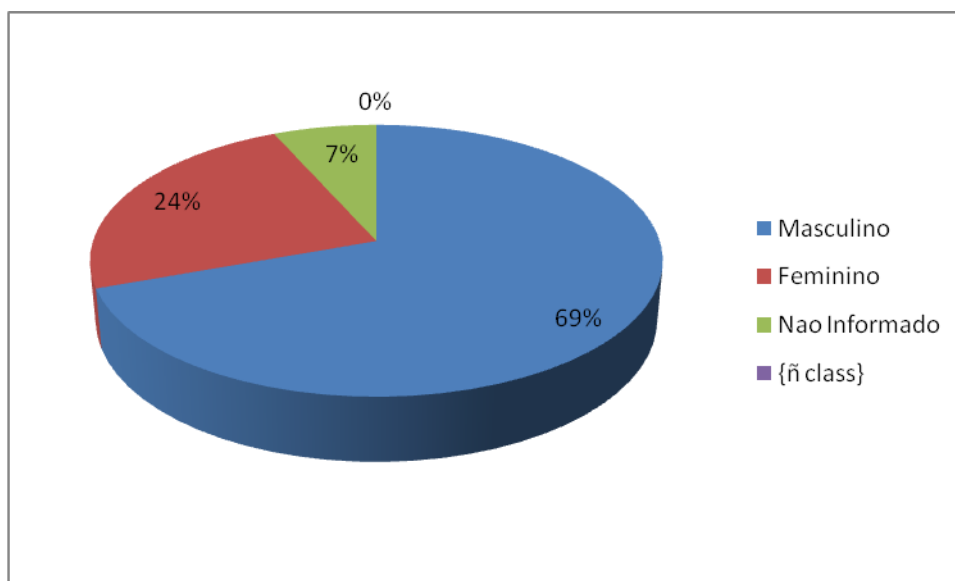
numa análise dos tipos de benefícios a elas concedidos, percebe-se que figuram como dependentes seja no meio urbano ou rural.

Figura 1: **Pensão por Morte do Trabalhador Rural**



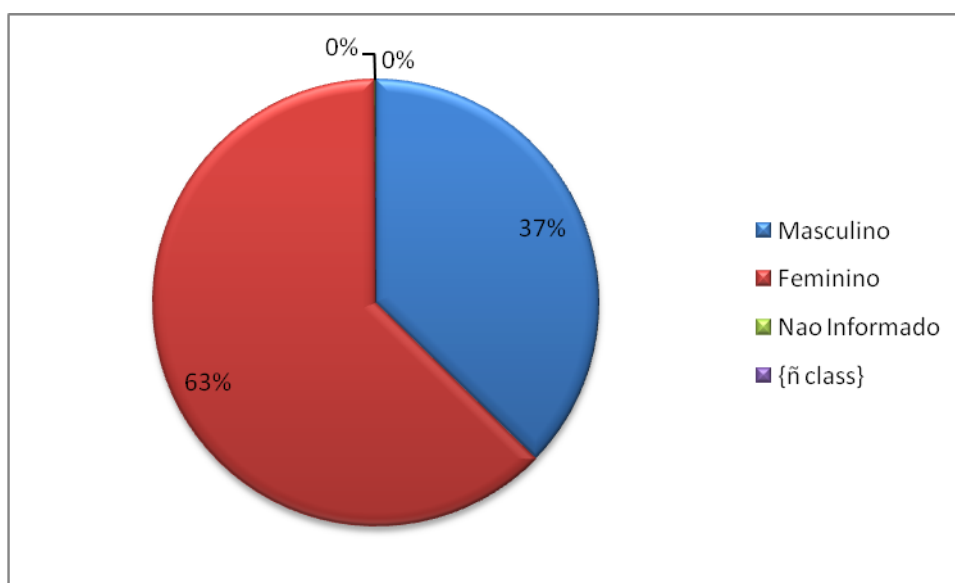
(Fonte: INSS, 2012)

O Ministério da Previdência Social define a Pensão por morte como um: “Benefício pago à família do trabalhador quando ele morre”. De acordo com dados dos quadros apresentado anteriormente, o número de pessoas beneficiadas pela pensão por morte no meio rural é de 557.630, dos quais 95% são mulheres. No Brasil, a legislação garante direitos iguais para os conjuges quando o benefício é essa pensão indepentendemente do sexo.

Figura 2: Aposentadoria por Invalidez do Trabalhador Rural

(Fonte: INSS, 2012)

A aposentadoria aparece como um benefício recebido majoritariamente por homens, mesmo considerando o recorte de aposentadoria por invalidez, e paga aos trabalhadores do meio rural. Os homens apresentam significativa maioria em comparação às mulheres, e são maioria dos beneficiados em número de aposentadoria concedida.

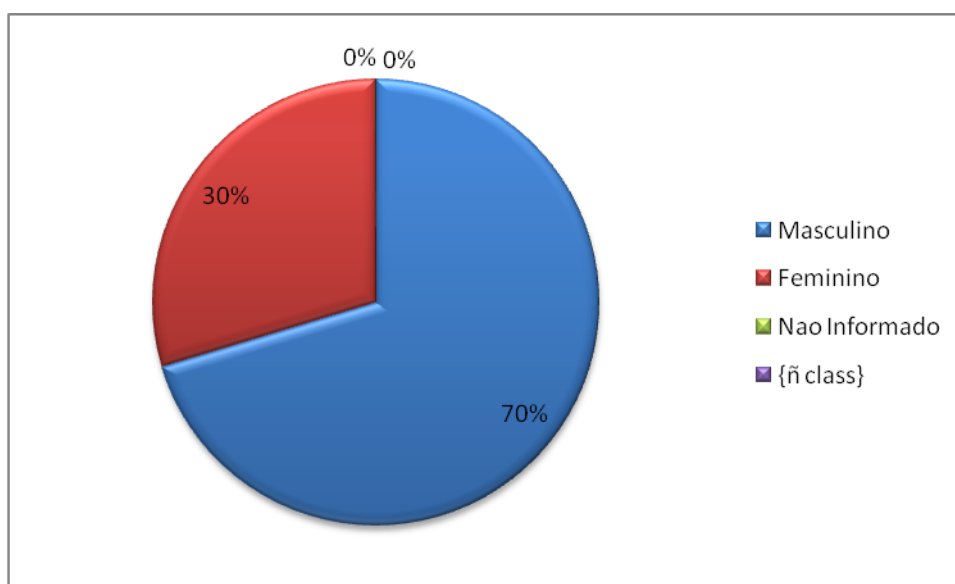
Figura 3: Aposentadoria por idade

(Fonte: INSS, 2012)

No entanto, se tomarmos como base o pagamento de aposentadoria por idade, é possível identificar que, do total de 8.199.588 dos beneficiários, 3.056.797 são homens, enquanto 5.136.933 são mulheres, ou seja, elas são a maioria das pessoas que recebem aposentadoria quando o benefício é por idade; as demais categorias de aposentados são majoritariamente homens.

Ao analisar a aposentadoria por tempo de contribuição, observa-se que do total de 4.269.316 beneficiários, 3.003.297 são homens, enquanto apenas 1.264.699 são mulheres. Esse dado pode ser consequência do perfil ocupacional das mulheres, que conforme já mencionado apresentam maiores dificuldades em completar o tempo de contribuição para requerer o benefício de aposentadoria, ainda que a legislação assegure menor tempo que os homens. Conforme veremos no quadro a seguir, na aposentadoria por tempo de contribuição, a maioria dos que recebem são homens.

Figura 4: Aposentadoria por Tempo de Contribuição

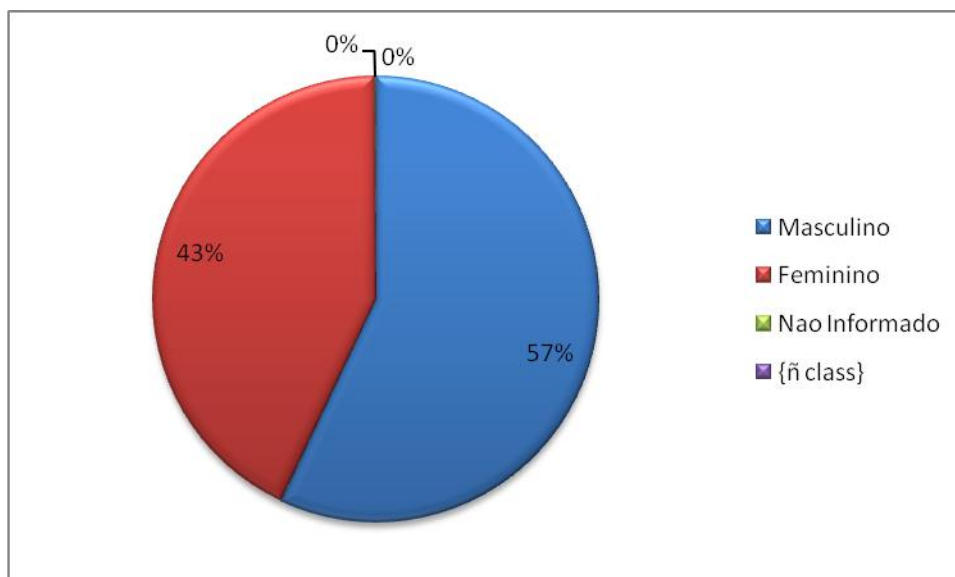


(Fonte: INSS, 2012)

Fenômeno semelhante ao representado na figura anterior, ocorre com o benefício de aposentadoria por invalidez. De acordo com o Ministério da Previdência Social:

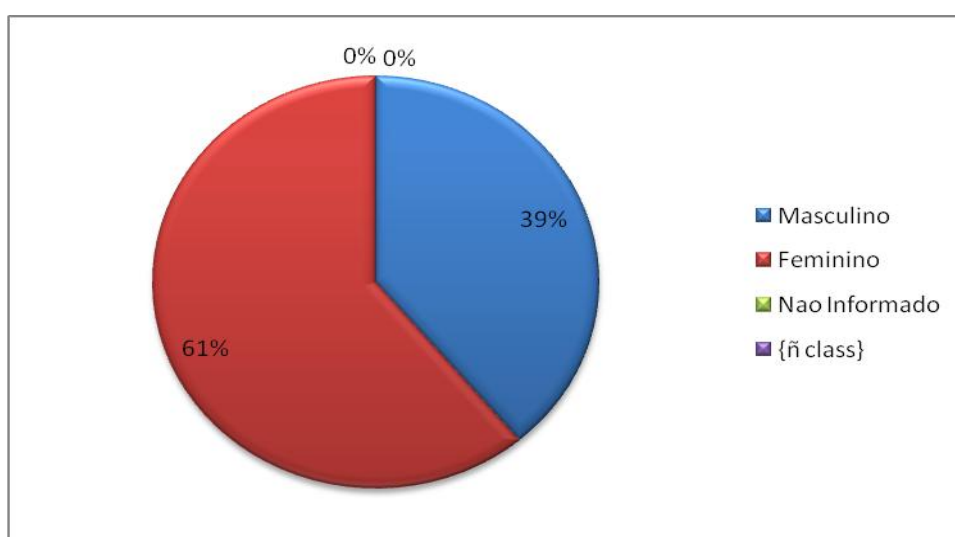
⁵É um benefício concedido aos trabalhadores que, por doença ou acidente, forem considerados pela perícia médica da Previdência Social incapacitados para exercer suas atividades ou outro tipo de serviço que lhes garanta o sustento.

⁵ www.previdenciasocial.gov.br

Figura 5: Aposentadoria por Invalidez

(Fonte: INSS, 2012)

Os dados da figura referente à aposentadoria por Invalidez sugerem que os homens estão mais vulneráveis a acidentes de trabalho, pois são eles a maioria de trabalhadores afastados devido a acidentes. Ou podem representar que as mulheres que se acidentam, ainda que em atividades laborais, não conseguem acessar esses benefícios por não apresentarem a condição de seguras, ou ainda quando acontece durante o exercício das funções do lar são classificados como acidentes domésticos.

Figura 5: Auxílio Reclusão

(Fonte: INSS, BRASIL 2012)

O auxílio reclusão é um dos benefícios pagos majoritadamente a mulheres, pois, do total de 43.578 segurados, 26.638 são mulheres, enquanto apenas 16.939 são homens. Essa realidade pode ser consequência de o auxílio reclusão ser um benefício garantido a dependentes do segurado e a maioria dos dependentes serem mulheres. O Ministério da Previdência Social ⁶ assim definiu o auxílio reclusão:

Um benefício devido aos dependentes do segurado recolhido à prisão, durante o período em que estiver preso sob regime fechado ou semiaberto. Não cabe concessão de auxílio-reclusão aos dependentes do segurado que estiver em livramento condicional ou cumprindo pena em regime aberto. (www.mpas.gov.br)

Todavia, de acordo com a mesma fonte, só tem direito a esse benefício a família do segurado que, ao ser preso, cumprir as condicionalidades impostas pela legislação previdenciária conforme citação a seguir:

Para a concessão do benefício, é necessário o cumprimento de requisitos como, não estar recebendo nenhum outro benefício como auxílio doença, aposentadoria, entre outros, e não poderá receber salário da empresa na qual trabalhava. Há ainda a exigência de que o preso tenha mantido a qualidade de segurado e a renda máxima familiar para receber esse auxílio, de acordo com a Portaria nº 02, de 06/01/2012 para o ano de 2012 é de: R\$ 915, 05.

(www.mpas.gov.br)

É importante lembrar que escolhemos apenas alguns dos dados constantes no quadro intitulado Grupos de Benefícios Mantidos pela Previdência Social no Brasil, no intuito de demonstrar que, enquanto segurados pela Previdência, homens e mulheres se destacam como beneficiários, de acordo com a inserção na sociedade que acaba por representar a divisão sexual do trabalho imposta a ambos. É possível que essa realidade seja modificada com a lei 12.470, uma vez que a lei abrange um grande número de mulheres que dedicam a vida aos cuidados do lar, dependem de um provedor para sobreviverem, e como oriundas de famílias de baixa renda e dependentes economicamente de seus maridos ou companheiros não conseguiam contribuir com alíquota de 11%, o que as colocavam como seguradas da Previdência Social apenas nos benefícios concedidos aos dependentes.

2. A LEI 12.470: CONTEMPLANDO O RECONHECIMENTO DE UM DIREITO.

No decorrer da sua história, a Previdência Social brasileira não especificou direitos a homens e mulheres devido ao papel social de ambos; ao contrário, tratou da obrigatoriedade

⁶ www.previdenciasocial.gov.br

de filiação e de ser contribuinte para se tornar segurado e assegurar aos seus dependentes uma renda em caso de morte. Dessa forma, as mulheres que não tivessem vínculo formal de trabalho só eram possibilitadas à condição de seguradas caso estivessem inscritas na Previdência Social como facultativas, que garantia a dona-de-casa tornarem seguradas contribuindo com 11% do salário mínimo, e ao se inscreverem, passavam a ter direito aos benefícios garantidos e a recorrer à aposentadoria por idade. A mulher que trabalha na agricultura tem seus direitos garantidos como segurada especial.

Contudo, a partir da aprovação da lei 12.470, o direito de tornar-se segurada da Previdência Social foi expandido às pessoas dedicadas exclusivamente aos trabalhos domésticos, dependente de um provedor, com renda familiar de até dois salários mínimos. É possível, portanto, afirmar que a aprovação da lei foi um reconhecimento pelo trabalho exercido gratuitamente, por afeto à manutenção da vida nos lares, e na expectativa de que essa medida também possa ter impactos relevantes na redução da condição de pobreza e vulnerabilidade social eventualmente vivenciada por essas mulheres.

A emenda constitucional pelo direito de aposentadoria para as donas de casa de baixa renda foi uma proposta da deputada Luci Choinacki (PT/SC) em 2001. De acordo com informações do site PT na Câmara⁷, foi também fruto de um longo processo de luta de movimentos sociais em todo o País, principalmente do movimento das mulheres. Segundo a mesma fonte, “na época em que a proposta foi encaminhada poucas pessoas acreditavam ser possível essa discussão” (2011 p.1), o que tornou necessárias mobilizações sociais para a causa das donas de casa.

Durante o processo que culminou na aprovação da lei 12.470, os movimentos sociais formaram comitês de luta em 25 estados brasileiros e no distrito federal e entregaram abaixo assinado às autoridades com mais de um milhão de assinaturas. Além disso, efetuaram-se Marchas em âmbito Nacional das mulheres pela aposentadoria das donas de casa. Nas palavras da deputada, “a inclusão Previdenciária das donas de casa cumpre um papel fundamental no que se refere à luta contra a pobreza e significa um avanço na direção das desigualdades sociais, econômicas e de gênero e também na redução da violência”. (2011 p.1).

Antes da aprovação da lei que expandiu o direito de contribuição para pessoas dedicadas exclusivamente aos serviços do lar, a normatização da atividade profissional dos trabalhadores domésticos incluiu esses profissionais como segurados da Previdência Social,

⁷ www.ptnacamara.org.br

e, ainda que não tratasse especificamente sobre mulheres, beneficiou um grande número de trabalhadoras, visto que elas são a maioria das pessoas que ocupam esses postos de trabalhos nos lares de outras famílias. Todavia, ainda há um grande número de trabalhadoras domésticas atuando informalmente.

A legislação que regulamenta a filiação na Previdência Social visa garantir renda aos trabalhadores e suas famílias nos momentos de incapacidade para o trabalho; sendo aberta a todo cidadão independentemente do sexo, essa finalidade está nitidamente definida no art. 1 da lei 8213:

A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

A lei esclarece que os beneficiários da Previdência Social são os segurados e seus dependentes e define como segurados os empregados, empregados domésticos, trabalhadores avulsos, contribuintes individuais, segurados especiais (trabalhadores rurais, pescadores) e segurados facultativos. De acordo com INSS, os benefícios garantidos a esses contribuintes são: aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria por idade, auxílio reclusão e salário maternidade.

Até a regulamentação da lei 12.470, indivíduo que optasse por se tornar um segurado, poderia se cadastrar na Previdência Social como contribuinte individual ou facultativo, visto que as demais modalidades de segurado estão condicionadas a um exercício formal de trabalho, deixando um grande número de trabalhadores à margem dos direitos garantidos aos segurados da previdência social, por fatores econômicos que limitam a condição financeira para se contribuir com a alíquota de 20% ou 11% exigidas para os filiados como segurados facultativos ou individuais, realidade que vem sendo gradativamente modificada com o avanço do papel da mulher na sociedade.

Um dos responsáveis pela divulgação de estatísticas em relação às mulheres e a Previdência Social no Brasil é o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). De acordo com pesquisa divulgada em 2011 no Anuário das Mulheres, (2011, p. 111,112) o número de contribuintes do sexo feminino tem aumentado significativamente; isso mostra a crescente inclusão feminina como seguradas da Previdência Social, o que pode demonstrar maior inserção no mercado de trabalho, ou a conscientização da importância de se tornar segurada.

Os números apresentados a seguir referem-se à quantidade de mulheres que se inseriram no mercado de trabalho e se tornaram contribuintes individuais ou autônomas. A pesquisa tem dados coletados antes da aprovação a Lei 12.470, demonstrando que as mulheres de diversas regiões do País e de diferentes situações socioeconômicas, que trabalham na informalidade, incluindo as donas-de-casa têm se conscientizado sobre a importância de ser seguradas.

Brasil e Grandes Regiões	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Norte	32,6	34,1	34,7	37,1	39,6	40,7
Nordeste	29,0	29,2	31,3	32,5	34,2	36,8
Sudeste	55,5	56,5	57,1	58,7	60,0	61,2
Sul	51,1	51,5	53,3	56,1	58,0	59,5
Centro-Oeste	45,3	48,6	48,3	49,7	50,9	52,9
BRASIL	45,5	46,3	47,6	49,4	50,9	52,7

Figura 1: Quantidade de mulheres ocupadas que contribuem para a Previdência Social
Fonte: DIEESE (Brasil, 2011)

Contudo, apesar do aumento do número de mulheres seguradas da Previdência Social apontados anteriormente, ainda há um número considerável de mulheres que ocupam postos de trabalho informal. Certamente, dentre as mulheres trabalhadoras e não contribuintes há um grande número de donas de casa, inclusive chefes de família, que não dispõem de recursos para contribuir sem alíquota reduzida, devido à necessidade de manter a sobrevivência do seu grupo familiar. A figura a seguir é uma amostra do DIEESE referente a mulheres que, apesar de exercerem atividades profissionais, não estão seguradas pela Previdência Social.

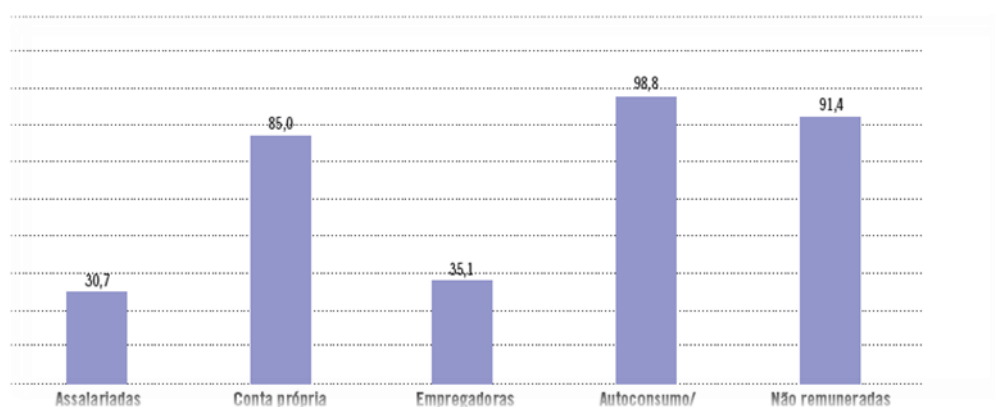


Figura 2: Quantidade de mulheres trabalhadoras não contribuintes para a Previdência Social por ocupações.

Fonte: DIEESE (Brasil, 2011)

Nos casos semelhantes aos apresentados na figura anterior, ainda que a família da trabalhadora seja considerada de baixa renda, ela não teria direito à inscrição na Previdência Social pela lei de aposentadoria para donas de casa, uma vez que uma das especificidades para contribuir com alíquota reduzida é que a pessoa seja dedicada exclusivamente a trabalho doméstico no interior dos lares e não tenha renda própria. Logo, ainda há um número considerável de mulheres que necessitam de regulamentação incluindo mulheres como seguradas, uma vez que tal medida foi considerada pelos legisladores política de combate à pobreza.

Segundo MPAS (2001, p.5), a maioria dos benefícios emitidos pela Previdência Social é destinada às mulheres. Entretanto, uma análise mais cuidadosa revela que esses benefícios não necessariamente são resultados da contribuição ou participação feminina no mercado de trabalho. Eles refletem a ocupação da mão de obra da mulher na sociedade capitalista, resultado da divisão sexual do trabalho, onde a mulher é inserida com dependente e tem ganhos inferiores aos recebidos por homens, pois, de acordo com os dados do MPAS (2001, p.5), o valor gasto com os benefícios dos homens é maior em razão do salário médio das mulheres ser menor.

Para fazermos uma análise referente à especificidade feminina e os direitos previdenciários, é necessária atenção às diferenças de papéis atribuídos a homens e mulheres historicamente, uma vez que a seguridade social brasileira, desde sua criação até a Constituição de 1988, “esteve sustentada predominantemente na lógica do seguro” Boschetti (2009, p. 329). E de acordo com Boschetti:

Foi somente com a Constituição de 1988 que as políticas de previdência, saúde e assistência foram reorganizadas e reestruturadas com novos princípios e diretrizes e passaram a compor o sistema de seguridade social brasileiro. Apesar de ter um caráter inovador e intencionar compor um sistema amplo e híbrido que conjuga direitos derivados e dependentes do trabalho (previdência), com direitos de caráter universal (saúde) e direitos seletivos (assistência) Boschetti (2009, p. 329).

Ainda que nas palavras da autora o texto constitucional tenha sido inovador, a previdência social manteve-se como um direito contributivo, diferente dos demais direitos que compõem a Seguridade Social brasileira pós-Constituição de 1988, como a Saúde e a Assistência. Portanto, o critério contributivo para tornar-se um segurado, pode ter resultado em restrição dos seus benefícios aos trabalhadores formais ou seus dependentes, pois ficou estabelecida a obrigatoriedade de contribuições. Essa obrigatoriedade, somada aos valores necessários para se filiar na Previdência Social, impossibilitou que os trabalhadores, de modo geral, mantivessem sua condição de segurados, uma vez que ainda há no País uma população que executa atividades informais pouco remuneradas, e não conseguem arcar com os custos da previdência social, ficando à margem desse direito.

2.1 A Lei 12.470 e as novas conquistas sociais

A mudança na legislação garantiu à pessoa dedicada exclusivamente aos serviços domésticos o direito de contribuir com uma alíquota reduzida (5% do salário mínimo), desde que pertença a uma família com renda de até dois salários mínimos. O segurado que se inscrever na Previdência Social, mediante a lei 12.470, passa a ter os mesmos direitos que qualquer outro contribuinte, ou seja, poderá requerer, caso necessário, auxílio-doença, pensão por morte, salário maternidade, auxílio-reclusão e aposentadoria por invalidez, respeitando o tempo de carência exigido para acessar qualquer um dos benefícios supracitados. No entanto, só poderá requerer o benefício da aposentaria por idade.

A aposentadoria por idade só será concedida ao contribuinte quando este completar sessenta e cinco anos se homem e sessenta se mulher, se forem trabalhadores urbanos e sessenta anos homem e cinquenta e cinco mulher se forem agricultores. Ou seja, o contribuinte poderá se aposentar por idade, após 180 contribuições, (15 anos) uma vez que esse é o tempo de carência exigido para requerer aposentadoria.

Segundo a Senadora Gleisi Hoffmann, eleita pelo Partido dos Trabalhadores (PT) do Estado do Paraná, “a medida visa resgatar uma dívida social que temos com milhões de brasileiras que deram suas vidas para criar seus filhos, cuidar da casa e nunca receberam

absolutamente nada por isso.”⁸. Atualmente, Gleisi Hoffmann está afastada para ocupar o cargo de ministra da Casa Civil; exerceu o mandato por seis meses e foi substituída pelo senador suplente Sergio de Souza do PMDB.⁹

A lei 12.470 resultou na alteração da lei 8.212, é de autoria da então Senadora Gleisi Hoffmann e definiu perfil e um critério de baixa renda para inscrição na previdência social, para pessoas que queiram contribuir como facultativo, donas de casa com alíquota de 5% do salário mínimo. Determinou-se, portanto, que a contribuinte deve ter se dedicado exclusivamente aos trabalhos do lar, e a família deve estar inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico),¹⁰ e ter renda mensal de até 2 salários mínimos. As contribuintes inscritas pela lei de aposentadoria de donas de casa poderão requerer aposentadoria por idade e demais benefícios previstos pela legislação.

Reconhecendo que a legislação previdenciária não havia se colocado tão explicitamente a favor de uma categoria, no caso as pessoas dedicadas exclusivamente aos cuidados do lar, oriundas de famílias com renda de até dois salários mínimos. A lei 12.470 veio para incluir uma parte das donas de casa com renda reduzida e que não conseguiriam manter as contribuições caso o valor da alíquota fosse superior aos 5% do salário mínimo. Outorga-lhes, pois, o direito de se tornarem seguradas da Previdência Social e ter acesso a benefícios de um salário mínimo, contribuindo com alíquota reduzida, e permite que a dona de casa, historicamente beneficiada na condição de dependente, possa se tornar segurada como contribuinte.

Considerando a especificidade da lei e com base em literaturas sobre a população que historicamente se ocupou dos cuidados do lar, é possível presumir que a mesma beneficiará um número expressivo de mulheres, que passarão a ter direito a salário maternidade, auxílio reclusão, aposentadoria por idade, por invalidez e pensão por morte.

⁸ <http://blogluizcesar.blogspot.com.br>

⁹ www.senado.gov.br

¹⁰ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm: renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos. O Cadastro Único é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), devendo ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família (www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico)

2.2 Resgate de uma dívida histórica

O fato de a previdência social brasileira não ter considerado anteriormente as especificidades do trabalho não remunerado e não reconhecido socialmente e executado nos lares, demonstra que a mulher na condição de dependente esteve naturalizada pela Instituição, uma vez que o trabalho executado por donas-de-casa também contribui para o desenvolvimento econômico e social do País. A organização da vida em família, baseada na divisão sexual do trabalho, possibilita aos homens se inserirem e ocuparem posições de destaque nas atividades profissionais, enquanto as mulheres ainda são as grandes responsáveis pelos encargos domésticos. Assim sendo, é justo que as mesmas tenham a possibilidade de se beneficiar de um direito que também é gerado pelo seu trabalho invisível, porém fundamental na sociedade.

Embora a lei de aposentadoria para as donas de casa tenha incluído como seguradas da Previdência Social pessoas dedicadas exclusivamente aos cuidados do lar, e tal medida tenha beneficiado mulheres e famílias de baixa renda (devido à alíquota reduzida), ainda existem categorias de trabalhadores informais sem acesso à proteção.

O tema é pauta de lutas sociais e já foi citado pela deputada Luci Choinacki (PT/SC) no relatório sobre a lei de aposentadorias para donas de casa; aí a autora faz referência a um novo projeto de lei em andamento intitulado Sistema Especial de Inclusão Previdenciária PL 294/2011. De acordo com a autora da lei, esse projeto é:

Resultado de luta das mulheres para que possa cuidar das peculiaridades dos vários segmentos das trabalhadoras brasileiras que merecem o reconhecimento e valorização de seu trabalho, nas condições especiais nas quais eles se realizam, e nesse quadro estão, além das donas de casa, também as quebradeiras de coco, as pescadoras e marisqueiras, as parteiras entre outras (Choinacki, 2011, p.7).

Ainda que, conforme já mencionado, a lei 12.470 não abranja a totalidade dos trabalhadores excluídos da Previdência Social, ela estabeleceu a inclusão de uma parcela de pessoas de baixa renda, especialmente as que não tinham condição econômica de contribuir com 11% ou 20% do salário mínimo, que era a alíquota do segurado facultativo. A lei que inclui as donas-de-casa na Previdência Social definiu um conceito de baixa renda diferenciado, que viabiliza a pessoa com baixo poder aquisitivo a possibilidade de tornar-se segurada. Tal medida amplia concessão de benefícios a esse segmento da população, uma vez que definiu alíquota de 5% do salário mínimo e definiu como de baixa renda as famílias inscritas no CadÚnico com renda mensal de até dois salários mínimos.

A contribuição com alíquota reduzida terá impacto na vida das famílias brasileiras; prova disso é que, de acordo com dados da Secretaria de Políticas de Previdência Social (SPPS), 336 mil donas de casa haviam se filiado à Previdência Social em todo o País, entre outubro de 2011 a setembro de 2012. Isso demonstra que em um futuro breve essas pessoas poderão requerer benefícios, e essa renda deverá impulsionar a economia, a condição de vida dos idosos beneficiados e a independência desses em relação a sua família. A preocupação em não depender de cuidados dos filhos e, se possível, contribuir com a renda familiar, esteve entre os motivos alegados pelas mulheres para que as mesmas buscassem a proteção social, tema que será tratado a seguir.

2.3 O impacto da Lei 12.470 e o trabalho dos Assistentes Sociais do INSS no Estado de Santa Catarina.

A aprovação da lei 12.470 provocou mudanças na rotina das agências da Previdência Social no Estado e aumentou significativamente o número de mulheres que procuraram as agências para se inscreverem na Previdência Social com alíquota reduzida. A nova realidade chamou a atenção dos profissionais de Serviço Social que buscaram intervir, considerando a atribuição da profissão de socializar as informações previdenciárias. Diante da nova demanda, os assistentes sociais do INSS do Estado de Santa Catarina constataram um campo em que poderiam atuar.

De acordo com as assistentes sociais do INSS, os usuários que buscavam as agências no intuito de se inscrever com a alíquota reduzida, chegavam com informações desencontradas, muitas obtidas através da mídia ou outros meios, o que causava um aumento no fluxo de usuários. Não possuíam, porém, o perfil exigido pela lei que é restrita a pessoas exclusivamente dedicadas ao trabalho do lar, sem renda própria e com família que sobreviva com salários de até dois salários mínimos.

O Serviço Social do INSS do Estado de Santa Catarina, mediante reuniões entre os responsáveis técnicos e os assistentes sociais das agências, entendeu que poderia contribuir com o esclarecimento das restrições e exigências contidas na lei, a fim de garantir aos usuários que buscavam a instituição a informação correta. Isso facilitou o acesso a mais um direito conquistado, além de evitar que pessoas contribuam desconhecendo algumas normas e posteriormente sejam impossibilitadas de receber os benefícios por falta de conhecimento das restrições da nova lei.

Os profissionais de Serviço Social no Estado de Santa Catarina elaboraram em conjunto um projeto para atender às especificidades das pessoas que buscavam contribuir com alíquota reduzida. Esse projeto teve a finalidade de garantir informação mais precisa sobre a lei e trabalhar com a demanda que passou a impactar as agências da Previdência Social; assim foi construído o “Projeto de Inclusão da Dona de Casa”, que, de acordo com INSS, 2011, p.2,

é resultado da Reunião com os responsáveis Técnicos do Serviço Social em Santa Catarina, com a participação de assistentes sociais que atuam nas diversas Agências da Previdência Social (APS) do Estado, tendo em vista a preocupação na melhoria de atendimento da demanda que está impactando as APS. (INSS p.12)

A agência do município de Tijucas foi escolhida para a pesquisa, pelo trabalho já desenvolvido pelo Serviço Social, que é referência para outros municípios da região, com culturas sociais e econômicas distintas. Isso foi decisivo para que um número significativo de usuárias buscassem a agência para se inscrever na Previdência Social, que por sua vez não se enquadravam no perfil especificado para contribuir com alíquota reduzida, que segundo a legislação dever ser: “pessoa sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente a família de baixa renda.”

A realidade de cada município de abrangência da agência da Previdência Social do município de Tijucas tem fatores sociais e culturais que contribuem para a perda da condição de dona de casa. Algumas se localizam em região litorânea, outras em áreas rurais e algumas donas de casa, que buscaram a agência para fazer sua inscrição com alíquota reduzida, ainda que sejam oriundas de famílias de baixa renda, trabalham na agricultura, ou durante o veraneio como faxineiras, o que descaracteriza a exclusividade em serviços especificados para se incluir como contribuinte e segurada pela lei 12.470.

Ressalte-se que, embora a agência escolhida como campo de pesquisa tenha abrangência em outros municípios da região, o presente trabalho será realizado apenas com moradoras do município de Tijucas. Isso para facilitar o contato com as usuárias que concordaram em conceder entrevistas e pelo trabalho já desenvolvido naquela agência, além da aceitação do setor de Serviço Social e da gerência em conceder materiais sobre o tema e espaço, a fim de que a pesquisa pudesse ser aplicada e o trabalho viabilizado.

2.4 Contextualizando o Município

Tijucas é um município catarinense, localizado às margens da BR 101, que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), teve suas primeiras “incursões de civilizados” em 1530. Foi nomeado primeiramente de São Sebastião da Foz do Rio Tijucas em 1848, e ainda não se sabe se o nome foi atribuído ao descobridor Sebastião Caboto ou em homenagem a São Sebastião, porém os índios que habitavam a região já denominavam de Ty-Yuca. De acordo com dados do site da prefeitura municipal, a população em 2011 era de 31.533 habitantes, cuja economia baseia-se na agricultura, e a cana de açúcar é uma das principais culturas do município.

Serviço Social da Previdência no Município de Tijucas

A Agência da Previdência Social do município foi inaugurada em 29/09/2000, e, de acordo com Fermiano (2011, p.1), apenas em 2009 passou a contar com um assistente social em seu quadro técnico; desde então, o Serviço Social se caracterizou como novo setor naquela agência. “O profissional admitido via concurso público tinha como foco inicial o Benefício de Prestação Continuada”, porém ao iniciar sua ação, foi necessário se consolidar como profissão. Segundo essa autora,

o serviço social consolidou-se na APS, assumindo outras frentes, priorizando a interlocução com setores e instituições externas e a mediação entre segurados e Previdência Social. Nessa linha, efetivou-se um trabalho no âmbito da socialização das informações previdenciárias a grupos e indivíduos; estabelecimento de uma rede de referência e contra referência no que tange os encaminhamentos; orientações que realiza nos atendimentos e, na realização de projetos mais abrangentes, tendo como parceiros o PEP (Programa de Educação Previdenciária) e a gerência da APS Tijucas (Fermiano, 2011, p.1).

Em consonância com o Código de Ética e a Lei de Regulamentação da profissão, o assistente social tem seu exercício comprometido com as demandas da instituição e da rede socioassistencial, cumprindo um importante papel socioeducativo, seja no trabalho e também no atendimento a comunidade. Ainda de acordo com a autora,

“Além do Projeto Atenção ao BPC – “Benefício de Prestação Continuada”, o Serviço Social na Previdência tem como diretriz o desenvolvimento de outros três projetos em nível nacional:” Atenção à saúde do trabalhador”, **“Atenção ao Trabalhador Rural”** e, **“Atendimento Geral ao Usuário”**. Nessa linha, integrando o campo de atuação da GEX Florianópolis, o serviço social da APS Tijucas buscou, no decorrer do ano de 2011, dar continuidade aos Projetos acima, adaptados à realidade local dos municípios abrangidos pela Agência (Fermiano, 2011, p.1).

Para além da atuação Serviço Social nas demandas já implementadas pela instituição, o profissional buscou ampliar o trabalho de acordo com as demandas da população e

adequar as ações de acordo às necessidades do município, visando garantir ao trabalhador acesso às informações e aos seus direitos, através do trabalho desenvolvido na agência e com a rede socioassistencial da região.

2.4.1 O projeto Inclusão Social de Donas de Casa

Ao ser aprovado o projeto “Inclusão Social de Donas de Casa”, o Serviço Social do município de Tijucas passou a implementá-lo na agência, tornando-se o profissional de referência aos usuários que buscam se inscrever com alíquota reduzida. Ao agendarem atendimento através do site da instituição ou pelo telefone 135, o usuário é encaminhado ao assistente social para receber os devidos esclarecimentos sobre a lei e em seguida ser encaminhado aos órgãos do município, além de providenciar todos os documentos necessários e posteriormente, se aprovado no CadÚnico, fazer sua inscrição.

Em todas as frentes de atuação do Serviço Social da Previdência Social do município de Tijucas, o trabalho do assistente social não é restrito a atendimento interno aos usuários; ele atua em capacitação dos profissionais de outras instituições, assessoria a movimentos sociais, além de outras atividades que auxiliam na divulgação dos direitos garantidos através da lei 12. 470. Tais direitos não se restringem ao município de Tijucas e, sim, a todos os municípios que são de abrangência da APS, considerando as atribuições do Serviço Social exposto na lei 8.213 em consonância com o Código de Ética e Lei de Regulamentação da Profissão.

3 CAPITULO III “DONAS DE CASA” MORADORAS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS E O SEU PROCESSO DE CONQUISTA DA APOSENTADORIA

Quem são as mulheres que buscaram a Agência do Município de Tijucas para se filiar à Previdência Social? Qual sua trajetória de vida? Suas oportunidades para contribuir anteriormente? Quais os motivos que prevaleceram no momento em que buscou se tornar segurada? Quais as estratégias utilizadas para se tornarem seguradas antes e depois da lei 12.470? Essas e outras questões nos motivaram a conhecer um pouco mais de perto a realidade de algumas mulheres do município de Tijucas para se filiarem através da Lei de contribuição da dona-de-casa.

Após a aprovação da lei, que outorgava às donas de casa o direito de contribuírem para a Previdência Social, e em busca de elucidar algumas questões expostas anteriormente, chegara o momento de sair a campo e aplicar o questionário previamente construído. Após,

foi realizada a análise dos relatos sobre a vida de mulheres que recorreram à APS de Tijuca para se tornarem seguras da Previdência Social, contribuindo com alíquota reduzida. As entrevistadas apresentaram diversas semelhanças no histórico de vida, ocorrendo também diversas dissonâncias, no que se refere às idades, à condição socioeconômica e inserção no mercado de trabalho dentre outras tratadas a seguir.

3.1 Perfil das Donas-de-casa entrevistadas

A figura abaixo apresenta um breve perfil das mulheres entrevistadas, com a finalidade de organizar didaticamente questões pesquisadas no presente trabalho, entendemos que esta sistematização dará um panorama sobre a realidade das entrevistadas.

Ao observarmos as respostas dos questionários percebe-se que há algumas semelhanças e também diferenças na vida de cada uma, fato que evidencia suas vivências, o período geracional, os vínculos afetivos com familiares e a renda das famílias que são oriundas e as que formaram com seus companheiros. Durante o levantamento da pesquisa, um dado que chamou a atenção foi que às mulheres mais velhas, (nascidas entre a década de 1940 e 1950) tiveram um número maior de filhos de 4 a 6 filhos e foram à maioria das que nunca haviam trabalhado fora do lar. As mais jovens apresentaram maior inserção no mercado de trabalho, ainda que em trabalhos precários e pouco remunerados e tiveram uma média de 1 a 4 filhos.

Breve perfil das entrevistadas

Renda familiar	1 R\$ 700,00	3 Um Salário Mínimo	2 Pensão alimentícia + bolsa família	Uma R\$ 820,00 de salário	Dois salários Mínimos
Escolaridade	2: Analfabetas	2: 3ª Série completa	1: 3ª Série incompleta	3: 4ª Série incompleta	2: 4ª série completa
Atividades Formais	Enfermeira	Ajudante de Cozinha	Empregada doméstica	Cuidadora de Idosos	Servente
Atividades Informais	Vendedora de Lingerie	Vendedora de Cosméticos	Faxineiras	Babá	Autônomas
Provedor	1 Mãe	5 Marido	2 Pensão alimentícia	2: Trabalhos informais	2 Bolsa Família
Nº de filhos	1: 1 filho + 4 do marido	4: 3 filhos	2: 4 filhos	2: 5 filhos	1: 6 filhos
Situação civil	2 (casadas) Separadas de fato	5 casadas formalmente	1: teve duas uniões estáveis atualmente sozinha	1: Vive em regime de união estável	2: Divorciadas

A maioria das donas-de-casa entrevistadas apresentou baixa escolaridade. Algumas relataram que ainda durante a infância auxiliavam ou eram responsáveis pelos serviços domésticos, cuidados com os irmãos mais jovens na casa dos pais e depois de casadas continuaram a executar as funções domésticas no lar. Passaram a vida sem acesso à educação formal ou ao mercado de trabalho, e, dentre as que exerceram atividades remuneradas fora do lar, à maioria trabalhou informalmente em atividades consideradas femininas, quase sempre para complementar a renda do companheiro.

Os primeiros responsáveis pelo afastamento da escola foram os pais, por necessitarem da mão de obra de suas filhas para manter a família. Depois de casadas, permaneceram nas obrigações domésticas de cuidado com os filhos e marido, e a impossibilidade de contar com creches para os filhos foi citada como motivo da necessidade de dedicação aos lares.

Algumas donas de casa entrevistadas não apresentaram nenhum protagonismo sobre sua vida, demonstrando em seu relato terem passado da tutela do pai para o marido, e por vezes necessitam de ajuda dos filhos para coisas simples do cotidiano como buscar tratamento médico. Mesmo as donas de casa que têm consciência da importância do seu papel, as que trabalharam dentro e fora do lar, inclusive auxiliando no orçamento doméstico, reconheceram no marido a figura do trabalhador na família.

Houve ainda as donas de casa que relataram sofrer violências na infância, outras vivenciaram essa realidade pelos companheiros; todas essas mulheres tiveram seus laços afetivos rompidos com familiares, algumas não mantinham contatos com os filhos, porque precisaram se afastar do ex por problemas com álcool ou drogas. Tais fatos contribuíram para que essas mulheres perdessem a proteção dada pelos entes queridos, aumentando a situação de vulnerabilidade na velhice.

3.2 A trajetória de vida. Como se tornaram donas de casa?

A vida restrita aos cuidados familiares e o confinamento nos lares, somados à responsabilidade pelos trabalhos domésticos, inviabilizaram a concretização de uma atividade profissional, mesmo para as donas de casa que haviam sonhado com uma profissão. Um dado preocupante entre as entrevistadas é que algumas haviam se separado dos seus maridos, perdendo, portanto, a proteção social garantida pelos laços afetivos com familiares, ou a condição de dependente desses companheiros. Essas mulheres e seus filhos sobreviviam com um rendimento muito pequeno, oriundos de pensão alimentícia que nem

sempre era ajuizada legalmente, ou ainda dependiam de ajuda de amigos e vizinhos para se manter; logo apresentaram maior vulnerabilidade social.

A condição de dona-de-casa para essas mulheres só foi apresentada como uma opção por uma das entrevistadas, que se declarou realizada como responsável pelo lar. As demais relataram a falta de oportunidade de se profissionalizar, casaram e tiveram filhos cedo, e o matrimônio, somado à falta de creche, ou dinheiro para pagar uma babá, foram fatores predominantes na escolha de cuidar da família. Houve ainda casos em que os companheiros não permitiam que as esposas trabalhassem fora, conforme o depoimento de uma das entrevistadas que, quando questionada sobre as razões pelas quais havia se tornado dona-de-casa, respondeu que a conjuntura vivida pela família definiu suas funções:

E não é porque ele não permitiu é porque não dava mesmo né, pois se a gente vai pagar alguém às vezes sai o custo que você ganha para dar conta de tudo, é cuidar dos filhos, cuidar da casa, cuidar do marido, cuidar das roupas do marido, cuidar das roupas dos filhos. Ah, as coisas de dona de casa! Foi mais uma consequência e não uma imposição. (sic)

Contudo, houve donas-de-casa que foram proibidas de trabalhar pelos seus companheiros, pois eles entendiam que a função do marido era ser o provedor e a esposa deveria ser responsável pela casa e filhos, hoje veem a necessidade de buscar alternativa para aumentar a renda e garantir a proteção.

Eu nunca trabalhei mesmo por eles, por obedecer marido, ele achava que era pouco, que o ganho era pouco, preferia que eu ficasse em casa cuidando dos filhos, para não deixar os filhos jogados. (sic)

Algumas das mulheres foram proibidas de trabalharem fora pelos pais, o que resultou em limitar as possibilidades de se profissionalizarem, uma vez que depois de casadas e de se tornarem mães, as funções da maternidade somadas aos cuidados da casa definiram a condição de donas-de-casa.

Não, o meu pai proibiu, meu pai proibiu mesmo por causa de problemas de saúde. (sic)

Não, quando eu era solteira o pai né, proibia. (sic)

No entanto, a maioria das entrevistadas trabalhou desde a infância, e alegam que a razão pela qual procuraram se tornar contribuintes da Previdência Social (através da lei de aposentadoria para donas-de-casa) foi o longo período trabalhando informalmente, que não garantiu a elas a qualidade de seguradas, muito embora fossem trabalhadoras.

É, mais eu sempre cuidava assim de pessoas idosas, doméstica, mas quase sempre sem carteira assinada. Sempre sem carteira assinada, agora que eu parei agora não trabalho mais por que eu estou com um desvio na coluna, não posso pegar peso porque tenho problema no coração também.

Ou seja, a maioria das entrevistadas apresentou fatores que determinaram sua ocupação durante a vida. Apenas uma entende que ser dona-de-casa foi uma escolha; as demais relatam proibição pelos pais e maridos, ou lhes faltou oportunidade e infraestrutura para cuidar dos filhos, consequência da pobreza, ou falta de oportunidade de se tornarem protagonistas de suas histórias. Nenhuma, porém, demonstrou autonomia ou possibilidade de decidir seus destinos.

3.3 Situando a inserção das entrevistadas no trabalho.

Quando questionadas sobre o início de sua vida como trabalhadoras do lar, a maioria se reportaram às lembranças da infância. Segundo elas, trabalhavam na casa dos pais, enquanto crianças, ajudando nos serviços domésticos ou cuidando dos irmãos mais novos. Sobre a escola, elas recordam o afastamento precoce; algumas puderam frequentar a escola apenas por alguns meses, foram retiradas para colaborar ou se tornarem responsáveis pelos cuidados da casa dos pais ou cuidar dos idosos e irmãos mais jovens.

A continuidade da educação formal foi limitada, na maioria das vezes pelos pais, que atribuíram as suas filhas a responsabilidade pela manutenção dos cuidados da casa. Em alguns dos relatos, elas apontam a baixa escolaridade pela condição vivida, uma vez que a falta de informação sobre direitos do trabalho, somados à aceitação da condição imposta pelos pais ou maridos, foram determinantes para sua condição atual.

Diante de trajetórias de baixa escolaridade e conseqüentemente, desqualificação profissional para ocupar atividades no mercado de trabalho (ou pelo menos os trabalhos com melhor remuneração), as donas de casa aqui apresentadas passaram a vida dedicadas aos seus provedores e aos cuidados com os filhos, que de acordo com (Hirata, 2004 p.44) “são considerados trabalhos afetivos” pela condição de dependência financeira estabelecidas com seus familiares. As entrevistadas que já haviam ocupado vagas no mercado de trabalho o fizeram informalmente, em funções pouco remuneradas e subalternizadas, para garantir a sobrevivência da família ou complementar a renda do companheiro.

Infelizmente, a realidade ocupacional das mulheres em tarefas de baixa remuneração não é a realidade apenas das entrevistadas ou do município de Tijucas, mas se repete no cenário nacional e também internacional. De acordo com Lisboa (2007, p.3),

Internacionalmente, as mulheres estão concentradas na maioria dos casos em profissões consideradas “femininas” como magistério, enfermagem, serviço social, cuidado com crianças, idosos e enfermos – e encontram oportunidade de trabalho remunerado nas ocupações menos valorizadas como: faxineiras, domésticas, diaristas, serviços de limpeza e outras, nas quais o pagamento é o menor possível,

sem registro em carteira, consequentemente sem proteção social; na agricultura, as mulheres raramente tem direito a terra, direito á propriedade ou direito a herança.

Como resultado dessas histórias marcadas pela subserviência, subempregos e servidão, as donas-de-casa não puderam se filiar na Previdência Social, que é contributiva e estabelece que seus segurados estejam inscritos como trabalhadores formais, autônomos ou segurado facultativo, ou não contribuíram tempo suficiente para ter, por exemplo, o benefício de aposentadoria. Assim, elas só se tornariam beneficiárias enquanto dependentes do provedor.

Cabe indicar que algumas das mulheres entrevistadas declararam ter trabalhado formalmente no decorrer da vida, porém a condição de trabalhadoras assalariadas ocupada foi em trabalhos subalternizados e considerados extensão da esfera doméstica, ou seja, empregadas domésticas, faxineiras, babás ou cuidadoras de idosos. As atividades apontadas como formais foram auxiliar de enfermagem, cozinheiras, limpeza e serviços gerais.

4 RESULTADOS DA PESQUISA: COMO AS MULHERES ENTREVISTADAS SE TORNARAM DONAS DE CASA?

Neste capítulo será apresentado o caminho percorrido para concretizarmos esse trabalho, seguido dos objetivos da formulação do questionário aplicado. Além disso, será abordado o discurso apresentado pelas entrevistadas e quais as razões que determinaram a busca da Previdência Social para inscrição como dona-de-casa de baixa renda.

4.1 Os objetivos e métodos aplicados na pesquisa.

A presente pesquisa se propõe a analisar a relação da dona-de-casa com os benefícios previdenciários, além de problematizar de que forma a lei 12.470 poderá garantir o acesso de mulheres de baixa renda ao direito previdenciário. Optou-se pela pesquisa qualitativa, por ser o método que mais aproxima o pesquisador do objeto a ser pesquisado. De acordo com Minayo e Sanches (1993, p.4),

A abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas.¹¹

¹¹ www.scielo.br/scielo

Para coletar dados referentes ao tema de interesse, aplicou-se questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas, que possibilitou às entrevistadas, além de responder às questões colocadas, se expressarem nos assuntos em questão. Permitiu ainda identificar a escolaridade das mulheres, a situação de trabalho vivenciada pelas mesmas, se já haviam trabalhado formalmente, quantas já tinham assinado a carteira profissional, que atividades exerciam, se eram trabalhos formal ou informal, se já haviam contribuído para a Previdência Social. Inquiriu-se também sobre o nível de informação e esclarecimento a respeito da lei 12.470.

Além das questões profissionais apresentadas, a pesquisa buscou analisar a vida familiar das mulheres, e um dos temas de maior interesse foi investigar como se deu a condição de dona-de-casa na vida dessas mulheres: escolha? Impossibilidade de inserção no mercado de trabalho? Teve oportunidade de capacitação profissional? Enfim, o que as motivou a dedicar suas vidas ao trabalho do lar.

Considerando que uma das principais exigências da Lei de Aposentadoria para Donas-de-Casa, é a sobrevivência da família com renda de até dois salários mínimos, buscamos mapear em que condições financeiras viviam as mulheres entrevistadas. Para tanto, foram elaboradas questões referentes à renda familiar, se recebiam benefícios socioassistenciais, ou se já estavam inscritas no Cadastro Único.

As perguntas abertas buscavam elucidar qual a proteção que teriam em caso de doença ou velhice; esse amparo seria prestado pela família ou pelo estado? Perguntamos ainda qual a importância da lei, e, caso não tivessem a oportunidade de se inscrever com alíquota reduzida, teriam condições de se inscrever como seguradas autônomas ou facultativas? Para finalizar, procuramos analisar a representatividade do recurso que terão direito futuramente, especialmente a aposentadoria.

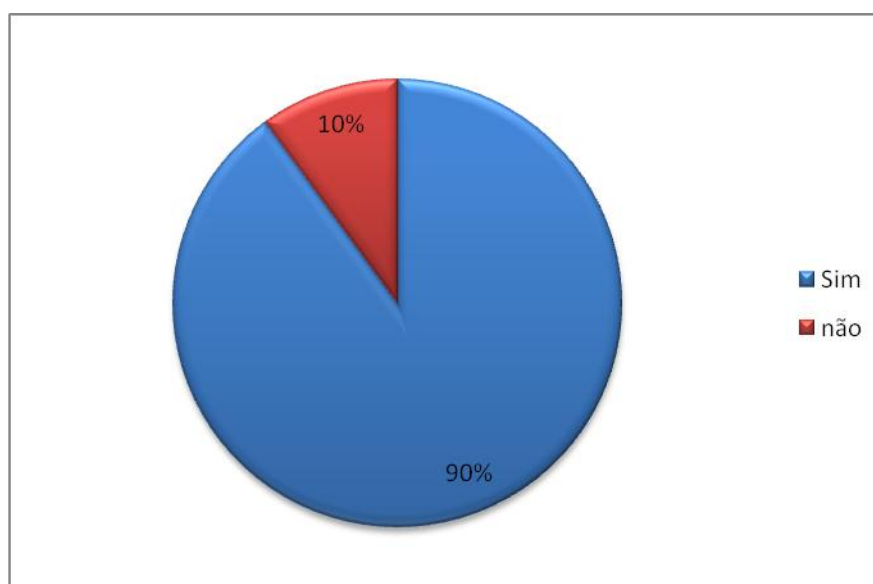
As entrevistas foram realizadas com dez donas de casa, que buscaram a Agência da Previdência Social do município de Tijucas, para se cadastrar com alíquota reduzida. Para subsidiar esse debate, foram tomadas como base as bibliografias pertinentes ao tema e autores que discutem as temáticas na profissão, como BRAGA, BOSCHETTI, SILVA, DUARTE, D'Alonso, CARTAXO, LISBOA, FERMIANO, entre outros. Além disso, fizemos buscas em legislações citadas através do site do Planalto e MDS: <http://www.mds.gov.br> e <http://www.planalto.gov.br>.

Os resultados apresentados baseiam-se nas entrevistas, em quadros cedidos pela Previdência Social, dados de estudos do DIEESE e figuras construídas com base no resultado dos questionários aplicados.

4.2 Dados da Pesquisa

Um dos primeiros objetivos da pesquisa foi identificar se as donas de casa entrevistadas tinham ou já tiveram Carteira de Trabalho no decorrer da vida, por ser um documento fundamental para adquirir benefícios oriundos do trabalho, entre eles os da Previdência Social. A Carteira Profissional é o documento onde se registra a atividades dos trabalhadores e, para isso, foi elaborada uma questão referente ao Número de Identificação do Trabalhador (NIT). Das dez entrevistadas apenas uma não possuía a Carteira Profissional, conforme apresentado na figura seguinte.

Figura 6: Número de Identificação dos Trabalhadores



Fonte: Dados da pesquisa

Ao serem questionadas sobre as razões pelas quais não tinha sua carteira de trabalho, a dona-de-casa respondeu que nunca havia ocupado uma atividade remunerada fora do lar e por isso nunca tirou carteira profissional. Segundo ela,

“Fora eu nunca trabalhei nem de solteira, nem de casada nunca” (sic)

As demais entrevistadas já haviam exercido formalmente profissões ou emitido carteira de trabalho para se tornar contribuinte. Havia donas-de-casa que já foram inscritas na Previdência Social, como seguradas facultativas, porém não tinham completado o tempo mínimo de contribuição para requerer o benefício da aposentadoria, mesmo por idade.

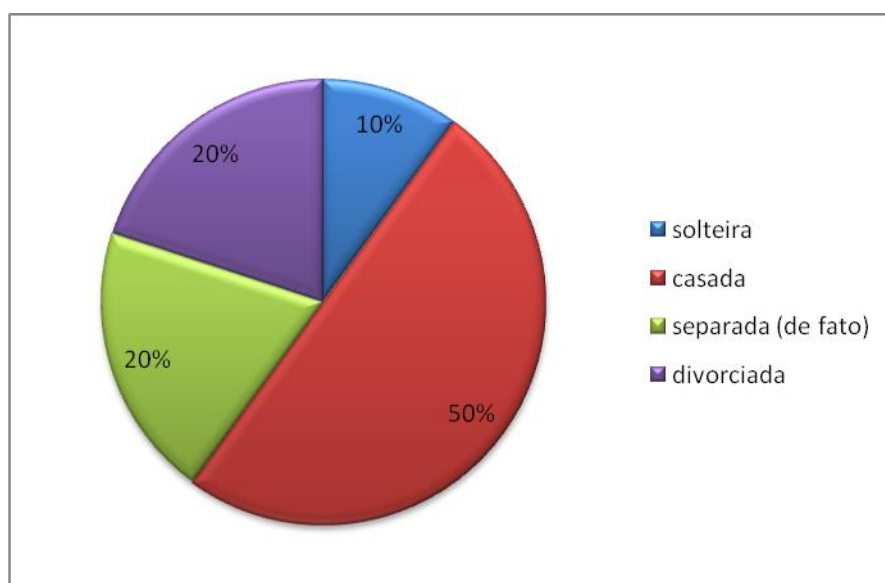
O baixo poder aquisitivo das mulheres, a condição de dependente do marido, a falta de recursos próprios para contribuir, somados à responsabilidade das mesmas pelos

trabalhos domésticos, impactaram na capacitação para o mercado de trabalho e consequentemente na capacidade contributiva, podendo ser os motivos preponderantes para que passem a vida sem direitos referentes ao trabalho ou da Previdência Social.

4.3 O estado civil e sua importância para a segurança das donas de casa.

A maioria das mulheres entrevistadas se declararam casadas, ainda que algumas estivessem nessa situação apenas formalmente. O gráfico a seguir é uma representação do estado civil declarado pelas donas de casa e, de acordo com os dados da pesquisa, apenas 10% das mulheres se identificaram como solteiras, 20% como divorciadas, 20% separada de fato, ou seja, não conviviam com seus maridos, mas mantinham o casamento para fins legais, 50% permaneciam casadas e conviviam com seus companheiros.

Figura 7: Sobre o estado civil



Fonte: Dados da pesquisa

A continuidade do casamento permitiu às mulheres que se declararam casadas e vivendo com seus maridos conservarem os laços afetivos com familiares, especialmente o companheiro e os filhos. A manutenção desse vínculo apareceu como um dos fatores que as afastaram da condição de vulnerabilidade social¹². As donas de casa que se declararam divorciadas, ou que vivem separadas de fato de seus ex-maridos, apresentaram maiores

¹² Conforme (SILVA, 2007, p.3) Vulnerabilidade diz respeito à falta de ativos materiais e imateriais a que determinado indivíduo ou grupo está exposto a sofrer futuramente alterações bruscas e significativas em seus níveis de vida.

dificuldades financeiras, além de ausência de proteção social, inclusive as que são garantidas pela família.

Dentre as donas de casa, algumas admitiram ser casadas formalmente, porém não viviam com seus maridos, mantendo o casamento formal apenas para preservar a qualidade de dependente, pois, em caso de morte do ex-companheiro, poderão requerer o benefício de pensão por morte. Uma das entrevistadas relata sua preocupação com o futuro e as razões pelas quais nunca regularizou a separação do ex-marido, ainda que ele tenha abandonado a família há mais de dez anos e atualmente conviva em regime de união estável com outra companheira. Ela justifica sua opção:

Ai eu penso: ah, meu Deus, se acontece algo eu ia ficar uma viúva pobre, né? Eu to casada, eu continuo casada com ele, não procurei o desquite nenhum nada porque ele me traiu? Traiu. Me traiu, por causa da bebida decerto, né? Mas eu não vou dar o desquite para ele, porque se um dia ele morrer eu vou ficar sem nada, pode até que eu morra na frente dele, tem tudo isso. (sic)

Logo, para algumas mulheres, o casamento formal representa uma segurança ou ainda a única possibilidade que teriam de ter um benefício previdenciário para sobreviver na velhice. Embora apresentem condição social bastante empobrecida, caso formalizasse a situação com o ex-marido, não poderiam contar com a proteção previdenciária por falta de contribuição. Além disso, existe o agravante de que algumas delas não teriam direito a benefícios da política de Assistência Social, que tem definida como recorte renda inferior a um quarto do salário mínimo por pessoa da família. As mulheres que aqui apresentamos tiveram sua mão de obra estruturada na informalidade, o que as coloca em um grupo de pessoas em condição de fragilidade social. De acordo com Salvador e Amorim (2010, p.37),

O núcleo pouco estruturado do mercado de trabalho é composto por trabalhadores assalariados sem carteira de trabalho assinada, os trabalhadores por conta própria e os não remunerados. Os trabalhadores sem carteira assinada e os não remunerados exercem atividades que estão fora da estrutura de institucional estabelecida pelo estado [...] Estes trabalhadores estão no núcleo mais frágil do mercado de trabalho e são candidatos potenciais às políticas de assistência social do Estado. Eles têm a maior dependência de laços familiares ou estão largados a própria sorte. Na sua grande maioria essas pessoas estão sem a proteção social do Estado com rendimentos bem inferiores aos trabalhadores do núcleo estruturado.

Conforme as palavras desses autores, a condição de segurado restrita a trabalhadores com vínculos formais ou a contribuintes deixa desprotegida uma gama de pessoas, que muito embora aleguem ter durante a vida uma dura rotina de trabalho, contribuíram com impostos e para a formação do País, à margem de direitos, ou na dependência da família

para se manter na velhice. É possível que grande parte desse contingente seja de mulheres que foram privadas de acesso à educação formal, ao mercado de trabalho ou de qualquer protagonismo em suas vidas.

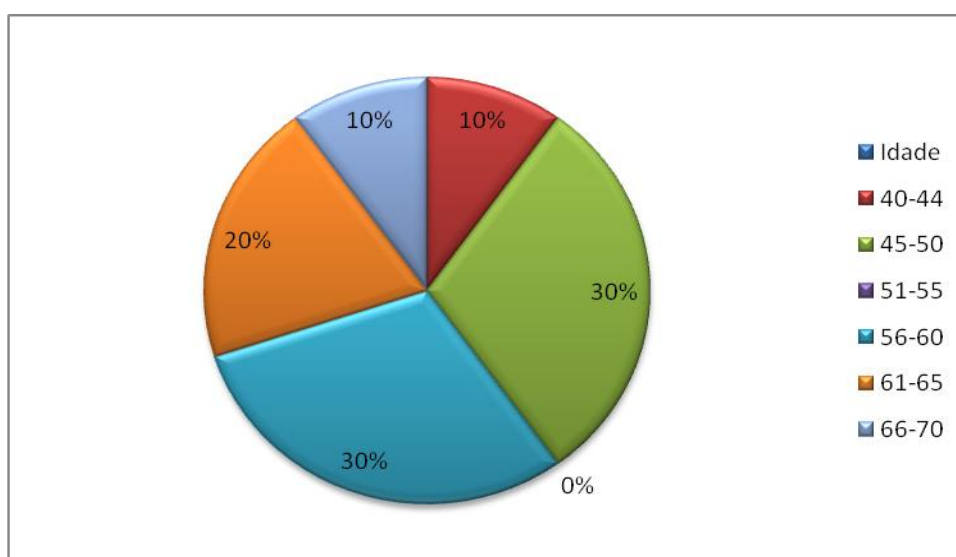
4.4 A diferença de idade entre homens e mulheres para requer aposentadoria e os motivos pelos quais as mulheres têm mais dificuldade de se aposentar.

A Previdência Social prevê diferentes idades para que mulheres e homens possam requerer o benefício de aposentadoria, e a legislação define, em caso de contribuintes urbanos, 65 anos para homens e 60 para as mulheres. O trabalhador rural, considerado segurado especial, tem direito de requerer aposentadoria com 60 anos se homem e 55 se mulher, e só pode requerer aposentadoria por idade.

Embora a emenda constitucional resultado da lei 12.470 garanta direito à aposentadoria apenas por idade, foi uma medida importante, por incluir as donas de casa e também por abranger mulheres que de outra forma não teriam condições de se filiar na Previdência Social. Durante as entrevistas, as donas-de-casa afirmaram que o objetivo de se tornarem seguradas da Previdência Social era a pretensão de obter renda própria para realizarem desejos pessoais, como comprar roupas e viajarem; além disso, consideravam de suma importância não depender de marido ou de filhos na velhice e em caso de doença. Citaram ainda que os principais motivos para buscarem contribuir foram a idade e a saúde.

As entrevistadas têm idades que variavam entre 41 e 66 anos, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

Figura 8: Idade das Mulheres Entrevistadas



Fonte: Dados da pesquisa

Durante as entrevistas, as donas-de-casa relataram ter exercido ocupações consideradas trabalho desde a infância, porém constatou-se que as mulheres com idade superior a 60 anos ainda se empenham pelo direito de se inscrever na Previdência Social, ou complementar o tempo de carência para requerer aposentadoria.

Os principais motivos alegados por ainda não serem seguradas, ou não serem aposentadas foi falta de informação sobre direitos do trabalho, ocupações informais, necessidade de se afastar do emprego devido aos nascimentos dos filhos, entre outros. De acordo com Mello e Oliveira (2009, p.2), “a intermitência da entrada e saída das mulheres do mercado de trabalho é devido ao ciclo de vida feminino, decorrente da reprodução humana”. Segundo essas autoras,

O mercado de trabalho brasileiro se caracteriza como desigual entre os sexos. As mulheres apresentam maior dificuldade para entrar no mercado de trabalho possuindo maior desemprego relativamente ao desemprego masculino; é minoria nos cargos superiores; seu rendimento médio é inferior ao dos homens; e ainda possuem dupla jornada, assumindo suas atividades no mercado de trabalho sem renunciar o trabalho do lar. Estas desigualdades no mercado de trabalho vão refletir desigualdades na Previdência Social e justificam regras diferenciadas para aposentadoria entre os sexos. (2009, p.6)

Os motivos apresentados para buscarem a agência foram obter renda própria, independência dos maridos, reforçar a renda do companheiro, não viver futuramente como dependente de filhos, ou ainda para se sentirem mais seguras quando envelhecerem.

4.5 A divisão sexual do trabalho e a naturalização da mulher nas tarefas domésticas.

Dentre as questões trabalhadas, os aspectos que mais chamaram atenção no contato com as entrevistadas foram concernentes à educação por elas recebida, que baseadas na divisão sexual do trabalho apareceram em diversos momentos de suas falas, ainda que de forma subjetiva. As donas-de-casa demonstraram terem naturalizado a responsabilidade pela manutenção dos trabalhos domésticos, primeiramente na casa paterna e em seguida dos filhos e maridos. Nem todas conseguiram se conscientizar de que, ocupando essas atividades, estariam à margem de direitos relacionados aos trabalhos formais, ou se tornariam seguradas da Previdência Social, salvo como dependentes de seus maridos, pais ou companheiros.

Identificamos que a totalidade das entrevistadas não teve oportunidade de frequentar o ambiente escolar e receber a educação formal que as preparassem para ingressar no

mercado de trabalho. Na maioria das vezes, os responsáveis pela proibição e afastamento de sala de aula foram pais, maridos ou ainda a atribuição de cuidados com os filhos, o que marcou a vida de cada uma de maneiras diferentes.

“Olha, quando eu passei para a terceira série, eu sai da escola, porque meu pai me tirou da escola para cuidar dos meus irmãos. Depois eu fiz o Mobral faz anos já, mas sei escrever e assinar o nome”(sic).

A mesma entrevistada expõe que, depois de casada, continuou a executar as tarefas domésticas de cuidados com a casa e os filhos, de modo que uma inserção no mercado de trabalho nunca lhe foi possibilitada, pois passou de um provedor (pai) para outro o (marido), carregando consigo os mesmos valores e atribuições que lhe foram passadas pela família de origem.

A divisão das atividades realizadas no interior dos lares é uma das expressões da divisão sexual do trabalho, que atribui a mulheres e homens diferentes funções no cuidado e provimento da família. Hirata (2004, p.44) faz o seguinte questionamento: “O que move a servidão doméstica”? Porque o trabalho doméstico é e continua sendo realizado, no interior da família e do casal, gratuita e “voluntariamente” pelas mulheres? De acordo com a autora essa questão se coloca como “um problema para o sociólogo” uma vez que:

1)Admite-se que se trata efetivamente de trabalho (pois pode-se dizer que não se trata de trabalho, mas de serviços prestados em troca de compensações afetivas, materiais, simbólicas;ou que se trata do resultado de negociações no interior do casal, o que pressupõe necessariamente interação e reciprocidade etc.); 2)Postula-se que se trata de amor (pois pode-se dizer que não se trata de sentimento amoroso mas de uma lógica interiorizada, de normas e papéis socialmente impostos, de alienação etc.; ou, do ponto de vista do sujeito, de escolhas estratégicas etc.). Hirata (2004, p.44)

Os depoimentos apontam a continuidade na execução de trabalhos atribuídos às donas-de-casa, quando ainda viviam com os pais e depois que passaram a viver com seus maridos e filhos. Isso demonstra que mudaram de condição civil, mas não superaram a condição econômica e tão pouco a submissão e dependência, que, além de ocultar o trabalho realizado no cotidiano por mulheres, não aparece socialmente com um trabalho e tão pouco rompe com a cultura que vincula ao homem a figura de trabalhador responsável pela manutenção da família. No entender da autora,

Realizar trabalho gratuito (de modalidades bastante diversas, como o trabalho doméstico repetitivo, o cuidado com as crianças (care), a gestão familiar da sociabilidade etc.) por afeto contribui a perpetuar a dominação masculina; a ação ligada ao amor é em si um enigma. Hirata (2004, p.46)

Embora algumas entrevistadas tenham exercido funções remuneradas fora do lar, as atribuições e educação passadas pela família de origem foram decisivas para que as mesmas se tornassem donas-de-casa e perpetuassem a crença de que as responsabilidades de manutenção do lar são específicas da mulher. Esse conjunto de fatores influenciou a decisão de se dedicarem unicamente aos lares:

Meu trabalho depois que eu casei foi em casa, trabalhei muito quando eu era solteira de doméstica, mas nunca trabalhei com carteira assinada, entende? Depois de casada é cuidar do lar e cuidar dos filhos, né? (sic)

Uma das donas de casa relatou que já havia ocupado atividade remunerada fora do lar antes do casamento, citou às atribuições do casamento como lavar, passar, cozinhar, cuidar dos filhos e do marido como o motivo de ter se afastado do mercado formal. Segundo ela, trabalhou com a carteira assinada, porém enquanto era solteira, mas após o casamento ficou dedicada exclusivamente aos cuidados do lar.

Eu cheguei a trabalhar já de carteira assinada, mas faz muitos anos. Aí depois que eu sai me acomodei em casa e não trabalhei mais fora. (sic)

A realidade vivida pela dona-de-casa em questão não é exclusiva; muitas são as mulheres que se afastam do mercado de trabalho com o nascimento dos filhos, e entre as razões mais apontadas está a falta de recursos para pagar alguém que cuide dos seus filhos enquanto ela trabalha fora, ou ainda ausência de creches. Esse dado tem se tornado cada vez mais objeto de estudos e apontado com uma das razões pelas quais as mulheres têm maiores dificuldades de contribuir ou requerer a aposentadoria por tempo de contribuição se comparadas aos homens. Segundo Beltrão et al (2002,p.16),

A faixa etária de maior contribuição previdenciária feminina é a de 25 a 29 anos (58,6%). Provavelmente, a saída da mulher do mercado de trabalho é maior a partir dessa idade, em função das tarefas domésticas ligadas ao cuidado. Com o passar dos anos, não se inserem em atividades formais que exijam vínculos com a previdência social. Já os homens, seguem no mercado de trabalho formal, atingindo, na faixa de 30 a 39 anos, suas mais elevadas taxas de contribuição á previdência (64,1%).

As mulheres entrevistadas em Tijucas também apontaram o nascimento e a necessidade de cuidados dos filhos como um dos motivos que impossibilitaram a inserção ou a permanência no mercado de trabalho, além de ser um dos fatores que as levaram a se dedicar à família e ao lar.

Eu sempre fui assim querida, sempre fui de me importar muito com os filhos, o esposo não queria que eu trabalhasse, ele não achava que eu deveria deixar as

crianças em algum lugar para trabalhar. O primeiro casamento né, o segundo casamento também, aí logo que eu ganhei o nenê eu adoeci muito. (sic)

Mesmo as donas-de-casa com experiência profissional quando solteiras, ou antes de se tornarem mães, relataram que o casamento somado ao nascimento dos filhos foram razões preponderantes para se tornarem exclusivamente donas de casa.

Eu trabalhei quando solteira e depois de casada também. Quando eu casei eu trabalhei mais cinco anos, eu tive neném que era meu filho mais velho e aí saí porque ele teve problema de refluxo quando nasceu, eu quase perdi ele né, aí depois eu tive a menina, que os dois têm diferença pouca, depois quando a minha filha tinha 14 anos eu retornei foi noventa e um ou noventa e dois por aí, daí trabalhei mais cinco anos, e aí o hospital foi à falência. [...] Eu saí quando eu tive o menino, fiquei 14 anos afastada para cuidar dele, porque ele era doente né, precisava de tudo especial. Aí então passou 14 anos, e nesses 14 anos eu também não contribuí, porque aquele tempo meu marido não andava no álcool, mas com meu filho muito doente a gente pagava aluguel e por exemplo eu tive a menina então eu não tive mais condições de trabalhar. (sic)

De acordo com a entrevistada, ela precisou de ajuda dos pais para ter moradia e cuidar dos filhos, devido à dependência de álcool apresentada pelo então marido, que na época era o provedor da família, porém usava seu salário, única fonte de renda da família para custear a dependência do álcool. Ela afirma que o problema de saúde do filho, impossibilitou-a de continuar no emprego, e esse fato, somado ao alto custo do tratamento do problema de saúde do filho, tornou impossível seu trabalho, por isso ela recorreu à ajuda dos pais e até os dias atuais se mantém com o dinheiro da pensão da mãe, de quem se tornou cuidadora.

Depois a gente ficou sem a casa e aí ele já começou a entrar no álcool ele era motorista de caminhão, mas ele começou a entrar no álcool, e o homem pediu a casa e eu fiquei sem teto para morar, (Se emociona) aí eu precisei do meu pai, eu pedi um pedaço de terra para ele porque minha situação não tava boa. Eu perdi tudo, Mas meu filho tá vivo graças a Deus. (sic)

As razões por que as mulheres passam a vida como dependentes, variam de acordo com a trajetória de cada uma, e algumas não tiveram oportunidade de se preparar para o mercado de trabalho. Na maioria dos casos, o pai foi apontado como o grande responsável por proibir as filhas de frequentar a escola quando crianças; após o casamento, a divisão de tarefas para organização da rotina da família perpetuou a condição de dependente, sem acesso à instrução ou a qualquer capacitação profissional que propiciasse a inserção da dona-de-casa no mercado de trabalho. No depoimento a seguir, uma das entrevistadas relata

ter buscado uma atividade laborativa para complementar a renda da família, devido ao adoecimento do companheiro e a necessidade de sobrevivência.

“É só assim, eu nunca trabalhei, foi só uma vez quando meu marido foi acidentado, para criar as crianças, lavei roupa, lavei dois ou três meses só. [...] Não era só, às vezes já trabalhei só de lavar roupa, essas coisas assim, né? (sic)”

Todavia, as donas-de-casa convivem com diferentes impactos por terem dedicado suas vidas ao que Hirata (2004, p.48) denomina de “Servidão Doméstica”. Ao analisar a narrativa das entrevistadas, foi possível verificar que suas vidas se encontram permeadas pela pobreza, desemprego e dependência financeira. Algumas não foram possibilitadas de exercer atividade remunerada, outras ocuparam cargos informais e precários como consequência do baixo nível de escolaridade que possuíam.

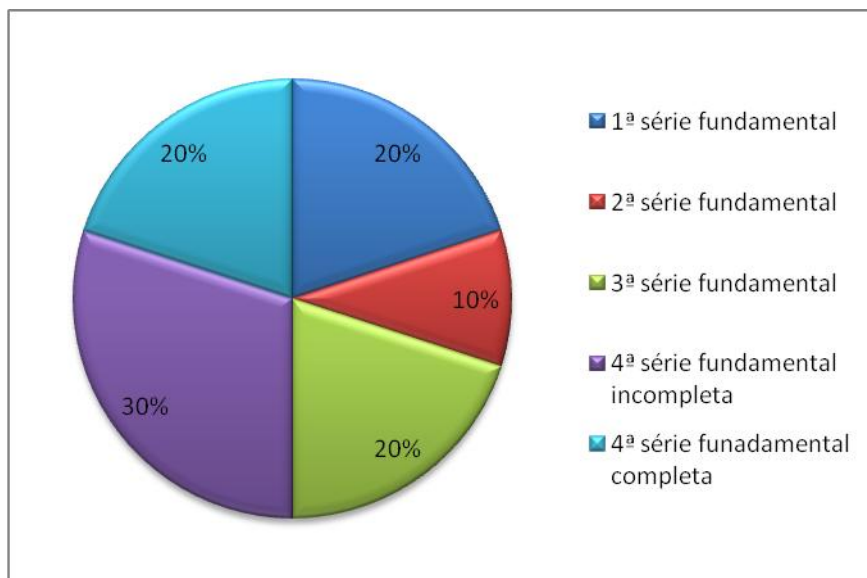
Ainda que muitas tenham se identificado como trabalhadoras desde crianças, o trabalho executado na infância em detrimento de uma preparação para a vida adulta, além da execução de atividades informais, foram apontados pelas entrevistas como razão da situação que vivem atualmente.

Não obstante as histórias de lutas e sobrecarga de trabalho, algumas enfrentaram e até hoje enfrentam dificuldades para suprir necessidades básicas no decorrer da vida, ou ainda para superarem a condição de dependentes ou de vulnerabilidade social. Um exemplo do desamparo social e familiar que sobrevive em algumas das entrevistadas aparece no depoimento a seguir:

Ah, eu trabalhei desde a idade de sete ou oito anos, assim na roça né, até os meus 18 anos, depois eu saí e trabalhei assim fora, né, assim de empregada doméstica, toda vida a minha vida toda [...] É que eu queria trabalhar e ganhar mais, aí eu não ligava de contribuir, entendes? Então eu trabalhei a minha vida toda, por causa disso que hoje em dia eu não sou aposentada ainda, não fechou ainda os 15 anos, eu tenho 13 anos só, mas eu trabalhei a minha vida toda.” (sic).

A decisão dos tutores em manter suas filhas ou esposas em atividades de cuidado da família certamente contribuiu para a dura realidade atual. Analisando os depoimentos, foi possível constatar que a grande maioria das entrevistadas não havia frequentado a escola por mais de quatro anos. A maior escolaridade declarada por elas foi a quarta série primária completa; algumas nem chegaram ser alfabetizadas, e outras frequentaram a escola apenas por alguns meses, conforme demonstra o gráfico a seguir.

Figura 9: Escolaridade das Mulheres Entrevistadas



Fonte: Dados da pesquisa

As entrevistadas atribuem à baixa escolaridade o principal impedimento e falta de oportunidades de se profissionalizarem ou ocuparem postos de trabalho com melhor remuneração e reconhecimento social. O entendimento de que a ajuda nos afazeres domésticos eram indispensáveis para a manutenção do lar, além de tarefas de mulher, legitimou a decisão dos progenitores de afastar as filhas, especialmente as mais velhas, para os cuidados dos irmãos mais jovens, da família e da casa.

Olha, na verdade eu nem cheguei a estudar, [...] Fui, mais foi bem pouquinho, assim acho que só uns três meses, acabei saindo porque tinha que ajudar a mãe em casa.

Para compreender qual era o entendimento da dona-de-casa sobre seu nível de instrução, perguntamos se mesma havia aprendido apenas assinar o nome, ou se sabia ler e escrever:

Sei escrever sim, sei escrever muitas palavras são meia difícil mas eu peço ajuda né (sic)

Houve uma entrevistada que não se recordava qual era o tempo de escolaridade e apresentou bastante dificuldade para responder:

Ai nem sei te dizer, acho que primeiro ano 1º ano, quase não estudei. [...] Não, primeiro ano, só entrei só tive só seis meses só de aula, porque minha mãe era doente, eu não trabalhei. Aquele tempo lá a gente trabalhava mais na roça, a gente era da roça. Eu era mais velha, tinha que trabalhar em casa mesmo, tinha que ficar em casa direto, não estudei. (sic)

Conforme demonstrado no gráfico anterior, as mulheres entrevistadas não conseguiram um grau de instrução que permitisse superar a condição de dependente dos pais e posteriormente do companheiro, pois, como já frisado, a maior escolaridade apresentada é

a quarta série primária completa. Ainda com base nos depoimentos citados, a educação da família consistiu em atribuições definidas a homens e mulheres, além de baseada em valores afetivos no interior dos lares.

Contudo, a condição de dependente não é resultado apenas de realidades intrafamiliares de pobreza. O estado brasileiro teve papel fundamental na construção desses valores, uma vez que legitimou o trabalho infantil mediante leis que vigoraram no País até o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). Algumas dessas legislações entendiam o trabalho infantil como aprendizado, maneira de afastar a criança das ruas, que o dinheiro oriundo desse trabalho seria renda para ajudar a família quando essa era carente.

Porém há muito se constatou que o trabalho infantil é prejudicial para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, apesar de ser uma categoria que pode explicar a falta de reconhecimento por parte dessas mulheres, a respeito dos direitos que lhes fora negado, não só pela família, como também pelo Estado, resultado da ausência de políticas públicas, que acaba por atribuir o cuidado apenas como obrigação da família, especialmente de mulheres.

Para Custódio e Veronese (2011, p.111), “O trabalho infantil doméstico pode ser considerado uma das piores formas de trabalho infantil, nos termos da Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho”. De acordo com os autores

No Brasil a convenção foi regulamentada através do decreto 6.481, de 12 de junho de 2008, que inclui o trabalho doméstico na lista das piores formas de trabalho infantil, proibindo sua realização por menores de dezoito anos. [...] é importante destacar a caracterização do espaço do trabalho infantil doméstico pode estar caracterizado mesmo quando realizado em âmbito familiar. Essa condição é estabelecida quando crianças e adolescentes assumem responsabilidades relativas ao trabalho doméstico que são típicas dos adultos, ou seja, suportam obrigações para além de suas próprias capacidades e em prejuízo do seu desenvolvimento. No entanto, é o trabalho doméstico prestado em casa de terceiros que se destaca como principal elemento de exploração do trabalho infantil.

A constituição brasileira de 1988 teve grande importância no enfrentamento do trabalho infantil, quando definiu como idade mínima para o trabalho dezoito anos. E estudos realizados atualmente, vêm apontando melhoras da situação da mulher no mercado de trabalho; sua inserção nos espaços de produção encontra-se bastante modificada em relação há anos atrás, porém nem todo o resquício de uma cultura de trabalho infantil (especialmente da exploração da mão de obra de crianças e mulheres nos cuidados de seus lares) foi rompido, ou está superada no Brasil.

Ainda existe um segmento que se ocupou de afazeres domésticos à margem de direitos, não necessariamente por escolhas e sim por opressão de seus pais ou cônjuges, ou

pela condição de pobreza de sua família de origem, que ainda hoje enfrenta as consequências desse período. Conforme depoimento a seguir:

“Eu já trabalhei de doméstica, babá, autônoma, (Como autônoma eu vendia lingerie e Avon) mas desde pequena eu já trabalhava. Meu pai era muito ruim, bebia batia na minha mãe, não tinha nem o que comer então eu e meu irmão íamos à feira para ver se a gente juntava alguma coisinha para comer. Eu tinha muita dó da minha mãe, então fazia muita coisa para ajudar ela. Eu quando tinha seis anos de idade eu ia comprar anticoncepcional para minha mãe eu nem sabia o que que era mais eu ia (chora). Eu já trabalhava para comprar os mantimentos da casa”. (sic)

A dona de casa em questão se encontra sem qualquer proteção social garantida pela família ou Estado. E afirma que consegue sobreviver de pequenos trabalhos executados na vizinhança, ela se declara doente, com depressão e que depende de medicação contínua de alto custo, que só tem acesso porque os médicos oferecem amostras grátis.

4.6 Outras Implicações da falta de Proteção Social

A realidade vivenciada pelas entrevistadas, em consequência da falta de proteção social, da família ou do Estado em decorrência da dedicação as famílias, apresentam sequelas para além da questão trabalhista. Algumas apresentaram problemas de saúde, como depressão, problemas na coluna, doença de pele, que as impedem de continuar trabalhando em funções braçais como faxina, cozinha entre outras. Duas mulheres afirmaram estar em tratamento antidepressivo por serem diagnosticadas com essa doença, porém não tinham acesso a tratamento adequado, ou não recebiam a medicação prescrita pelo médico, ou não conseguiram acompanhamento psicológico pelo município.

Algumas afirmaram haverem sofrido violências domésticas familiar, em função da dependência econômica e posteriormente abandonaram ou foram abandonadas pelos companheiros. Um exemplo de abandono e comprometimento das condições materiais e emocionais vividas por elas, diante de problemas de saúde e em função da incapacidade física e falta de preparação para o mercado de trabalho é exposto a seguir:

“eu sou doente tenho depressão tomo remédio controlado como vou me responsabilizar por alguma criança ou idoso, se eu tomo remédio forte? Posso desmaiar e acabar fazendo mal à pessoa sem querer. Tenho medo”. (sic).

A mesma apresenta um sofrimento maior em relação à condição de pobreza apresentada, pois o marido saiu de casa e obteve a guarda dos filhos, o que comprometeu o vínculo afetivo da mãe com as crianças. De acordo com ela, a partir da separação, os filhos passaram a sentir vergonha da mãe, mesmo depois de adultos; ela afirma que caso fosse necessário, atualmente não teria ninguém da família com quem contar.

“Porque para os meus filhos nem pensar só servi de parideira mesmo, imagina se envergonhar da mãe, da doença da mãe”. (chora)

Todavia a pobreza, violência ou ausência de contato afetivo com o pai não aparece como única implicação do afastamento da escola. A responsabilidade atribuída a ela pela família de origem foi determinante para as situações por que passou e ainda vive atualmente. Segundo seu relato, a entrevistada se casou aos onze anos de idade e se tornou mãe aos doze anos. A decisão de se unir ao companheiro, que era seu primo, foi para dar uma vida melhor a sua mãe.

Ai quando eu tinha 11 anos eu casei para sair daquela vida e dar uma vida melhor para minha mãe, tadinha”(sic).

De acordo com a dona de casa, seu companheiro era mais velho e já tinha se casado anteriormente, porém ela não reconhece que passou por um processo de violência, inclusive sexual, afirma apenas que essa trajetória lhe tirou boa parte da juventude.

Ele tinha de 21 para 22 anos, mas dele eu não posso reclamar não, ele foi muito bom comigo. Ai, logo que eu casei, um ano depois certinho minha mãe morreu. Daí eu já tinha criança pequena e segui a vida. “Esse meu marido era primo de uma tia, eu era o segundo casamento dele, o casamento foi ótimo, mas a minha juventude foi toda embora, foi jogada fora”(sic).

Sem acesso a uma educação formal, que a preparasse para o mercado de trabalho, ou condições de se emanciparem enquanto sujeito de direito, de ter sonhos ou projetos de vida, as donas-de-casa construíram suas trajetórias sem informação ou possibilidade de garantir direitos previdenciários.

Devemos ressaltar que trabalho executado por crianças, inclusive a atividade doméstica no lar, colabora para desvantagens no desenvolvimento infantil com consequências físicas e psicológicas entre outras, além de expor as crianças a riscos de abusos, pela falta de possibilidade de definir jornada de trabalho e deixá-las sujeitas a violências físicas e sexuais.

Para Custódio e Veronese (2009, p.74), o trabalho infantil é uma ocupação que

Integra o contexto mais abrangente da exploração do trabalho infantil, e ainda adiciona a condição de gênero, colocando a criança e adolescente numa perversa situação de exploração restrita ao campo da sua não percepção, de um verdadeiro “esquecimento”, sendo que alguns até preferem usar a expressão “invisibilidade”, uma vez que é realizado no espaço privado, que oculta a exploração.

Para os autores, o trabalho infantil não é resultado apenas da pobreza ou da exclusão social de suas famílias, “mas também indicam uma continuidade da dinâmica histórica que consolidada por praticas jurídicas e institucionais, que sempre deslocaram a

responsabilidade para as crianças e adolescentes pela sua própria subsistência e pelo grupo familiar”. Custódio e Veronese (2009, p.75).

Os autores dão conta de quão enraizado está na cultura de legitimação da exploração da mão de obra de crianças, inclusive o trabalho infantil doméstico:

Tem suas raízes mais profundas no regime de escravidão brasileira, que perdurou até o século XIX. [...] Inicialmente decorre da percepção e dos olhares atribuídos à criança ao longo do processo histórico; são olhares da família, e também os das instituições [...] concebeu a moralização pelo trabalho. [...] O resgate histórico do trabalho infantil doméstico ainda está limitado pelo escasso material disponível em fontes primárias que identifiquem a mulher e a criança na posição de sujeito do discurso que denunciam a própria condição de exploração.
Custódio e Veronese (2009, p.76).

Os autores supracitados denunciam à falta de material para se pesquisar o trabalho infantil no Brasil e sugerem que esse quadro pode ser resultado da naturalização dessa realidade, ou ainda por que tais atividades permanecem resguardadas no interior dos lares, ocultando que as mulheres e crianças são as grandes executoras dessas funções. Segundo Hirata (2004, p.43), atividades como fazer compras, cozinhar, lavar louça, lavar roupa, cuidar das crianças são realizadas por mulheres. Ou seja, são atribuições que foram naturalizadas dentro do contexto da divisão sexual do trabalho e, portanto, permanecem sendo executadas por mulheres sem que esse dado se torne visível, ou seja, problematizado como fato construído pela sociedade, e não uma obrigação natural.

Pobreza e escassez de recursos, famílias numerosas e a impossibilidade por parte dos pais de proporcionar uma educação para todos os filhos aparecem na narrativa dessas mulheres como justificativa pela baixa escolaridade a que foram submetidas. Além disso, como mulheres e filhas mais velhas, caberia a elas a tarefa de cuidar dos irmãos mais jovens e contribuir para a manutenção da casa, enquanto os pais se ocupavam em prover todos os membros da família. São pessoas que desde muito cedo tiveram que se responsabilizar pelo cuidado dos outros; não necessariamente aprenderam a cuidar de si, construir e manter vínculos afetivos e saudáveis, ou se prepararem para os momentos de adversidades da vida, como no caso de doença ou velhice.

4.7 A representatividade do Casamento

Outro assunto bastante importante na constituição dessas mulheres é o significado do casamento. Observa-se que o marido foi mais uma pessoa em suas vidas no papel de provedor, porém não necessariamente garantiu toda a segurança esperada, ou prevista pela união. Algumas se divorciaram e, como consequência do rompimento dos laços nem sempre

afetivos do matrimônio, apresentam situação social e econômica agravadas pelo afastamento do provedor. Elas romperam com o ciclo de violência doméstica, porém passaram a conviver em condições de precariedade e por vezes dependendo da ajuda de família, vizinhos e amigos.

Dentre as mulheres que responderam ao questionário, as que estavam separadas do companheiro apresentaram uma situação de vida mais empobrecida que as demais. Algumas viviam sozinhas, sem contato com outros familiares, inclusive os filhos ou qualquer outra pessoa da família de origem como irmãos, sobrinhos, primos. Encontram-se, pois, isoladas de seu grupo de consanguinidade.

Para algumas delas, o afastamento dos familiares teve como objetivo impossibilitar o contato com seu antigo agressor, que as ameaçavam de morte. Contudo, as entrevistadas que afirmaram estar separadas, há mais de dez anos, se recusam oficializar a separação com a expectativa de manter a condição de dependentes para fins de benefícios previdenciários. Apesar da “separação de fato”, essas mulheres ainda projetam no companheiro alguma possibilidade de melhorarem a condição financeira, ao apontarem o casamento formal como uma possibilidade de futuramente requerer algum benefício da Previdência Social como dependentes dos agora ex-maridos.

4.8 Mulheres e suas ocupações de trabalho.

A maioria das mulheres que responderam ao questionário exerceu atividades remuneradas, em profissões consideradas femininas, como faxineiras, empregadas domésticas, auxiliar de enfermagem, cuidadoras de idosos e crianças e ainda vendedoras de cosméticos, porém sem registro formal. A condição de trabalho e a insegurança vivenciada pelas entrevistadas podem ser consequência da trajetória profissional das mesmas, pois, segundo Melo e Oliveira,

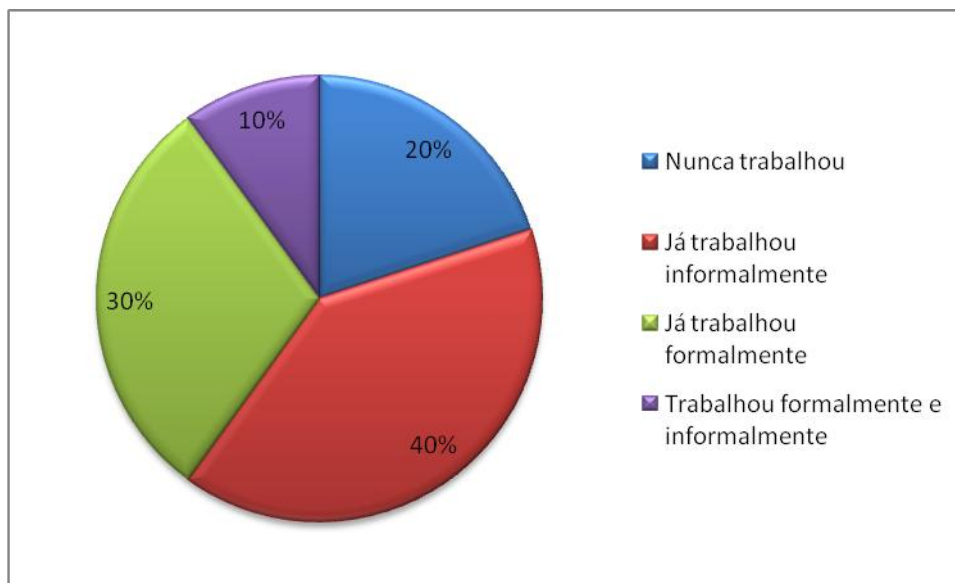
A participação feminina é mais elevada entre os desprotegidos do que a verificada para os homens, provavelmente isto reflete sua entrada e saída do mercado de trabalho devido às funções da maternidade e a difícil conciliação entre família e mercado. (2009,p 4.)

A condição das donas de casa em relação aos benefícios previdenciários, portanto, reflete a descontinuidade de vínculos trabalhistas, a impossibilidade de se inserir no mercado de trabalho ou a ocupação de trabalhos considerados informais. Logo, passaram a vida servindo seus entes queridos de forma voluntária, apenas pelos laços afetivos, executando tarefas que aparecem como “trabalho de mulher”, mas que na realidade negaram a elas o

direito de protagonismo na escolha de um projeto de vida. No caso de cuidado de filhos, pode parecer obrigação do lar, tarefa realizada por questões afetivas.

O gráfico a seguir é uma representação das atividades exercidas pelas donas de casa, demonstrando que a maioria das mulheres executaram atividades informais:

Figura 10: Atividades Exercidas



Fonte: Dados da Pesquisa

Do total, apenas 30% das mulheres já haviam executado atividade remunerada fora do lar, 20% foram exclusivamente donas de casa, 40% trabalharam informalmente, ou seja, não tiveram contrato de trabalho com os empregadores, e 10% tiveram seu exercício profissional intercalado com períodos de atividades informais e posteriormente carteira assinada.

Eu trabalhei de doméstica (8 ou 9 anos sem carteira assinada) Não sei nem dizer foi pingando aqui pingando ali, acho que em tudo foi uns 8 ou 9 anos, era quase sempre sem carteira assinada.

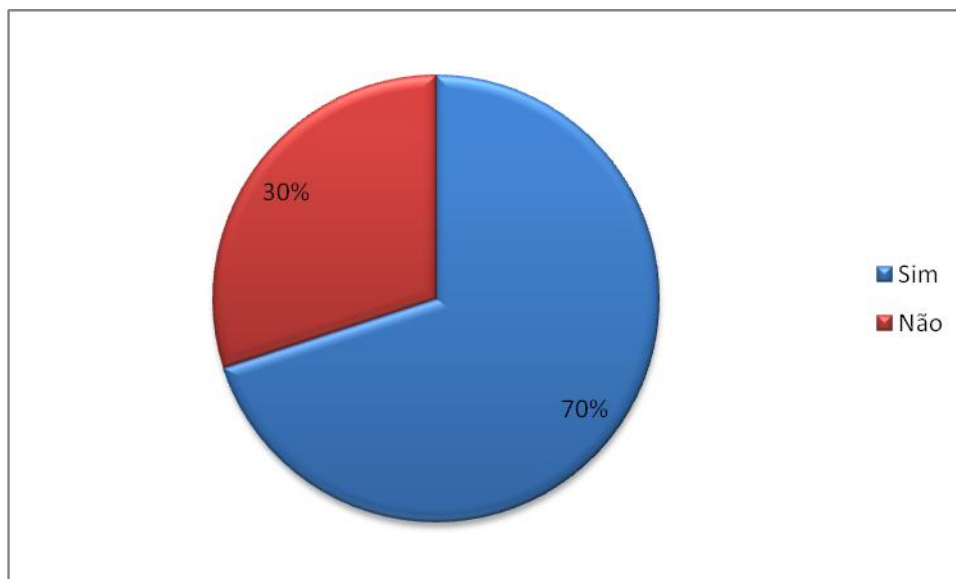
Dentre os depoimentos colhidos, as mulheres que relataram ter trabalhado por longos períodos informalmente, apresentaram maior instabilidade financeira e descontinuidade dos contratos com os empregadores. Dessa forma, o que diferencia a contratação formal da informal são os direitos que o trabalhador poderá recorrer no momento em que ficar desempregado ou incapacitado para exercer qualquer atividade laboral.

Para Camarano e Pasinato (2002 p.12) “a divisão sexual do trabalho reproduz na sociedade as estruturas sociais que mantêm a discriminação de gênero no mercado de trabalho”. Esse fato se confirma se considerarmos as informações repassadas pelas entrevistadas que durante a vida se submeteram a determinadas tarefas que lhes foram atribuídas por suas famílias. De acordo com as mesmas autoras (2002.p. 6), “As desigualdades no mercado de trabalho vão refletir desigualdades na Previdência Social e justificam regras diferenciadas para aposentadoria entre os sexos”.

Ao buscarem justificativas para as diferenças entre homens e mulheres na legislação previdenciária, problematizam o tempo de contribuição e a idade mínima para requerer aposentadoria constantes na legislação para ambos. Além disso, as autoras defendem que isso ocorre em decorrência da dupla jornada e funções relacionadas ao período de reprodução. A dificuldade de inserção no mercado de trabalho, a falta de recurso para contribuir continuamente, os cuidados com os filhos e com a família, entre outros, são fatores que somados colaboraram para permanência das desigualdades de acesso a benefícios oriundos do trabalho, a desvalorização da mão-de-obra feminina e o anulamento do trabalho doméstico por razões culturais. Portanto, esses valores sociais devem ser ressignificados, além de superados, uma vez que ser mulher e cidadã é um direito e merece contar com segurança social como qualquer outro trabalhador.

4.9 Contribuição para a Previdência Social.

O gráfico a seguir é um panorama sobre as contribuições das mulheres entrevistadas, sendo possível identificar que a maioria já havia se inscrito na Previdência Social, porém nenhuma garantiu o direito de aposentadoria, ainda que já tivessem completado a idade para requerer esse direito. Não puderam, entretanto, alcançar o tempo de carência para a aposentadoria, pela necessidade de se afastarem do trabalho para cuidar dos filhos e o rompimento das contribuições, resultado da falta de recurso e dos altos custos cobrados antes da possibilidade de contribuir com a alíquota reduzida.

Figura 11: Sobre a contribuição para a Previdência Social

Fonte: Dados da Pesquisa

Dentre as entrevistadas, 70% já haviam se inscrito na Previdência Social em algum período da vida, a as demais nunca haviam contribuído anteriormente. No entanto, esse número não representa a quantidade de mulheres que trabalharam fora de casa e sim a busca de se inserir na proteção social garantido pelo INSS. As tentativas de manter a condição de segurada e as cessações dos pagamentos demonstram que, apesar da falta de recursos, a maioria buscou se manter filiada à Previdência Social, mas por vezes tiveram que escolher entre manter a condição de segurada ou bancarem as contas de casa e por necessidade optaram por cessar a contribuição.

É, eu pagava particular, Mais ou menos três anos. É eu pagava acho que era 68,00 reais, conforme ia subindo, ia subindo para mim né. [...] Porque eu não podia mais pagar o que eu pagava né os sessenta e nove, eu não podia, meu marido é aposentado com um salário mínimo só ele é doente do coração, agora de uns tempos para cá ele tá melhorzinho, mas ele não pode pegar serviço para ganhar mais dinheiro, às vezes ele até faz um biquinho leve para ganhar mais dinheirinho, mas eu não podia pagar isso, mas eu queria pagar para me aposentar para ganhar mais tarde, né? Ali eu entrei nessa para pagar menos, para ver se conseguia. (sic)

Uma das entrevistadas que afirmou ser inscrita na Previdência Social, antes da lei de contribuição para donas de casa, embora não tenha exercido atividade formal no decorrer da vida, relata qual foi a estratégia adotada para tornar-se uma segurada sem ter uma profissão regulamentada.

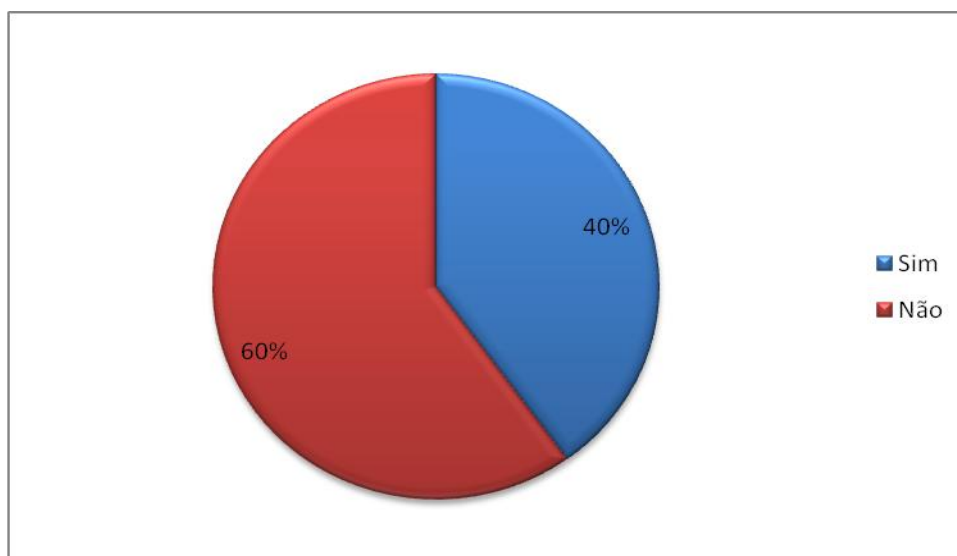
Depois que eu sou casada, meu marido botou um bar a S. tá por dentro disso. Botamos um bar, ele botou no meu nome e pagamos uns seis anos. Até eu

perguntei para a S. se depois disso ai inclui na aposentadoria né se tem o direito e ela disse que tem. Então foi esses anos que eu paguei depois não pude mais pagar. Agora como saiu esse aí eu, e eu também to muito doente, aí eu preciso, né?

Inventar profissões que não exerciam quando queriam se tornar seguradas, talvez fosse uma prática comum antes da lei 12.470, pois tinham que pertencer a uma categoria de trabalhadores e de profissões reconhecidas para efetuar os pagamentos. Cabe ressaltar que o total de mulheres que contribuíram para a Previdência Social demonstra a consciência das mesmas ou das famílias, com a proteção social oferecida pelos benefícios que passariam a ter direito depois de filiadas, como contribuintes, comprovando que fatores financeiros e culturais determinaram a situação de dependência.

Por isso mesmo, o fato de não terem trabalhado com carteira assinada por si só não esclarece a ausência de proteção social experimentada por essas mulheres; a falta de recursos é outro fator determinante, uma vez que a maioria já contribuiu em algum momento, ainda que não tenham exercido atividade remunerada fora do lar.

Figura 12: Sobre Carteira Assinada



Fonte: Dados da Pesquisa

O gráfico acima demonstra que 60% das mulheres trabalharam sem vínculo formal e dessas apenas 40% já tiveram carteira assinada. Desse total, mesmo as mulheres que trabalharam com carteira assinada, fizeram o maior tempo sem contrato formal conforme a fala da entrevistada, que tentou contabilizar sua experiência profissional:

Eu trabalhei um ano e pouco é, vai lá o primeiro bota quero ver aqui, um ano eu acho que uns dois anos porque assinou, depois assinou de novo né. Depois foi sem carteira assinada, depois eu trabalhei numa na C.G que era uma sra la que foi três anos, três anos e seis meses por ai, uma coisa assim. Depois trabalhei de novo

sem carteira assinada, um monte de tempo, depois trabalhei de novo com carteira assinada em Biguaçu foi dois anos, alias quatro anos, deixa eu ver julho, agosto, setembro, outubro, foi quatro anos e quatro meses daí, foi indo, depois eu garrei, sai de lá fui para outra mulher e trabalhei dois anos certinho.

A mesma dona-de-casa afirmou que das ocupações exercidas, a maioria não era com carteira assinada, e aponta esse dado como o responsável por ainda não ter se aposentado, pois ela já tem idade para se aposentar, mas não conseguiu cumprir o tempo de carência.

Era sempre sem carteira assinada, toda a vida sem carteira assinada. Por último que trabalhei com carteira assinada. (sic)

Uma das razões apresentadas para justificar o tempo de trabalho sem registro na carteira profissional, foi a falta de informação sobre os direitos vinculados ao trabalho conforme a legislação trabalhista. De acordo com os depoimentos, a baixa escolaridade e a vida dedicada ao lar, afastaram a possibilidade de obter informações sobre seus direitos.

Olha, eu vim da roça, eu não tinha informação, então eu fui trabalhando assim só para ganhar um dinheirinho. Agora que avisaram que tinha que fazer eu fiz, mas nunca assinaram nada; tá lá em casa.

Uma das donas de casa que durante a entrevista afirmou não ter solicitado aos empregadores um contrato formal de trabalho, garante que não o fez por falta de informação e vive uma situação de bastante instabilidade financeira: separada do companheiro antigo provedor, declarou-se sem renda e doente. De acordo com seu depoimento, ela necessita tomar remédio controlado continuamente e atualmente não tem acesso a nenhum direito social, ou vínculos com filhos ou qualquer outro familiar que pudesse lhe ajudar. E quando inquirida sobre como consegue se prover diante dos problemas de saúde e financeiros que enfrenta, ela afirmou que sobrevive de pequenos trabalhos, venda de produtos de beleza, além da ajuda dos vizinhos e de um irmão.

Não, a única renda que eu tenho é que eu faço algumas coisas para meus vizinhos que são pobres e doentes que nem eu e aí eles me dão R\$ 10,00 ou 20,00 conto para me ajudar daí eu consigo pagar minha água, minha luz. Porque se eu tiver que escolher entre pagar minha água ou luz e comer eu vou pagar a água e luz e ficar sem comida mesmo. Eu fico muito revoltada de ver pessoas que não precisam se aposentando e a gente que precisa não consegue, me dá revolta isso. Porque eu sou doente não consigo trabalhar e nunca ganhei nada. (chorando)

Muito embora tenha buscado a agência da Previdência Social para se inscrever e tornar-se uma segurada, a entrevistada demonstrou não conhecer a legislação Previdenciária ou diferenciá-la da Política de Assistência Social, pois não sabia que era um benefício contributivo. Mesmo diante da precária situação financeira e de saúde, a dona-de-casa relata nunca ter recebido benefício assistencial.

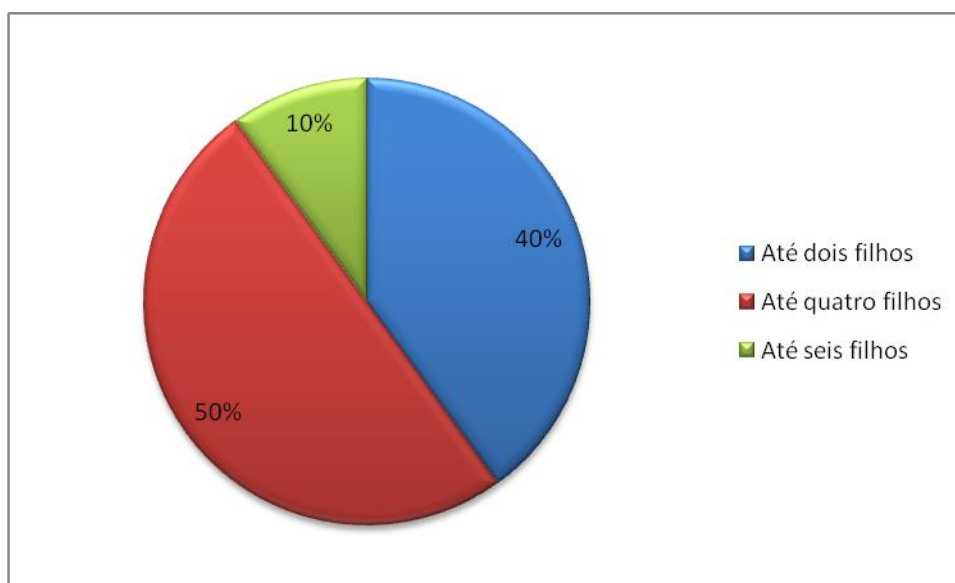
A senhora já tentou ir à Prefeitura se inscrever no programa Bolsa Família?

E ela respondeu:

Eu já; a moça já foi lá em casa duas ou três vezes e diz que depois eles vão me visitar e nunca vai ninguém, a gente só preenche papel e não vai ninguém. chora. (sic)

Essa fala é bastante significativa e reforça a necessidade de desconstruir mitos sobre famílias e maternidade, pois nenhum desses valores sociais foi suficiente para assegurar a essa senhora a segurança social de que tanto necessita.

Figura 13: Sobre o número de filhos



Fonte: Dados da Pesquisa

A média de filhos por mulher entrevistada variou de um a seis, porém nem todos os cuidados eram somente para filhos biológicos ou ao companheiro. Uma das entrevistadas tornou-se a responsável pelos filhos do primeiro casamento do marido.

Não, eu só tenho uma filha, porque no caso assim eu sou casada com ele, mas ele ficou viúvo com quatro, só que os quatro não são registrados no meu nome, então eu não posso contar eles no caso nada nessas coisas porque é minha. A mesma coisa ele, ele tem quatro filhos só que daí eles não moram com nós não tem, são dependentes deles e outra daí no caso é só dele. Então quando ele deu entrada na aposentadoria aqui eles pediram a relação dos filhos dele, dele com a outra esposa que morreu, da minha eles não pediram nada porque não consta nada que é filha dele, não tem? Então os dele pra mim no caso eu criei desde pequeno só que eles não constam que são meus. (sic)

Além de filhos e enteados, algumas donas de casa também foram responsáveis pelos pais ou sogros, quando esses se tornaram idosos. Uma das senhoras considera a

oportunidade de cuidar dos pais uma forma de retribuir a ajuda deles recebida, como moradia, que foi fundamental para criar os filhos, diante do problema de alcoolismo do marido provedor.

Eu moro e eu agradeço a Deus porque hoje meu pai morreu de câncer, mas ele me deu um pedaço de terra eu fiz uma casa Lá (uma casinha de madeira) e aí eu tive a oportunidade cuidar do meu pai lá ele faleceu há sete anos (se emociona) mas eu não esqueço dele. Então agora eu fico cuidando da minha mãe que tem 83 anos, que é acamada, acamada totalmente não, mas ela só vai da cama para o banheiro, mas tem que segurar porque ela tem problema na coluna que perdeu todo o equilíbrio daí ela não consegue andar. Porque ela tem problema do coração e asma. Cuidar deles me faz muito bem porque daí eu retribuo.(sic)

Os cuidados não ficaram restritos aos laços consaguíneos, de filiação ou de idosos, mas se estendem a outros familiares. Um das entrevistadas cuidava do cunhado que morava com a família, após perder a visão em um acidente de trabalho; desde então vive com ela e o marido, e ela inclusive compra suas roupas.

Eu que cuido dele, porque eu morei com a minha sogra por quarenta e quatro anos, ela faleceu agora faz um ano. E ele é separado, tá morando comigo já há dezoito ou dezenove anos. Moramos juntos, toda vida, eu que compro a roupa dele, eu que lavo, eu que passo, cozinheiro, eu que cuido dele direto.(sic)

A atribuição de cuidados, portanto, ocorre simplesmente por serem mulheres, filhas mais velha e esposas.

No questionário, foram aplicadas questões com o propósito de elucidar como se deu a condição de donas-de-casa, visando analisar se em algum momento havia sido possibilitado às mulheres o protagonismo sobre suas vidas. De acordo com os dados obtidos, apenas 20% das mulheres decidiram ser donas de casa, e as demais alegaram imposição de pais e marido, além do nascimento de filhos.

Foi por falta de estudo de oportunidade, minha mãe era muito pobre (chora) meu pai era muito ruim (chora) a vida podia ter sido diferente, porque ele tinha condições, mas ele visitava nós a cada 15 dias. (chora). (sic)

A condição de dona-de-casa na maioria das vezes foi consequência de decisões de outras pessoas com as quais elas mantinham relação afetiva ou dependência financeira e representa uma autoridade familiar:

Não, querida, eu nunca trabalhei mesmo por eles, por obedecer o marido [...] Já tive oportunidade sim, só que ele achava que era pouco, que o ganho era pouco, preferia que eu ficasse em casa cuidando dos filhos, para não deixar os filhos jogados.(sic)

O depoimento a seguir demonstra que esse companheiro decidia pela esposa, e embora tenham surgido convites para trabalhar fora, quando inquirida sobre as funções que seriam exercidas, ela reconheceu apenas que os poucos estudos não lhe possibilitaram ocupar um cargo mais valorizado socialmente. Mesmo assim, de acordo com ela, a decisão de aceitar ou não o cargo oferecido foi tomada pelo marido.

Faxineira querida, por que no meu caso o estudo era muito pouco, a quarta série, aí, a maioria das pessoas que vinham atrás de mim era para doméstica e faxineira. Aí ele achava que eu tinha o meu serviço, aí, ao invés de limpar o dos outros, limpava o dos filhos e dele. (sic)

A entrevistada relata que o seu primeiro marido era violento e a impedia inclusive de sair de casa:

Ah, não, esse aqui de cima era do tempo do carrasco, Ah, meu Deus, esse ali eu não conseguia nem falar com ninguém, trancada dentro de casa. Já morreu ele, esse já morreu. (sic)

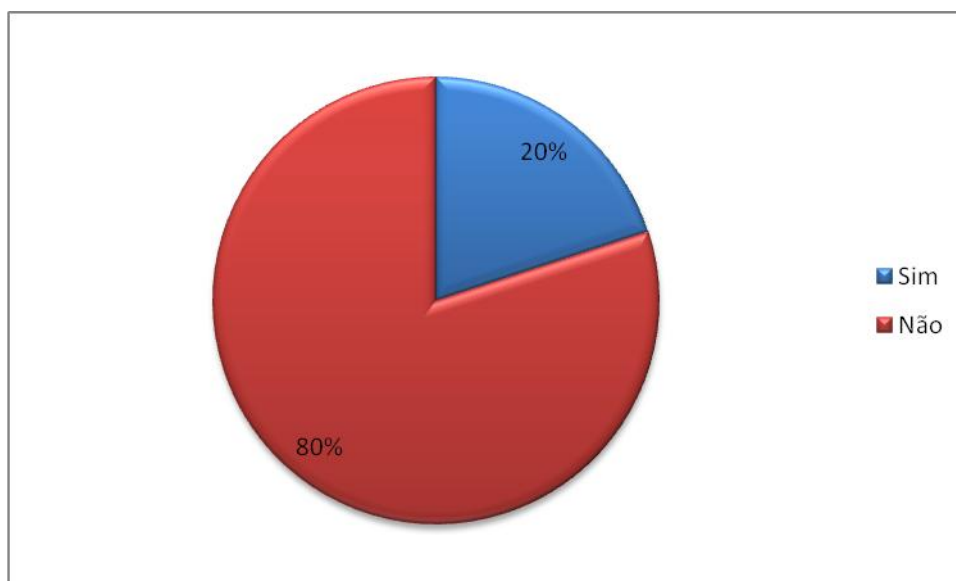
Ela teve dois casamentos, com companheiros de pensamentos diferentes sobre a possibilidade de ocupar função remunerada fora do lar. Segundo ela, o segundo marido não impedia que ela trabalhasse fora, dessa vez o impedimento foi problema de saúde.

O segundo já foi outra história, ele já tinha condições de me manter em casa né, e eu peguei esse tipo de enfermidade entendesse? Hoje eu fazia meu serviço em casa, amanhã eu já tava acamada, artrite reumatóide. Até que eu consegui uma médica em Florianópolis e melhorei mais, mas eu já fiquei em cadeira de roda menina. Eu passei metade da minha vida assim.

O baixo salário foi o motivo alegado pelo segundo companheiro para não incentivar os serviços de faxineira fora de casa.

Não, ele não queria também que eu trabalhasse, ele não queria, ele falava que pra ganhar tão pouco ele preferia que eu ficasse em casa também.

A figura a seguir apresenta a proporção de mulheres que afirmaram ter decidido se tornar de donas-de-casa. Independentemente das razões que as tornaram “do lar”, e da pessoa a quem tenham imputado a decisão, a vida dedicada aos serviços domésticos refletiu na condição socioeconômica das mulheres, embora com reflexos mais graves, onde os laços familiares e de proteção haviam se rompido, devido às separações e à saída do provedor dos lares.

Figura 14: Sobre a condição de donas de casa

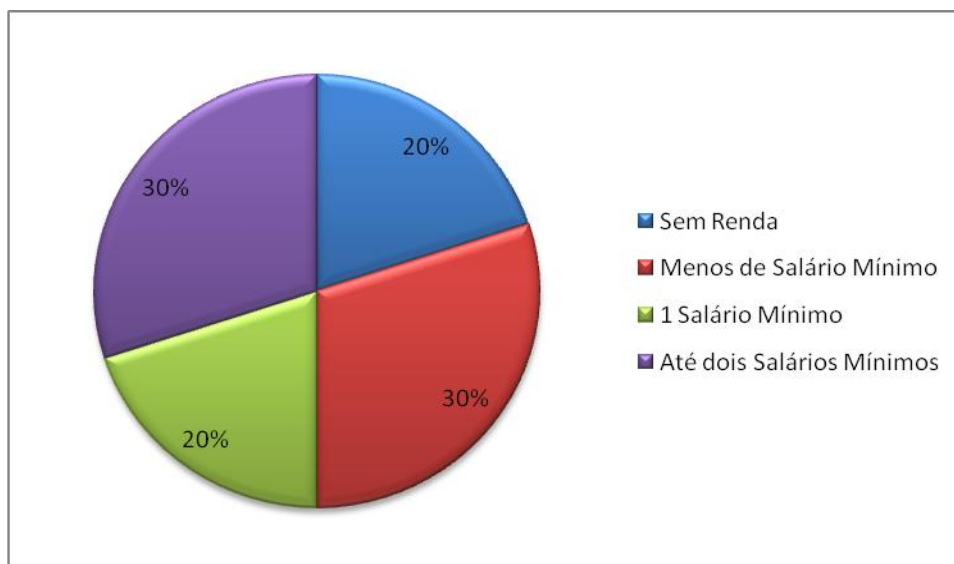
Fonte: Dados da Pesquisa

Conforme demonstra a pesquisa 20% das mulheres atribuem a condição de dona-de-casa como uma escolha, e os motivos apresentados para permanecerem durante a vida nessa condição foram os mais diversos. Das dez entrevistadas, *uma* afirmou nunca ter trabalhado fora por não ter com quem deixar os filhos, pois o dinheiro que receberia dos empregadores não era suficiente para pagar alguém que cuidasse dos afazeres do lar e da família. Uma revelou ter ocupado atividades informais quando mais jovens, porém assinaram a carteira tardiamente (só depois de casadas) por esclarecimento de familiares. *Três* mulheres não puderam trabalhar porque os maridos proibiam: *uma* recebeu proibição apenas do pai, outra considera que se tornou dona-de-casa por escolha, embora tenha observado que quando criança não teve condições de estudar. Houve ainda uma mulher que afirmou ter decidido por comodismo; uma entrevistada explica que trabalhava fora antes do casamento, alegando que teve de se afastar do trabalho devido aos problemas de saúde do filho e, diante da circunstância, optou por dedicar-lhe seus cuidados. Mais tarde retornou ao trabalho, mesmo assim não conseguiu contribuir para o tempo de carência. Uma senhora alegou que sempre trabalhou desde criança, mas nunca teve acesso a informações sobre direito trabalhista, apenas trabalhava para sobreviver.

Dentre o total das entrevistadas, mesmo as que apresentaram uma condição de vida menos empobrecida, dependiam de alguém para prover seus sustentos. O gráfico a seguir

representa a média de renda das famílias, uma vez que não ter renda própria é parte da exigência para se cadastrar na Previdência Social pela lei 12.470.

Figura 15: Sobre a Condição Socioeconômica da família



Fonte: Dados da Pesquisa

A definição das entrevistadas sobre os recursos financeiros da família variava desde sem renda até as que sobreviviam com até dois salários mínimos completos, valor limite definido para se inscrever pela lei 12.470. Esses recursos são provenientes de salários ou aposentadoria dos companheiros, pensão alimentícia, ajuda de filhos e vizinhos e de benefícios da assistência social, e algumas alegavam que o valor recebido era insuficiente para os gastos da família, inclusive com alimentação e remédios. O depoimento a seguir é de uma dona-de-casa separada do companheiro afirmando não ter renda própria, viver em constante instabilidade e só contar com a ajuda de um irmão e vizinhos para sobreviver:

Não tenho renda nenhuma, vivo com a ajuda dos meus vizinhos que também são pobre, mas eu ajudo com uma faxina alguma coisa e eles ajuda eu. Porque emprego ninguém da nem eu posso pegar assim né. E meu irmão também me ajuda com uns cinquenta reais ou mantimento, mas ele também é pobre. (chora)(sic)

Ainda que os meios de comunicação tenham contribuído para informar sobre a aprovação da lei, ela não especifica quais as pessoas que terão direito de se tornar seguradas. Por meio da Lei de contribuição para donas-de-casa e no decorrer da entrevista, constatamos que uma das mulheres inscritas pela Lei 12.470 estava fora dos critérios definidos, pois

embora a renda recebida em aluguel seja inferior à exigida para se tornar segurada com a alíquota reduzida, ela tinha renda própria:

“Olha a minha renda é de uma kitnet que eu tenho é R\$ 300,00” (sic)

A emenda constitucional, resultado da aprovação da lei de aposentadoria para donas-de-casa, define como critério para inscrição as normas a seguir:

b) do segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente a família de baixa renda. (Brasil, 2012)

Portanto, a entrevistada em questão, apesar de estar inscrita pelos critérios da lei 12.470, não poderia contribuir como dona-de-casa, por ter renda própria, oriunda do aluguel de uma kitnet. Muito embora a renda seja inferior a um salário mínimo, ela está fora do critério exigido pela lei e poderá ter problemas quando for requerer aposentadoria, caso seja constatada a irregularidade.

4.10 O impacto dos Benefícios Previdenciários para as famílias com idosos aposentados.

O acesso ao benefício de aposentadoria pelos idosos tem sido responsável por melhorar a condição de vida da família, além de garantir-lhes melhor qualidade de vida. Sobre o tema, Camarano e Pasinato (2002, P.17) afirmam que “as mudanças na legislação da Seguridade Social trouxeram importantes benefícios, não só para as idosas brasileiras individualmente, mas também para suas famílias”. Durante a pesquisa, encontrou-se situação semelhante: uma das entrevistadas declarou-se sem renda, pois sobrevivia da pensão por morte recebida pela mãe, de quem era cuidadora, e esse salário era responsável pela manutenção das duas senhoras que moravam no mesmo terreno.

A minha renda? Eu não tenho. [...] A minha mãe recebe do meu pai, ela é pensionista. O meu pai trabalhava na prefeitura assim na rua, serviço de rua, varria a rua essas coisas. (sic)

Embora tenha apresentado o maior tempo de contribuição dentre as entrevistadas (doze anos e três meses), ainda luta para completar o tempo de carência exigido pelo INSS. De acordo com afirmação da entrevistada, ela desconhecia a lei 12.470 quando procurou a agência de Tijucas para retomar as contribuições e completar o tempo de carência para

requerer aposentadoria. Ela assegurou que ia tentar pagar como contribuinte facultativo, buscando economizar da pensão da mãe, ou em dinheiro arrecadado por rifas que iria disponibilizar para venda, mas que estava decidida a completar o tempo de carência para contribuição do INSS:

Eu sei que tem que pagar quinze anos para mim me aposentar por idade; então eu vim cá, então para mim fazer então esse de, eu ia fazer o de 11 % por que o de 20% eu não podia pagar, mas eu ia pagar o de 11% eu ia fazer esse sacrifício, mas a moça aqui do caixa que me orientou ela falou assim ó tem o 20% o de 11% que é R\$ 68,00 e tem esse aqui para dona de casa que é R\$ 31 e pouco, então foi ela que orientou, a moçinha aqui me passou para a assistente social, mas o moço lá da prefeitura que me orientou já tinha me falado que eu ia passar pela avaliação social.(sic)

Apesar de ter 60 anos completos (a idade mínima exigida pela legislação para que as trabalhadoras urbanas possam requerer aposentadoria por idade) e apresentar um dos maiores tempos de contribuição, essa senhora contava apenas com a pensão da mãe para as duas sobreviverem, e quando por razões adversas o dinheiro se tornava insuficiente ela recorria à ajuda da filha.

Ela que me ajuda assim um pouquinho né, sabe que filha é filha, filho já é mais distante, né? Aí ela diz: mãe, se a mãe precisar de uns dez conto ou vinte reais, quando atrasa a luz ela me ajuda a pagar assim, porque ela ganha pouco a minha mãe, né, mas também ela ganha pouco né, ela trabalha em balcão de loja, não ganha muito.(sic)

Contudo, a renda da mãe idosa a impede de obter benefícios assistenciais, e ela relata que nunca recebeu nenhum benefício da Assistência Social, nem mesmo quando seus filhos eram pequenos, sequer a alimentação especial restrita à lactose, porque, segundo ela, na época não existiam benefícios:

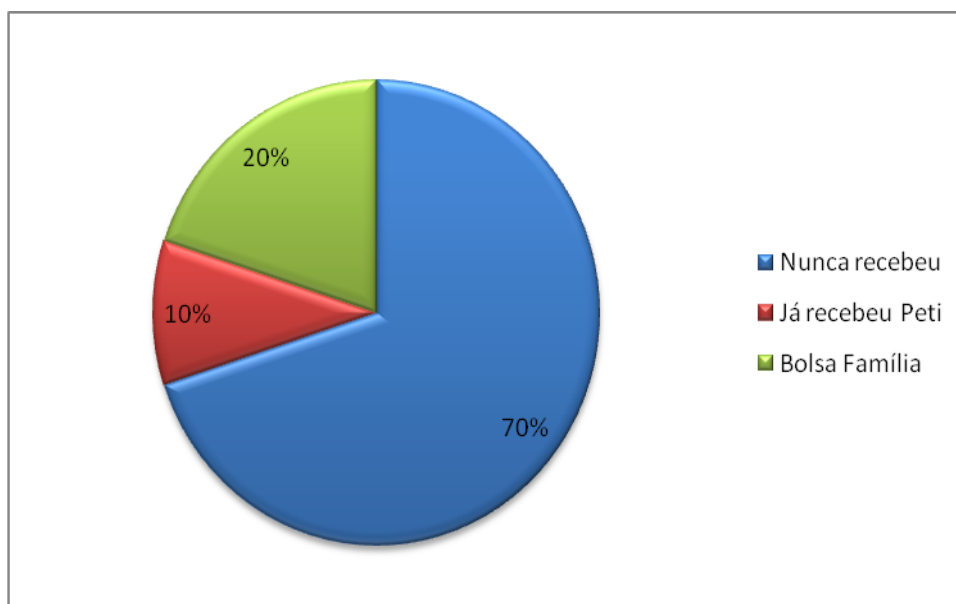
Assistência social? Não, não. Bolsa família eu nunca recebi porque quando meus filhos eram pequenos não existia isso aí, pode ver, porque o mais velho tem 35 anos a menina tem 33 e o mais moço já tem 29. Então não tinha bolsa família, naquela época eu até precisava. Não tinha esses benefícios que tem hoje. Se não eu não tava nessa situação eu tinha arrumado uma situação mais ou menos. Que meus filhos passaram falta, passaram fome, passaram. Só o A. o mais velho que era tudo leite especial porque tinha problema com lactose e esse leite de soja nem tinha em Tijucas. Tinha em Florianópolis ou em Curitiba. (sic)

A Proteção Social garantida pela política de Assistência Social não era recebida por todas; algumas porque estavam acima do recorte de ¼ do salário mínimo, outras por falta de informação e há ainda as que buscam por esse direito, mas ainda não foram beneficiadas.

Do total de entrevistadas, apenas 20% são beneficiadas pela assistência social do município atualmente. Outras 10% já receberam, e no momento foram desligadas devido à maioria dos filhos que recebiam o benefício do Programa de Erradicação do Trabalho

Infantil (PETI)¹³. A grande maioria alega nunca haver recebido benefício da assistência social ou proteção social, contando apenas com o auxílio da família, dos vizinhos e amigos.

Figura 16: Sobre as famílias que recebem benefícios socioassistenciais



Fonte: Dados da Pesquisa

O baixo número de mulheres com acesso a benefícios da assistência social pode ser explicado pelo recorte da lei 12.470 se estender a famílias com até dois salários mínimos completos, diferentemente da exigência da legislação para receber benefícios assistenciais. O bolsa-família representa a maioria dos benefícios recebidos e ainda assim não foi suficiente para retirar essas mulheres da condição de pobreza, pelo baixo valor pago. Uma senhora declarou receber R\$ R\$ 38,00 de Bolsa Família há quatro anos, e outra entrevistada afirmou receber R\$ 64,00 do mesmo programa. Esses valores somados à pensão do ex-marido (que varia entre duzentos ou trezentos reais), são os únicos recursos para sobreviver com os dois filhos ainda adolescentes do segundo casamento durante o mês.

É só o que ele manda; dependendo do que ele manda, eu tenho que passar com aquilo ali. Às vezes eu peço alguma ajuda para os meus meninos, eles trazem alguma bolsa para mim. Alguma coisa assim, eles são casados. Meus meninos eu falo né, por que mãe é sempre menino. Ajudam só com mantimento, eles fazem uma bolsinha os dois juntos e trazem para mim.(sic)

Essas mulheres só conseguem sobreviver graças à ajuda de familiares, especialmente dos filhos, mas nem todas têm essa “sorte”. Por isso, é necessário que o governo possibilite a

¹³ O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) articula um conjunto de ações visando à retirada de crianças e adolescentes de até 16 anos das práticas de trabalho infantil, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos. O Peti compõe o Sistema Único de Assistência Social (Suas) e tem três eixos básicos: transferência direta de renda a famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho, serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças/adolescentes até 16 anos e acompanhamento familiar através do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas). (www.mds.gov.br)

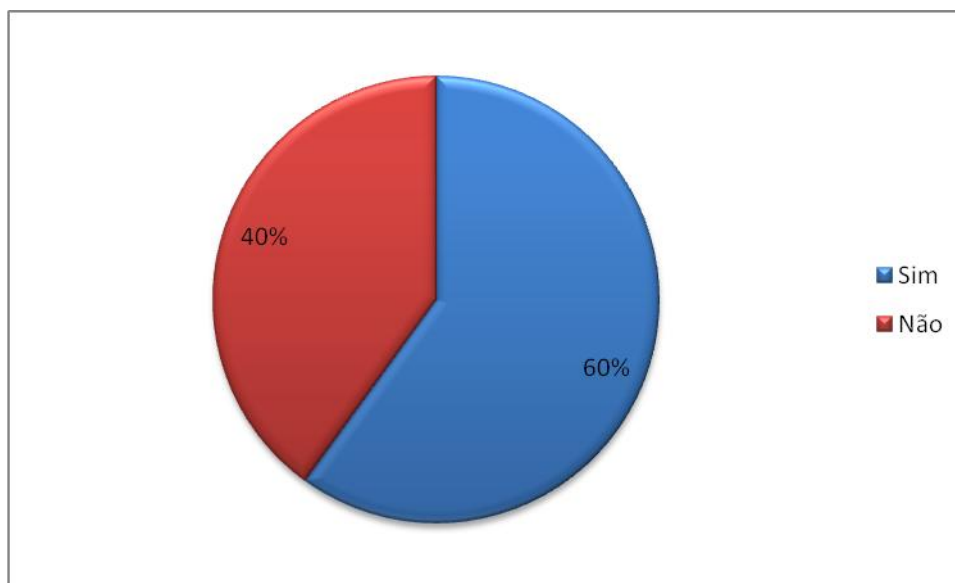
um contingente significativo de trabalhadoras do lar e também de profissões informais garantia de acesso à aposentadoria. Caso contrário, a condição de pobreza vivenciada pela dona-de-casa corre o risco de ser ampliada, e a família, grande responsável pelos cuidados do com os idosos, não poderá garantir o amparo necessário por falta de recursos.

Apesar da grande procura das donas-de-casa para se filiar à Previdência Social pela lei 12.470, ela ainda carece de divulgação e maiores esclarecimentos por parte dos órgãos governamentais, da mídia e instituições que trabalham com mulheres. Sem dúvida, o aumento da procura dos usuários foi um dos motivos pelo qual o Serviço Social do INSS de Santa Catarina resolveu agir e criar o projeto Inclusão das Donas de Casa.

Durante o processo de pesquisa, foi possível constatar que a propaganda veiculada em meios abertos de comunicação é de grande importância para a propagação sobre as condições específicas para se inscrever na lei 12.470. Essa lei é restrita e tem recortes que não permitem abranger todos os trabalhadores dedicados exclusivamente aos serviços domésticos, nem mesmo aqueles que sobrevivem com renda de até dois salários mínimos, pois, se parte da renda da família for oriunda do trabalho da mulher, ela perderá a condição de dona-de-casa.

As razões para as desinformações são as mais diversas e, por vezes, desconhecem o limite de renda ou a exigência de ser exclusivamente dona-de-casa, além da inscrição no CadÚnico. Portanto, a atuação do Serviço Social além de pioneira é de grande impacto no acesso à informação, persistindo a necessidade de ampliar a rede de informação aos usuários. Isso porque uma das questões aplicadas no questionário tinha como objetivo analisar o nível de conhecimento das donas-de-casa referente às especificidades da lei, se elas estavam conscientes das exigências e condicionalidades, e quais os benefícios que teriam direito.

A figura a seguir demonstra que 60% das mulheres inscritas na Previdência Social, em decorrência da Lei 12.470, sabiam que a lei era exclusivamente para donas-de-casa, além de clareza sobre quais benefícios poderiam requerer e sobre qual seria o tempo exigido para requerer aposentadoria. Contudo, 40% demonstraram desconhecer tais regras e, ao buscarem a Agência do INSS, confundiam a atividade exercida no interior dos lares com qualquer outra atividade considerada doméstica. Se considerarmos a figura a seguir, nota-se que a grande mídia é responsável apenas como primeira informação.

Figura 17: Sobre as especificidades da lei

Fonte: Dados da Pesquisa

As propagandas governamentais veiculadas no rádio e na televisão foram apontadas como primeira fonte de informação sobre a lei 12.470, que, somada a reportagens exibidas pelos veículos abertos de comunicação, contribuíram com a propagação da notícia sobre a aprovação da reforma constitucional que inclui atividades exercidas no lar como passíveis de contribuição, conforme o depoimento a seguir:

È que na verdade eu vim aqui por causa que o outro plano, o outro para contribuir para esse. Acho que fica sessenta ou setenta. Aí o meu esposo ganha mais um pouco que o salário mínimo. Então não tem como porque a gente tem luz, tem água isso não contando o remédio às vezes, né? Aí eu escutei no rádio que o governo abriu isso aí, não tem, para as donas-de-casa poder contribuir parece que com 5%. (sic)

Assim, o trabalho dos assistentes Sociais do INSS, juntamente com o CRAS do município (Órgão responsável pela inscrição das famílias no CADúnico), tornou-se de fundamental importância para as informações sobre as especificidades da lei e a condição de cada usuário no que diz respeito a sua situação específica.

Daí eu vim aqui e falei com a Assistente Social, daí ela me mandou ir na prefeitura fazer um cadastramento na prefeitura e depois voltar aqui que ela ia fazer de novo, não tem? Para contribuir com o governo por esse da dona-de-casa. Aí meu esposo recebe, mal dá um salário, né, um pouquinho. Aí foi onde eu passei no cadastro, daí ela disse para mim que eu não podia vamos dizer, lavagem de coisa fora, não podia fazer faxina para poder contribuir no caso, porque que

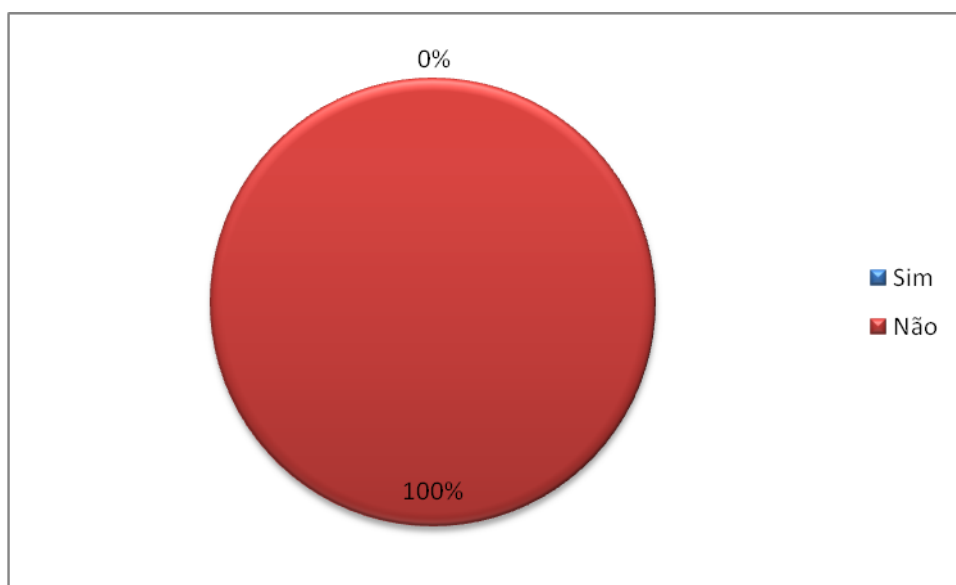
daí vamos supor que se eles descobrissem, não sei o que vai dar não sei se corre um processo, não sei.(sic)

A mesma entrevistada demonstra que a prévia informação que teve através da rádio local, se tornou o primeiro incentivo para buscar a agência do INSS do município. No entanto, o trabalho informativo dos assistentes sociais na prefeitura, e na APS Tijucas foram importantes para elucidar quais os direitos que passariam a ter, conforme citação a seguir:

Porque no rádio eu escutei que vale para quatro coisas né, vale para minha aposentadoria com 65 anos vamos supor né, vale que se eu morrer primeiro do que ele, ele tem direito da pensão minha no caso, e vamos supor assim auxílio doença, vamos supor se eu ficar doente ou sofrer um acidente hoje, me dar um problema, se eu ficar doente vou no médico e o médico dizer que eu tenho um problema no coração não posso fazer mais nada. Então, pelo que eu entendi, posso dar direto entrada em uma perícia vamos dizer assim, e se eu tiver um de menor, o que eu não tenho, no caso eu só tenho uma filha se ela for de menor ela fica recebendo uma pensão, foi assim que eu entendi no caso né, e também lá, né (prefeitura) o rádio explicou no caso, né, a voz do Brasil que é às sete horas e a assistente social aqui também então nessa parte eu to ciente.(sic)

A inclusão das donas-de-casa na Previdência Social é de grande importância para as seguradas e suas famílias que, de acordo com as entrevistadas, se interessaram pelo bem-estar da mãe em caso de doença ou na velhice, e o principal fator apontado para que elas conseguissem se filiar e manter as contribuições foi a redução no valor da contribuição. O gráfico a seguir demonstra que a totalidade das entrevistadas puderam se inscrever e manter a condição de segurada devido à alíquota reduzida.

Figura 18: Sobre contribuições devido a Lei 12.470



Fonte: Dados da Pesquisa

A figura acima, baseada nas respostas das entrevistados sobre a possibilidade de contribuírem sem a aprovação da Lei de contribuição para donas-de-casa, demonstra que nenhuma delas estaria inscrita ou conseguiria se manter na condição de segurada se não fosse pela redução de custo garantida pela lei 12.470. As senhoras entrevistadas apresentaram os mais variados motivos para justificar as razões da não filiação ou continuidade dos pagamentos.

Uma delas afirmou que, quando inscrita anteriormente, os filhos ajudavam com os custos e que, caso não houvessem aprovado a alíquota de 5% do salário mínimo, só poderia voltar a ser contribuinte se a família pudesse continuar arcando com os custos:

É porque daí um filho ajudava com R\$ 10,00 e o outro ajudava com R\$ 20,00, né? Era todo mês assim.(sic)

Outra razão apresentada para que as donas-de-casa interrompessem as contribuições foi a falta de recurso da família para manter as contribuições mensais. De acordo com o depoimento a seguir, a redução da alíquota foi decisiva para incluir a dona-de-casa na condição de segurada:

Porque no caso meu esposo ganha pouco, e eu também não trabalho fora não, no caso aí não tinha como pagar [...] Mas eu já na mesma semana procurei me informar, porque eu achei bom, eu achei a ideia do governo boa mesmo eu acho que sessenta e uns quebrados, para quem ganha oitocentos não tem como. . (sic)

Houve entrevistadas que não poderiam contribuir pelo comprometimento do orçamento familiar com medicação.

Ah, daí não tinha, não tinha condições. Não tinha. Por que o ganho que eu tenho é pouco, o remédio que eu tomo é bastante. Daí não teria, foi bom, oh! . (sic)

Existem ainda as que atribuem à falta de renda própria os motivos para não contribuírem, alegando que para tanto teriam de recorrer ao marido, o que nem sempre era possível, por seu salário baixo e a condição de provedor da família:

Não, porque eu ia depender só do meu marido, né? (sic)

A dependência econômica e a baixa renda da família novamente aparecem no discurso da dona-de-casa, como motivo para não estar inscrita ou para a cessação das contribuições em períodos anteriores.

Não tinha, porque meu marido só ganha o salário mínimo né, aí as coisas ali tudo contadinho. Porque não tinha condições de tirar. Se eu tivesse condições de tirar

eu teria continuado a pagar seis anos que eu já tinha pago, eu tinha continuado. Aí, como apareceu essa lei, aí para mim foi maravilhosa. (sic)

Mesmo a entrevistada que apresentou o maior tempo de contribuição alegou que tentaria completar o tempo de carência, e, ao buscar a agência do INSS, estava certa de que contribuiria de alguma forma, ainda que não apresentasse nada de concreto para conseguir arcar com os custos:

Não teria, mas eu ia tentar. É por isso que eu vim aqui, né? Eu pedi pra Deus para me dar a força lá do alto, eu pedi para Deus para me ajudar e aquela força que eu vim aqui.

Contudo, a fé de que de alguma forma poderia contribuir mensalmente, era a maior certeza de que poderia se inscrever na Previdência Social. Outra entrevistada demonstrou que conhecia algumas normas para contribuição, porém não mencionou nada referente ao período de carência para se aposentar, pois, caso contribuísse (conforme seu depoimento abaixo), ela estaria anualmente na condição de segurada, mas, possivelmente, quando fosse requerer aposentadoria, não teria o tempo de carência e não conseguiria alcançá-lo.

Ali eu ia parar, eu ia parar e depois deixar rolar um temp; daí depois lá um tempo eu falava com uma pessoa amiga às vezes que tem mais dinheiro que a gente, eu falava, né, para pagar os meses atrasados para continuar e eu ia fazer assim. Depois mais a gente dava um jeito, os filhos às vezes quem sabe que né, também dava um jeito, também a gente conversa depois veio esse e essa é uma lei que veio né. Até eu vim saber se tinha que completar quinze anos e se é um salário mínimo porque teve mulher que diz pra mim que a Z. você vai receber só a metade de um salário mínimo, porque tais pagando menos, aí eu vim cá e conversei com elas, com a assistente social, com elas ali.(sic)

O depoimento mais incisivo e sem expectativa de outra forma de contribuição apareceu na fala de uma das senhoras que haviam rompido o vínculo familiar; ela se declarou sem renda e foi enfática na resposta:

Não tinha de onde tirar. [...] O primeiro é porque é um valor alto, né? Pra mim é nas minhas condições, né? Eu não trabalho, não tenho uma renda fixa, tenho duas crianças que dependem de mim ainda. (sic)

Desta forma evidencia-se o pouco conhecimento por parte das entrevistadas e a necessidade de maior esclarecimento sobre o tema. E ainda, a importância dos benefícios previdenciários para a subsistência destas famílias.

4.11 A representatividade da aposentadoria no imaginário das mulheres entrevistadas.

Diante das novas possibilidades que terão a partir do momento em que se tornaram inscritas, as donas-de-casa foram questionadas sobre suas expectativas quando passassem a receber os o benefícios. Esclareceu-se que não se tratava do benefício em valor, visto que seria um salário mínimo; o objetivo era analisar o que almejavam e quais suas perspectivas a partir da renda. As respostas foram surpreendentes:

Tu vai se tornar mais independente, você não vai precisar do marido pra tudo, né, vamos supor, tu quer uma blusa você vai lá compra, porque você já tem o seu dinheiro. Porque vamos supor viagem não porque eu não sou muito de viagem, não gosto de viajar sabe, eu não gosto. Aí é bom porque se você precisa de um remédio, de um creme para o rosto vamos supor assim, não eu preciso de dinheiro, né? Num caso assim, então vai se tornar bom por causa disso, vai trazer esse benefício. Não contando outras coisas, no caso assim para ajudar também na luz, na água no alimento, às vezes no remédio, às vezes num médico para pagar uma consulta, eu creio que esse dinheiro vai trazer muito benefício assim nesta parte não tem?(sic)

Para a maioria das entrevistadas, esse recurso representa independência financeira, complemento da renda familiar, uma segurança a mais para viver na velhice, recursos para comprar medicamentos e especialmente a possibilidade de ter uma fonte de renda e não depender do marido, além de ficarem menos preocupadas em depender dos filhos. A maioria das mulheres que mantinham vínculos afetivos com os filhos e netos se reportou a eles e à preocupação em não se tornar um peso na vida da família, uma vez que são famílias de baixa renda e depender de cuidados e gastos com um idoso seria muito pesado. De acordo com as mães, o recurso da aposentadoria possibilitaria uma ajuda também aos filhos, caso necessitassem, e para algumas a preocupação com os filhos aparece em primeiro lugar conforme o depoimento dessa senhora:

Sim vai, vai deixar os filhos tranquilos, Não vai depender só dos filhos, que são filhos de pobres como se diz, né? A gente não deu estudo não tem médico ou deputado como diz a história aí. (sic)

Porém não são apenas as mães que se preocupam com os filhos, eles também se preocupam com o futuro delas e com a impossibilidade de arcar com as despesas com medicamentos e demais cuidados em caso de necessidade. Uma das entrevistadas expôs a preocupação do filho com seu futuro: um dos filhos em especial se preocupa com a possibilidade da mãe necessitar de cuidados em caso de viuvez, doença ou velhice, em razão do baixo poder aquisitivo e da falta de condição estrutural e financeira para cuidar da mãe se ela dependesse de recursos financeiros, ou de moradia:

É porque eu tenho um filho que tá muito preocupado com isso aí, pela situação deles eles pensam se a mãe não ganhar uma renda alguma coisa, eles mal pagam aluguel, pagam casa essas coisas aí eles pensam isso aí. O mais novo se preocupa muito com isso, ele é motoboy coitado, esses dias de chuva ele entregava e ganhava 2 reais para entregar cada peça; chega dói até o coração ele é o que mais esse preocupa em um dia a mãe precisar e ele não ter condições de ajudar a mãe. Ele tá muito preocupado com isso aí.(sic).

No entanto, a grande preocupação é com a segurança de poder contar com um recurso na velhice sem se tornar um peso para os filhos, além da compra de medicamentos em caso de doença:

Olha, isso ali vai trazer para mim e para muitas pessoas, né, uma segurança para a saúde da gente, né, porque é um dinheirinho que vai entrar pra saúde, pra gente poder se controlar ali, um remédio, uma vez ou outra comida, tantas pessoas sozinhas que não têm quem ajude, sofrendo hoje, né, pedindo comida nas casas, no fundo de uma cama, Deus o livre guria.(sic)

Outra entrevistada relata a preocupação, caso necessite comprar medicamentos futuramente, considerando a dificuldade financeira para manter o tratamento atual; segundo ela, esse dinheiro representaria uma melhora na vida e especialmente garantiria acesso a uma renda que lhe permitiria cuidar melhor da sua saúde.

Quando eu tiver esse dinheiro, eu espero, né, que minha vida melhore pra mim, que eu sei que todo mês eu tenho, né? Pra mim comprar meus remédios, fazer meus tratamentos, porque a gente sem dinheiro não pode fazer um tratamento. Eu espero, né, conseguir chegar até lá, pra mim fazer tratamento que eu preciso, é isso que eu quero, né? (sic)

Para outra dona de casa, a maior realização seria dar uma oferta para a igreja. Ela se define como uma pessoa muito católica e atribui a Deus a vitória de conseguir cuidar dos filhos e sobreviver até aqui, afirmando sentir muito por jamais ter condições de fazer uma oferta para a igreja, em retribuição aos milagres recebidos. Assegura que sua primeira ação seria ofertar o dízimo, além de se emocionar muito, pois receber o benefício de aposentadoria seria uma grande realização na sua vida.

Eu acho que o primeiro pagamento que vier na minha mão assim, eu vou chorar, e vou, ah, eu não sei o que vou fazer, porque, ah, eu tenho tanta vontade de ajudar esses pobres, de ajudar essas crianças tá entendendo? Primeiro eu ia dar uma oferta para minha igreja que é a católica, o dízimo que eu nunca paguei e gostaria de ter pago. Porque a igreja católica não cobra 10% você dá o quanto você pode, né, mas a gente tinha que ser fiel todo mês e não deixar sobrar, a gente tinha que tirar aquele dinheirinho... Então, o dia que eu tiver eu vou querer pagar o dízimo. (sic)

Para outra, a renda representaria uma justiça social, pois ela trabalha desde criança e jamais contou com algum benefício, nem da Previdência, nem da assistência social do município, portanto ela teria orgulho de ter em mãos algo seu, resultado de seu trabalho.

Eu acho que eu ia mudar de vida totalmente, eu ia ter orgulho disso. Porque a vida toda eu trabalhei, mas eu não tinha informação, eu não sabia dessas coisas de lei, de direito eu era da roça (chora) tive filho cedo e agora que fiquei sabendo dessas coisas, mas antes não sabia de nada. (sic)

Portanto, o significado do benefício varia de acordo com a história de cada uma, as necessidades que enfrentam na atualidade e as perspectivas para o futuro. Algumas pequenas realizações, como poder de compra, ou pequenos cuidados sem pedir a aprovação do companheiro já as deixariam elas felizes:

Eu espero que melhore aquela história assim, não sei se você é casada ou solteira, mas a gente sempre depende do marido; aí a gente quer uma coisa e nunca tem. Então eu acho que se eu tiver o meu dinheiro eu posso fazer alguma coisa em casa, eu tendo aquele dinheirinho eu já sei o que eu faço. Pra mim vai ser bem, independente a mim.(sic)

Para umas, serviria para realizar projetos futuros, e para outras o benefício servirá para realizar pequenas coisas que nunca tiveram a oportunidade. Mas o mais importante aspecto desse benefício é a saúde e a independência que ele representa para a usuária e sua família. Considerando os depoimentos das entrevistadas referentes a ter uma renda, nota-se que para além de estar a margem de direitos do trabalho, a condição de dona-de-casa também ofuscou sonhos e realizações pessoais, que passaram ocultos até mesmo do conhecimento da família, uma vez que todas se declararam frustradas em ter que pedir dinheiro ao marido para pequenos desejos, como comprar uma roupa para si, e gostariam de romper com a dependência econômica do marido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada vez mais se tornam nítidos os impactos da divisão sexual do trabalho na vida de mulheres e homens, graças aos pesquisadores do tema e dos movimentos feministas, evidenciando que tais desigualdades não eram da ordem natural e sim socialmente construídas. O presente Trabalho de Conclusão de Curso buscou demonstrar que a dedicação ao lar e aos serviços domésticos, somados a fatores culturais do País, refletem nos direitos aos benefícios da Previdência Social, e esse dado aparece se observados os benefícios pagos pela Instituição para homens e mulheres. Nos documentos aqui expostos, constatou-se que as mulheres são a maioria das pensionistas, enquanto os homens são os que mais recebem aposentadoria, especialmente por tempo de contribuição, o que pode representar que os papéis assumidos socialmente refletem na velhice e no momento de requerer aposentadoria.

Para fundamentar o tema proposto, argumentou-se que a naturalização da mulher como dona-de-casa dedicada ao lar pode ocultar fatores de ordem cultural e, portanto, socialmente construídos, entre eles a atribuição do trabalho doméstico às donas-de-casa. A legislação previdenciária no Brasil garante o benefício de pensão por morte do companheiro a ambos os cônjuges, independentemente do sexo, requerendo apenas contribuições para assegurar o direito aos segurados e seus dependentes. Porém, conforme demonstrado no presente trabalho, a maioria das seguradas como dependentes da Previdência Social são mulheres, o que pode ser consequência da dedicação exclusiva ao lar, além de uma consequência de o homem ainda ser o principal provedor da família.

Foi analisada a realidade da mulher em relação aos benefícios previdenciários e os possíveis impactos da lei de contribuição para donas de casa, como uma ação do governo capaz de contribuir para inclusão de um contingente de segurados e reverter o quadro atual, que, de acordo com os dados do DIEESE, já apresenta sinais de mudança graças ao maior acesso à educação e inserção no mercado de trabalho.

Tais fatores talvez não sejam suficientes para equiparar ou ainda corrigir a histórica desigualdade de mulheres e homens nos direitos relacionados ao trabalho, ainda permeados por diferenças de salários e inserção em profissões consideradas femininas e com menor remuneração que ainda interferem no valor dos benefícios.

Outro fator apontado como limitante na garantia de direitos às mulheres são restrições da nova lei, que embora seja um facilitador para inclusive de mulheres na Previdência social, ainda deixa a margem uma quantidade significativa de trabalhadoras que

mesmo com renda familiar compatível com o critério de baixa renda adotado, perdem o direito de se tornarem seguradas, por exercer profissões informais, essas trabalhadoras ainda se encontram à margem de qualquer benefício previdenciário, possivelmente por não poder arcar com os custos.

Buscou-se também problematizar o trabalho exercido no interior dos lares e os impactos nos direitos garantidos pela Previdência Social, além de trazer um debate sobre a educação de mulheres que receberam a atribuição dos afazeres domésticos como trabalho feminino, além de demonstrar a dificuldade enfrentada por essas mulheres para se inserir no mercado de trabalho, considerando que a falta de acesso à educação tornou essas mulheres trabalhadoras sem proteção social, às vezes até a proteção que seria garantida pela família.

Após a análise das entrevistas, foi possível observar que as decisões das famílias sobre a vida das senhoras, ainda na infância, interferiram na formação e preparação para a vida de cada uma. Elas sequer tiveram a oportunidade de sonhar com um projeto de vida próprio, tendo sido levadas pelas condições em que nasceram, e atualmente convivem com as dificuldades de acesso a qualquer benefício governamental.

Assim, considera-se a lei 12.470 um grande avanço, pois, além de incluir um segmento de população cujo a renda não era suficiente para manter a qualidade de segurado, como sujeito de direito na legislação previdenciária, ampliou o número de seguradas donas-de-casa, proporcionando um valor passível de contribuição para famílias de baixa renda que permite ao segurado sem renda própria a possibilidade de contribuir sem que esse recurso impacte no orçamento da família.

Vale lembrar que a ação do Serviço Social é de grande importância para o usuário e para a firmação da profissão no INSS, que, embora seja definida pela Constituição, é frequentemente reafirmada pelos profissionais aí atuantes. A informação é uma das atribuições da profissão em qualquer área de atuação do assistente social; portanto, o projeto Inclusão das donas-de-casa tornou-se uma oportunidade única para que o usuário tenha acesso à informação especializada e possa ampliar seu conhecimento sobre os direitos previdenciários e da nova lei.

Considerando a diferença de inserção de mulheres e homens no mercado de trabalho e que no caso de algumas donas-de-casa essa possibilidade sequer é oferecida, a inclusão das mesmas como segurada terá impacto positivo para elas e suas famílias. A lei 12.470, muito embora contribua para o aumento da inserção de mulheres como seguradas da Previdência Social, não reduziu o tempo de carência. Por isso, algumas das entrevistadas inscritas, que

já completaram ou estão próximas da idade para se aposentar, ficarão por um longo tempo à margem dos benefícios, por não completarem a carência.

Diante do debate exposto e considerando as análises das falas das entrevistadas, conclui-se que a divisão sexual do trabalho e a educação paternalista das donas-de-casa limitaram a vida dessas mulheres aos afazeres domésticos e a trabalhos informais, o que determinou seu lugar como dependentes e até mesmo excluiu-as de algum direito ligado ao trabalho.

Considera-se, então, que a aprovação da lei foi um avanço, mas muito ainda há que ser feito para incluir outros trabalhadores e trabalhadoras na proteção social garantida pelo INSS, não apenas em relação a benefícios sociais, mas também em Políticas Sociais capazes de transformar essa realidade, seja da geração passada, do presente e especialmente o futuro, promovendo a igualdade entre mulheres e homens.

O presente trabalho não teve a pretensão de esgotar o tema, que, embora conte com alguns poucos autores, carece de novos estudos especialmente de pesquisadores do Serviço Social. Espera-se que a aprovação da nova lei resulte em inclusão e possibilidade de contribuir continuamente, e que tal possibilidade impacte positivamente na vida das mulheres e de suas famílias.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Vitória Góis. **O Serviço Social na Previdência: Trajetória, Projetos Profissionais e Saberes**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 187-193. Entrevista concedida a Lea Braga e Socorro Cabral.

Barros, Clemilton da Silva. <http://jus.com.br/revista/autor/clemilton-da-silva-barros>
Publicado em 05/2012.

BELTRÃO, K. I. ; NOVELLINO, M. S. F. Mulher e previdência social: o Brasil e o mundo. Texto para Discussão (IPEA), Rio de Janeiro / RJ, v. 867, n.867, p. 1-24, 2002.

BOSCHETTI, Ivanete. A política da seguridade social no brasil. In: CFESS, Conselho Federal de Serviço Social -; ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino Pesquisa e Extensão -. **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. vol. 1 Brasília: CFESS-ABEPSS, 2009. Cap.3 p. 323-336.

BRAGA, Léa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. O Serviço social na Previdência trajetórias, projetos profissionais e saberes: In: YAZBECK, Maria Carmelita. **Análise da Matriz Teórico Metodológica do Serviço Social no INSS (1995), considerando a política previdenciária, suas determinações sócio-históricas e o projeto hegemônico do serviço social**. 3 edição São Paulo: Cortez, 2008. Cap. , p. 115-136.

BRAGA, Léa; REIS, Maria do Socorro (Org.). O processo de desconstrução e reconstrução do Projeto Profissional do Serviço Social na Previdência: um registro de resistência e luta dos Assistentes Sociais. In: CARTAXO, Ana Maria Baima; CABRAL, Maria do Socorro Reis. **O Serviço na previdência: trajetórias, projetos profissionais e saberes**. 3 edição São Paulo: Cortez, 2008. Cap. VII. p. 157-184.

BRASIL. Constituição (1988). : **Constituição da República Federativa do Brasil:**

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. Envelhecimento, condições de vida e política previdenciária. Como ficam as mulheres?. Texto para Discussão (IPEA), Rio de Janeiro, p. 1-38, 2002.

CUSTÓDIO, André Viana; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Crianças Esquecidas: O trabalho infantil doméstico no Brasil**. Curitiba: Multidéia, 2009. 232 p.

D'ALONSO, Glaucia de Lima. **Trabalhadoras brasileiras e a relação com o trabalho: trajetórias e travessias**. Orientadora: Maria Luiza Gava Schmidt. Revista Psicologia para América Latina, de la Unión Latinoamericana de Entidades de psicología, dez. 2008 . Disponível em: <<http://www.psicolatina.org/15/trabalhadoras>>. Acesso em: 16 jun. 12, às 12h30min.

DIEESE. Anuário das Mulheres Brasileiras. São Paulo, 2011.

DUARTE, Adriana. **O processo de reforma da Previdência Social pública brasileira: um novo padrão de regulação social do Estado? Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, p.121-141, mar. 2005.

FELIPPO, Felipe de. Os princípios e objetivos da Seguridade Social, à luz da Constituição Federal. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, X, Nº 43, julho de 2007

HIRATA, Helena; (ORG.), Tatau Godinho; (ORG), Maria Lucia da Silveira (Org.). Trabalho doméstico: uma servidão "voluntária"? **Políticas Públicas de Igualdade de Gênero:** Prefeitura Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher; Secretaria do governo municipal. , São Paulo., n. 8, p.43-54, 2004.

Instituto Nacional de Seguro Social – INSS. **Modelo Conceitual de Benefícios e Serviços Previdenciários.** Região Sudeste, São Paulo, 1991.

LARA, Ricardo. A incidência da teoria social crítica no Serviço Social. In: Revista Serviço Social & Realidade, Franca, v. 18, n. 1, p. 43-59, 2009

LISBOA, T. K. . O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 8, 2008, Florianópolis. Seminário Internacional fazendo Gênero 8. Florianópolis, 2008.

MELO, Hildete Pereira de ; OLIVEIRA, A. B. . Mercado de Trabalho e a Previdência Social - um olhar feminista. Econômica (Niterói), v. 11, p. 79-110, 2009

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?: **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p.1-10, 11 nov. 12. July/sept. 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 11 nov. 2012.

O modelo de proteção social brasileiro. In: <http://jus.com.br/revista/texto/21775>. Promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 20, de 15-12-1998. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

PAULA, Ermelinda Christiane Anunciação de. **O Serviço Social na Previdência:** Trajetória, Projetos Profissionais e Saberes. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 194-205. Entrevista concedida da Lea Braga e Socorro Cabral.

SALVADOR, Evilasio; AMORIM, Álvaro. Abordagens das Desigualdades Socioeconômicas no Brasil do Século XXI. Em Pauta (Rio De Janeiro), v. 26, p. 31-47, 2010.

SILVA, Algéria Varella Da. **VULNERABILIDADE SOCIAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS: O CONTEXTO EDUCACIONAL DA JUVENTUDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL.** In: 13º ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE NORDESTE, Maceió Ufal Maceió (AL): Ufrn, 2007. p. 1 - 15. Disponível em: <www.cchla.ufrn.br>. Acesso em: 10 mar. 2013.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Previdência Social um direito conquistado:** resgate histórico, quadro atual e propostas de mudanças. Maranhão: Sindicato dos trabalhadores em Saúde e Previdência, 1995.

VERONESE, Josiane Rose Petry; CUSTÓDIO, André Viana. **Direito da Criança e do Adolescente para Concurso de Juiz do Trabalho.** São Paulo: Edipro, 2010. 192 p.

www.ambitojuridico.com.br/revista_artigos_leitura&artigo_id=780 pesquisado em 16/04/2012 às 16h: 24

www.blogluzcesar.blogspot.com.br/2011/03/gleisi-hoffmann-apresenta-projeto-que.html: Pesquisado em 28/07/2012 às 14h: 21min.

www.brasil.gov.br pesquisado em 06/11/12 às 13/06 min.

www.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1923/4682.htm Pesquisado em 24/03 às 16h: 30m.

www.mds.gov.br: Pesquisado em 16/06/12 às 13 h

www.planalto.gov.br/: pesquisado em 08/06/12 às 13h e 10min.

www.previdenciasocial.gov.br/conteudoDinamico.php?id=1181: Pesquisado em 04/08/2012 às 11h:31min.

www.senado.gov.br/senadores/dinamico/paginst/senador5006a.asp: pesquisado em 27/07/2012 às 14h30min.

YAZBEK, Carmelita. O Serviço Social e o Movimento Histórico da Sociedade Brasileira. In: Legislação Brasileira para o Serviço Social: coletânea de leis, de decretos e regulamentos para a instrumentação da (o) Assistente Social/Organização Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo, São Paulo, 9ª Região – 3 ed. rev. atual. e ampl. até dezembro de 2007 – São Paulo: O Conselho, 2007

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO APLICADO PARA MULHERES DONAS DE CASA NA Agência da Previdência Social (APS) de Tijucas/SC

Acadêmica: Zana Maria Macedo

I - Dados de Identificação

Nome..... Data de Nascimento.....

NIT

Endereço.....

Escolaridade..... Telefone.....

Estado Civil.....

II - Situação de Trabalho

Nunca trabalhou ()

Já trabalhou informalmente () formalmente ()

Qual atividade?

Já contribuiu para a Previdência Social () SIM () NÃO Quanto tempo:
.....

Já trabalhou com carteira assinada? () SIM () NÃO Quanto tempo:

Você sabia que, pelo fato de ter UMA ATIVIDADE REMUNERADA, AINDA QUE INFORMAL, você não é mais “exclusivamente dona de casa” e perde o direito de contribuir na categoria (dona de casa) pela Lei 12.470? () SIM () NÃO

III - Situação Familiar

Número de filhos

Dependentes Quem são?

Algum dependente em sua família recebe Benefício de Prestação Continuada (BPC) ?

Possui alguma fonte de renda (Pensão, aluguel, outros)?

IV - A condição de “dona de casa” foi uma escolha? ()

Foi uma obrigação ou proibição imposta pelo marido ou por alguém? ()

Foi por falta de oportunidade de emprego. ()

Foi por falta de capacitação profissional (pouco estudo, semianalfabetismo ou outra. ()

Foi pela atividade realizada de forma invisível (agricultura ou pesca) onde aparece somente a figura do marido como trabalhador ()

Por outro motivo

V – Condição Socioeconômica

Renda Familiar

Já possui cadastro no CADUNICO? () SIM () NÃO

Por qual razão você se cadastrou no CADÚNICO?

Recebe algum benefício pela Assistência Social? () SIM () NÃO

Qual?.....

Na sua opinião, a quem recorrem as “donas de casa” que durante a vida toda se dedicaram ao trabalho doméstico, quando necessitam de algum benefício em caso de doença ou de velhice ?

.....

Para você, qual a importância da Lei 12.470?

.....

Se não existisse essa Lei 12.470, você teria condições de contribuir para o INSS?

() SIM () NÃO Por que?

Que benefícios você visualiza daqui a alguns anos quando começar a receber a aposentadoria?